

Davi Machado Perez

FLORESTAN FERNANDES: INTÉRPRETE DO BRASIL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Perez, Davi Machado Perez
Florestan Fernandes : intérprete do Brasil /
Davi Machado Perez Perez ; orientador, Ricardo
Lara, 2018.
239 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós
Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Florestan Fernandes. 3.
Capitalismo Dependente. 4. Revolução Burguesa. 5.
Democracia de Cooptação. I. Lara, Ricardo. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Davi Machado Perez

FLORESTAN FERNANDES: INTÉRPRETE DO BRASIL

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de novembro de 2018

Prof.^a Dr.^a Beatriz Augusto de Paiva
Coordenadora do PPGSS - UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Lara
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Mauri Antonio da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Ivete Simionatto
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Vanda Micheli Burginski
Universidade Federal do Tocantins

Dedico este trabalho a minha mãe, Simone Matos Machado, assistente social e exemplo de autonomia e protagonismo a quem devo os primórdios de minha formação crítica e engajamento na cultura popular e na luta social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço meu orientador, Ricardo Lara, pelos ensinamentos e por permitir o desenvolvimento deste trabalho com um grau importante de liberdade e autonomia. A minha mãe, Simone Matos Machado, meu pai, Augusto Cezar Vieira Perez e meus avós, Liraci Matos Machado e Brazilio Machado filho, por todo o apoio. A minha companheira de todos os dias, Jhenifer Garcia, pela troca e carinho que me fortaleceram nesse momento tão importante. E a todos os/as colegas, companheiros/as e camaradas do sul ao norte do país, da categoria, da universidade, do movimento popular, do movimento cultural. A todos que valorizam o diálogo, a transparência e a fraternidade na construção das lutas cotidianas.

O mercado é uma categoria da economia mercantil que, no curso do seu desenvolvimento, transforma-se em economia capitalista, alcançando, somente nesse estágio, um domínio absoluto e uma extensão universal. Se se pretende analisar as teses teóricas básicas concernentes ao mercado interno, deve-se partir da economia mercantil simples e acompanhar a sua gradual transformação em economia capitalista. (Lênin, 1899)

Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar. (Florestan Fernandes, 1986)

A concepção de dependência do Florestan não era weberiana, como foi de alguns teóricos da dependência que foram discípulos dele, o caso típico de Fernando Henrique Cardoso. Ele tem uma compreensão, a meu juízo, rigorosamente marxista. Os duros juízos dele sobre as classes dominantes brasileiras me parecem absolutamente corretos e verazes. (José Paulo Netto, 2013)

RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental, objetiva aprofundar o estudo da obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes com foco nas categorias centrais trabalhadas pelo autor para a compreensão da particularidade da formação sócio histórica do Brasil. É abordado o itinerário intelectual do sociólogo e suas elaborações a respeito da ordem colonial e escravista, da emergência da revolução burguesa no Brasil, da passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, da consolidação da autocracia burguesa e da democracia de cooptação. Também é trabalhada a atualidade da contribuição de Fernandes para a compreensão da realidade política e socioeconômica do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Revolução Burguesa. Capitalismo Dependente. Autocracia Burguesa. Democracia de Cooptação.

ABSTRACT

The present work, developed through bibliographical and documentary research, aims to deepen the study of the work of the Brazilian sociologist Florestan Fernandes focusing on the central categories worked by the author to understand the particularity of the socio - historical formation of Brazil. The intellectual itinerary of the sociologist and his elaborations on the colonial and slave order, on the emergence of the bourgeois revolution in Brazil, on the transition from competitive capitalism to monopoly capitalism, on the consolidation of bourgeois autocracy and on democracy of co-optation are discussed. The importance of the work of Fernandes for understanding the socioeconomic and political reality of contemporary Brazil is also discussed.

Keywords: Florestan Fernandes. Bourgeois Revolution. Dependent Capitalism. Bourgeois autocracy. Democracy of Cooptation.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	25
1	ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO INTELECTUAL	31
1.1	A construção do saber.....	36
1.2	A aplicação do saber para compreender os problemas do mundo..	58
1.3	A transformação do conhecimento em arma de combate.....	62
2	SITUANDO A INTERPRETAÇÃO	
	FLORESTANIANA	77
2.1	O marxismo e as vias não clássicas de revolução burguesa	78
2.2	As interpretações marxistas da particularidade latino-americana e brasileira	83
3	ESCRAVISMO MERCANTIL PRÉ-CAPITALISTA	97
3.1	O período colonial e a época da acumulação primitiva do capital..	101
3.2	Formação do Estado nacional e os germes da revolução burguesa	110
4	REVOLUÇÃO BURGUESA E CAPITALISMO DEPENDENTE.....	121
4.1	Emergência da Revolução Burguesa no Brasil e formação do capitalismo competitivo	128
4.2	O imperialismo total sob hegemonia dos Estados Unidos.....	147
4.3	Consolidação do capitalismo monopolista e autocracia burguesa no Brasil.....	154
5	A ATUALIDADE DE FLORESTAN FERNANDES.....	171
5.1	Distensionamento da contrarrevolução e democracia de cooptação.....	171
5.2	Aprofundamento da dependência estrutural no Brasil contemporâneo.....	189
5.3	As expressões ideológicas do capitalismo monopolista.....	197
5.4	O socialismo como alternativa societária ao capitalismo dependente.....	204
	CONCLUSÃO	215
	REFERÊNCIAS.....	229

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, elaborado como tese para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, é resultado de pesquisa bibliográfica e documental realizada com auxílio de bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Seu objetivo é aprofundar o estudo da obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes com foco nas *categorias centrais* trabalhadas pelo autor para compreender a *particularidade* da formação sócio histórica do Brasil. Em outras palavras, o trabalho almeja tematizar a *interpretação do Brasil* formulada por Florestan Fernandes, problematizando a veracidade e atualidade desta contribuição.

Por se tratar de uma tese inserida no âmbito da produção de conhecimento em Serviço Social, gostaríamos de primeiramente ressaltar que qualquer pretensão de um projeto de formação profissional que vislumbre a participação nas formas de práxis social com mediações (reflexivas e objetivas) que efetivamente contribuam para transformar positivamente a realidade, *deve envolver o conhecimento profundo desta mesma realidade*. Afinal, o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações *estruturais e conjunturais* da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento. Objetivamos trazer à luz as principais categorias trabalhadas por Florestan Fernandes na compreensão da estrutura e da dinâmica da formação sócio histórica brasileira, visando estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica de sua contribuição, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos. (ABEPSS, 1996).

O tema da formação sócio histórica do Brasil constitui um dos três núcleos que conformam as diretrizes curriculares do Serviço Social brasileiro¹. Este enfoque possibilita situar o debate da processualidade histórica da “questão social” e suas multifacetadas expressões articulando o entendimento das características universais da sociedade capitalista com suas particularidades expressas na realidade brasileira. Análise esta que se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira (ABEPSS, 1996).

Ao longo de nosso processo de formação em Serviço Social tematizamos reiteradamente a necessidade de compreender as particularidades da “questão social” no Brasil. Quais os limites e potencialidades para a emancipação política e humana se apresentam no quadro da realidade socioeconômica e política brasileira? Na busca por desvelar essa problemática se fez presente para nós a referência em Florestan Fernandes, com a originalidade e o realismo de sua compreensão sobre a revolução burguesa e o capitalismo dependente no Brasil. Nas palavras de José Paulo Netto (2013, grifos nossos):

¹ “Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.” (ABEPSS, 1996, p. 10).

A concepção de dependência do Florestan não era weberiana, como foi de alguns teóricos da dependência que foram discípulos dele, o caso típico de Fernando Henrique Cardoso. Ele tem uma compreensão, a meu juízo, *rigorosamente marxista*. Os duros juízos dele sobre as classes dominantes brasileiras me parecem absolutamente corretos e verazes. Falecido há 18 anos, Florestan é um absoluto contemporâneo nosso, um companheiro de jornada. É bastante provável que num juízo futuro os novos problemas da realidade brasileira exijam respostas que talvez não encontremos na obra de Florestan, mas *as questões centrais foram as colocadas por ele*.

Esta interpretação florestaniana tem sua elaboração mais abrangente no ensaio *A revolução burguesa no Brasil*, elaborado a partir de 1966 e publicado em 1974. A obra é um ponto de chegada do itinerário intelectual do autor e, como afirma Coutinho (2011), seus trabalhos publicados posteriormente reafirmam a essência da concepção já elaborada em *A revolução burguesa no Brasil*. Trata-se de uma monumental contribuição que é resultado de um denso acúmulo de estudos e pesquisas teóricos e empíricos, cujo fio condutor sempre manteve a preocupação em desvendar a realidade brasileira e a posição dos setores explorados e oprimidos diante das contradições societárias apresentadas.

Nossa fonte principal neste trabalho é a obra *A revolução burguesa no Brasil* (2005), complementando este estudo com outras obras onde Fernandes reafirma a essência da concepção elaborada em seu ensaio abrangente, tais como: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), *Nova república?* (1986), *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*

(1994), *Em busca do socialismo* (1995), *O que é revolução?* (1981), *Movimento socialista e partidos* (1980). Há também um diálogo crítico com autoras e autores que de alguma maneira foram intérpretes de Florestan Fernandes, como Eliane Veras Soares, Octavio Ianni, Barbara Freitag, José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho, Antonio Candido, José de Sousa Martins e Camila Vian de Jesus.

Nos diálogos mais abrangentes que estabelecemos entre a tradição marxista e a obra de Fernandes nos referenciamos em Marx, Engels, Lênin, Lukács, Gramsci, Mariátegui, Rui Mauro Marini e István Mészáros. Quando buscamos aproximações no sentido de situar a obra do sociólogo no pensamento social brasileiro, optamos, pelos limites deste trabalho, por um breve diálogo crítico com Nelson Werneck Sodr e e Caio Prado Jr, importantes expoentes que defenderam posi es a respeito da forma o da burguesia brasileira consideradas por Fernandes (2005) como “impr oprias e extravagantes”, e que foram fundamentais na formula o de sua síntese. Na contextualiza o do Brasil contemporâneo para problematizar a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes nos referenciamos em Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia Prestes, Michael Lowy, Luis Felipe Miguel, Marcelo Semer e em análises socioeconômicas de Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Artur Monte Cardoso. A elabora o da pesquisa também se valeu de um estudo documental de notícias, entrevistas e palestras, em registro escrito ou audiovisual.

As principais categorias que extraímos em nosso estudo da interpreta o florestaniana do Brasil foram *escravismo*, *revolu o burguesa*, *capitalismo dependente*, *imperialismo total*, *autocracia burguesa* e *democracia de coopta o*. Buscamos primeiramente situar sua elabora o teórica no âmbito da tradi o marxista e do pensamento

social brasileiro, com alguns elementos também sobre o diálogo crítico do autor com o pensamento sociológico. Posteriormente, e é aqui que está a centralidade deste trabalho, problematizamos a veracidade e a importância das categorias do autor na compreensão da formação sócio histórica do Brasil, bem como a atualidade de suas análises para o desvelamento da realidade contemporânea. Tal formulação teórica e científica é indissociável do direcionamento ideológico de Fernandes, cujo horizonte encontra-se na busca pela superação dos dilemas do subdesenvolvimento e da dependência, afirmando o socialismo como necessidade histórica na superação da barbárie particularizada e explicitada no capitalismo brasileiro.

No primeiro capítulo apresentamos o esboço de um itinerário intelectual de Fernandes, buscando desvendar alguns elementos centrais em seu processo de maturação intelectual, relacionando sua atuação acadêmica com sua trajetória política e militante. Dialogamos aqui com outros intérpretes de Florestan e trazemos à luz a constante preocupação do sociólogo em debater criticamente “o real e o pensado”, ressaltando que sua construção metodológica, bem como seu posicionamento político, foram fundamentais na interpretação do Brasil elaborada pelo autor.

No segundo capítulo desenvolvemos breves apontamentos no sentido de situar a obra de Florestan Fernandes no âmbito da tradição marxista e do pensamento social brasileiro. Trazemos elementos do debate que sempre se fez presente no marxismo sobre as vias “não clássicas” de revolução burguesa. Tratamos da particularidade latino-americana e de algumas polêmicas centrais nos estudos sobre a realidade brasileira. Que formação social existia em nossa realidade pré-capitalista,

feudalismo ou escravismo? Houve um momento pré-capitalista anterior a nossa revolução burguesa, ou desde a Colônia já tínhamos aqui um “escravismo capitalista”? Nossa revolução burguesa se consolidou e temos um capitalismo plenamente desenvolvido, ou ainda necessitamos desenvolver o capitalismo para completar as tarefas da revolução burguesa? Ao longo dos capítulos 3, 4 e 5 estas questões chave também são problematizadas e desenvolvidas.

O terceiro capítulo deste trabalho objetiva apresentar a análise de Florestan Fernandes sobre nossa realidade pré-capitalista. Como o escravismo colonial existente no Brasil integrou-se ao processo mundial da acumulação originária do capital em sua relação com a Metrópole? Que transformações se desencadearam com a Independência e a formação do Estado nacional? Quais elementos e protagonistas históricos potencializaram a futura ascensão da revolução burguesa no Brasil? Qual a relação deste processo com a passagem histórica que transformou o mercantilismo ascendente em modo de produção capitalista? Almejamos aqui demonstrar que sem a consideração de nossa realidade pré-capitalista não há como compreender o que foi a revolução burguesa no Brasil.

Abordando revolução burguesa e capitalismo dependente, o quarto capítulo da tese estabelece diálogos entre Fernandes e a tradição marxista para discutir: 1) em que consistiu a revolução burguesa e a ascensão do capitalismo em nível mundial e o que caracteriza a fase monopolista e imperialista do capitalismo; 2) como se desencadeou a revolução burguesa e a formação do capitalismo competitivo no Brasil; 3) em que consiste o imperialismo total (nas palavras de Fernandes) ou imperialismo global hegemônico (nas palavras de Mészáros) contemporâneo centrado em uma potência econômica e militar, os

Estados Unidos, e qual sua relação com a particularidade dos países periféricos e dependentes; e 4) como se consolida o capitalismo monopolista e a autocracia burguesa no Brasil.

Por fim, o quinto capítulo trata da atualidade de Florestan Fernandes. Inicia debatendo o distensionamento da contrarrevolução e o processo de abertura que conformou o atual regime político vigente no Brasil. Depois trata da atualidade da dependência em termos socioeconômicos e, num terceiro momento, problematiza a questão das expressões ideológicas contemporâneas do capitalismo monopolista e do imperialismo: qual a relação entre liberalismo, conservadorismo e fascismo na conformação da ideologia dominante no capitalismo contemporâneo? Ao final, o capítulo traz uma abordagem sobre a construção do socialismo como alternativa societária ao capitalismo dependente, horizonte defendido por Florestan Fernandes em termos bastante realistas, não somente como *possibilidade*, mas como *necessidade* histórica.

1. ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO INTELECTUAL

Florestan Fernandes nasceu no dia 22 de julho de 1920. De origem humilde, trabalhou desde muito cedo e enfrentou grandes dificuldades para estudar, completando o que seria o ensino médio através do curso de Madureza. Nos anos de 1941 a 1944 fez o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Completou em 1946-47 o curso de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, na Escola Livre de Sociologia e Política. Obteve o título de mestre em 1947 com a tese

“A organização social dos Tupinambá”, e o título de doutor em 1951 com “A função social da guerra na sociedade tupinambá”; livre-docente em 1953, com “Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia”; e catedrático em 1964, com “A integração do negro na sociedade de classes”.

Em 1969 foi aposentado compulsoriamente pela Ditadura Militar, e trabalhou como professor visitante na Columbia University, em Nova York, em 1965-66, e como professor residente e titular na Universidade de Toronto, em 1969-72. A partir de 1977 foi professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Para além da trajetória acadêmica, Fernandes foi um importante militante em defesa da educação pública e das causas populares. Teve breve militância partidária no trotskismo em meados dos anos 40, e a partir de 1980 no Partido dos Trabalhadores – PT. Elegeu-se Deputado Federal Constituinte em 1986, se reelegendo em 1990. Faleceu no dia 10 de agosto de 1995.

Octavio Ianni coloca Florestan Fernandes no patamar de fundador da sociologia crítica no Brasil, inaugurando na área um estilo de reflexão que constantemente questiona a *realidade social* e o *pensamento*. Essa constante criticidade para com “o real e o pensado” demonstra que é difícil em algum período de sua trajetória enquadrá-lo dentro dos limites da sociologia burguesa. Ianni (2004, p. 317) considera que a perspectiva crítica está presente em toda a produção intelectual do sociólogo:

As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta, ao mesmo tempo discutir as interpretações prevalentes. No mesmo sentido, as suas reflexões sobre os problemas da indução na

sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade. Essa perspectiva está presente nas monografias e ensaios sobre o problema indígena, escravatura e abolição, educação e sociedade, folclore e cultura, revolução burguesa, revolução socialista e outros temas da história brasileira e latino-americana.

Submetendo as principais teorias sociológicas à um trato crítico, Fernandes avalia, questiona e recria categorias tendo em conta sua validade para apanhar os andamentos da realidade social. Submerge no real e no pensado a partir dos grupos e classes que compõem a maioria do povo², captando seus antagonismos e o processo permanentemente contraditório das disputas de classes e das disputas ideológicas presentes na sociedade brasileira. Sua trajetória combina ativamente aprimoramento intelectual com engajamento político, temperando um espírito crítico que advém dos contrastes vivenciados desde sua origem até a entrada no mundo acadêmico. Seus focos de pesquisa não são arbitrários, mas fruto da necessidade de compreender principalmente o Brasil e a América Latina: a consolidação histórica de sua estrutura socioeconômica e suas diversas expressões políticas e culturais³, afirmando a possibilidade de superação do subdesenvolvimento e da

² “São índios, negros e imigrantes, escravos e livres, trabalhadores da cidade e do campo que reaparecem no movimento da história.” (IANNI, 2004, p. 317).

³ “Nós temos [...] que pensar em termos latino-americanos [...] Temos um amplo contexto mundial e de outro lado, na América Latina [...] Nós vemos avanços dos controles imperialistas. Esta é a parte da periferia na qual as nações capitalistas penetram mais e em que não se rompeu de maneira completa com o espírito colonial, com as estruturas coloniais. Essas estruturas foram reconstruídas em termos do capitalismo dependente, em termos da sua mentalidade e falta de imaginação. O que representa hoje esses avanços do imperialismo? Ele representa uma aliança terrível entre burguesias nacionais e burguesias das nações capitalistas centrais, os Estados daquelas burguesias “nacionais” e o sistema capitalista mundial de poder.” (FERNANDES, 1980, p. 28).

dependência. Horizonte que, para o autor, seria viável através da ruptura com a ordem capitalista e a construção do socialismo.

O debate sobre a concepção metodológica, teórico-filosófica e política de Florestan Fernandes em geral é bastante controverso. Nas palavras de Ianni (2004, p. 308) a influência de sua obra “[...] estende-se por todo o meio intelectual brasileiro, espalha-se pela América Latina e Caribe, e ressoa na Europa e nos Estados Unidos. Formou escola. As controvérsias sobre o seu pensamento também refletem sua influência”. As polêmicas a respeito do seu pensamento são de certa maneira compreensíveis. Em primeiro lugar, pelo forte diálogo que estabelece com autores como Durkheim, Max Weber, Freyer e Mannheim. Em segundo lugar, porque sua apropriação crítica de categorias que advém de distintas vertentes sociológicas entra em choque com as tendências dogmáticas do marxismo. Devemos lembrar que o próprio Marx construiu profícuo diálogo com as principais teorias burguesas de seu tempo, se apropriando criticamente de suas categorias e transcendendo seus limites⁴. Este processo de apropriação crítica, que se distingue da simples negação, ocorre mantendo a coerência metodológica e teórico-filosófica que perpassa toda a construção do pensamento.

Preferimos relacionar o amadurecimento intelectual do sociólogo com sua trajetória política e militante. Esta relação permite elucidar suas

⁴ Nas palavras de Paulo Netto (2011b, p.18): “Cabe insistir na perspectiva *crítica* de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de “crítica”, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o “bom” do “mal”. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. É assim que ele trata a filosofia de Hegel, os economistas políticos ingleses (especialmente Smith e Ricardo) e os socialistas que o precederam (Owen, Fourier *et alii*)”.

convicções para compreender de que maneira ele constrói sua concepção metodológica e teórica através do diálogo crítico com as diferentes escolas da sociologia acadêmica. A pesquisa bibliográfica realizada nos leva a crer que desde suas primeiras obras já há uma criticidade em maturação que o aproxima cada vez mais do marxismo. Num primeiro momento, o autor prioriza uma apropriação crítica de autores como Durkheim, Weber, Freyer e Mannheim, empreendendo pesquisas através da aplicação do método funcionalista, o que consagra seu espaço no âmbito acadêmico e dos grandes debates sociológicos daquele período. Posteriormente, o marxismo pouco a pouco vai transbordando e se afirmando como concepção em seus ensaios teóricos abrangentes.

[...] é inegável que o conjunto das monografias e ensaios, livros e artigos, cursos e conferências, campanhas e debates produzidos por Florestan Fernandes revelam uma obra vigorosa, nova, com larga influência no ensino e pesquisa, nas interpretações e controvérsias que se espraiam pelo pensamento brasileiro. Inaugura uma linguagem sociológica que descortina novas possibilidades de pensar e modificar a sociedade e a história. (IANNI, 2004, p. 28).

Antonio Candido, que acompanhou parte significativa da trajetória acadêmica e política de Florestan Fernandes, fala de três momentos em seu amadurecimento intelectual: o primeiro momento, nos anos 1940, seria o da *construção do saber*; o segundo, nos anos 1950, o da *aplicação deste saber para compreender os problemas do mundo*; e, por fim, o terceiro momento, a partir dos anos 1960, é o da *transformação deste conhecimento em arma de combate*. E acrescenta: “Naturalmente as três etapas estão misturadas, pois sempre houve a terceira na primeira e a

primeira na terceira. Estou me referindo às predominâncias” (SOUZA, 2001, p. 28-29). Essa compreensão parece confirmar o entendimento de Octavio Ianni, que fala de uma perspectiva crítica em maturação presente desde os primeiros trabalhos acadêmicos do sociólogo. Ianni (2004, p. 9) fala de uma quarta e última etapa em seu desenvolvimento “que se resume na radicalização plena de Florestan. É quando o cientista social, educador e pensador assume a identidade de tribuno e publicista”. A divisão em etapas serve aqui como recurso didático, embora saibamos que não há momentos conceitualmente estanques no desenvolvimento teórico e político do autor.

1.1 A construção do saber

Quando pequeno, Florestan Fernandes começou a ser chamado por sua madrinha, Hermínia Bresser de Lima - para quem sua mãe, dona Maria, trabalhava como lavadeira - de Vicente. Dona Hermínia considerava que Florestan não era nome para alguém com a origem dele, era nome “de alemão”. E assim ele ficou sendo Vicente para a madrinha e para sua própria família. O peso do Vicente teve influência em sua rebeldia, e na dedicação e disciplina rigorosa para trilhar o caminho que possibilitou sua ascensão como intelectual⁵.

⁵ Em entrevista para o programa Vox Populi em 1984, quando perguntado sobre a dualidade entre o Vicente e o Florestan, responde: “É claro que, como Vicente, eu tive uma vida sofrida. Vida de criança de origem muito pobre, praticamente lúmpen, que começa a trabalhar com 6 anos. Que conhece junto com sua mãe as piores privações, sofria frustrações e ansiedades típicas das crianças pobres. Portanto, o Vicente sofreu muito e teve de abrir o seu caminho com muita dificuldade. Entretanto, o Florestan também encontrou um caminho difícil. [...] O Vicente não teve influência no plano das ideias, teve influência no plano do caráter. Eu nunca deixei de ser Vicente nesse plano. Quer dizer, o que há de bom em mim é o Vicente que não morreu. [...] Mas, à medida em que eu sou uma pessoa que foi apresentada aqui como rebelde, esse rebelde nasce do passado que eu

Desde muito cedo se dedicou a leitura como autodidata, postura que permaneceu e determinou sua autonomia na construção de trabalhos acadêmicos monumentais que transcendiam as exigências postas pela universidade. A dedicação ao trabalho e ao estudo perdura ao longo de toda sua trajetória.

Devo dizer que sou uma pessoa de origem modesta. Minha mãe era uma portuguesa imigrante, empregada doméstica, e eu tive de interromper o curso primário no meio. Comecei a trabalhar com pouco mais de seis anos e só voltei a estudar, organizadamente, no curso de madureza, em 1938, com 17 anos e meio. Isso não significa que eu tenha interrompido a leitura. Por um acaso feliz, os livros sempre estiveram ao meu lado. Nos lugares em que trabalhei, bares, restaurantes, por exemplo, havia pessoas cultas, delegados de ensino, farmacêuticos, que sempre me deram livros de presente. Assim, eu estudei muito sozinho. Quando resolvi fazer o curso de madureza, já tinha uma bagagem razoável, o que me ajudou muito (FERNANDES, 1995b, p. 3).

Modestamente, Fernandes atribui a causa de seu progresso a uma “sucessão de acasos, acasos felizes para mim” (FERNANDES, 1995b, p.3), o que não deixa de ser verdade se considerarmos que esses “acasos”

enfrentei, e eu sou leal a ele quando me identifico com o socialismo revolucionário, com o marxismo. De modo que, para resumir, eu diria que o Florestan sofreu decepções mais graves e profundas que não vinham dele, vinham das impossibilidades da sociedade brasileira, que não afetam propriamente a mim porque depois eu me tornei um professor, uma pessoa de classe média que tem muito mais do que deveria ter [...]. Mas, o que pesa e é difícil para mim é a situação média, o fato de haver tanta miséria no Brasil, e de não termos saída, não conseguirmos criar uma situação na qual os que são privados dos meios de sobrevivência, de subsistência e de educação logrem transformar a sociedade e criar para si próprios condições de felicidade humana. (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dPAYUfcwR0E&t=66s>> Acesso às 23h28min em 31/10/2018).

foram muito bem aproveitados por ele com talento e despreendimento ímpares. Por fazer o curso de madureza pôde prestar exame de habilitação. Tinha preferência por Engenharia Química, mas teve de desistir, pois se tratava de um curso em tempo integral e sua condição demandava trabalhar para se sustentar e ajudar sua mãe. Sobraram as faculdades das ciências sociais e humanas, e é curioso notar que, mesmo ingenuamente, sua opção pelo curso de Ciências Sociais já era consequência de uma rebeldia e simpatia pelo socialismo.

A escolha foi feita, então, entre os que sobravam. Podia ser Filosofia, Letras, Geografia, História... Qualquer coisa em mim, porém, despertou uma convicção de que Ciências Sociais estava muito próximo de socialismo. Uma ilusão de que aquilo respondia a uma segunda escolha. São motivos totalmente diversos, não é? Depois é que eu fui ver que não respondia. Mas, de qualquer forma, foi um acaso feliz, porque eu tinha potencial e talento suficientes para aproveitar aquela chance, aquela oportunidade. (FERNANDES, 1995b, p. 3).

A Escola de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) era o que havia de melhor no Brasil na área e a turma de Florestan Fernandes se resumia a um grupo de seis estudantes. Os professores que provinham da Europa em sua maioria davam aula nas suas línguas, e o grau de exigência na elaboração dos trabalhos era bastante elevado⁶. Essa

⁶ Sobre o contraste vivenciado a partir da entrada na USP, Fernandes (1995b, p. 4) comenta: “A distância cultural entre professores e estudantes na Universidade era realmente enorme. As aulas em francês ou em italiano, enfim, a aula em uma língua estranha não era tão difícil. O mais difícil era o nosso atraso cultural. O professor [Jean] Maugué, por exemplo, dava um curso sobre Hegel em 1941. Ora, eu saí do curso de madureza sem fazer pré; de Filosofia, só conhecia a *História da Filosofia* de Will Durant, um livro que li por causa da minha curiosidade, e de repente me vejo fazendo um curso monográfico sobre Hegel dado em francês! Por aí se vê que houve uma reviravolta muito grande”.

dificuldade significou para o jovem Fernandes a necessidade de dar o melhor de si para aproveitar aquela oportunidade. Bacharelou-se e depois fez a licenciatura entre 1945-46 e cursou a pós-graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, defendendo em 1947 o mestrado com o livro *A Organização Social dos Tupinambá*.

As obras de Florestan Fernandes datadas de meados da década de 1940 já revelam sua constante preocupação em entender o Brasil. Com enfoque em elementos culturais, seus primeiros trabalhos abordavam o folclore e a tradição popular, trazendo já também a questão do negro⁷. Na Faculdade de Filosofia da USP foi educado por Roger Bastide⁸ e dele herdou a tradição dos pequenos estudos sobre temas tópicos. O estudo do folclore em São Paulo foi um trabalho demandado pela cadeira do professor Bastide, e Fernandes se familiarizou com o tema, pois, poucos anos atrás ele próprio vivenciava a cultura do *Folk* nos bairros pobres de São Paulo⁹. Este estudo resultou numa monografia intitulada *Folclore e*

⁷ Destaca-se aqui: *O negro na tradição oral* (1943), *A burguesia, o progresso e o folclore* (1944), *As "trocinhas" do Bom Retiro* (1947).

⁸ “Na USP, foram os franceses que ensinaram aos jovens estudantes brasileiros da elite que sabiam mais sobre a França do que sobre o Brasil e que um bom começo para os jovens cientistas sociais seria descobrir o Brasil. Florestan Fernandes, que não vinha da elite, também aprendeu essas lições, pois essa era sua época. Não só se empenhou quase que obsessivamente em desvendar o Brasil, mas se empenhou também em construir uma sociologia enraizada, erudita no diálogo com as melhores tradições teóricas da Europa e dos Estados Unidos, o que efetivamente se pode chamar de uma sociologia brasileira. Algo que não fosse uma cópia teórica, mas criação teórica. Desde os seus tempos de estudante, influenciado particularmente por Bastide, sempre tratou, também, dos pequenos temas, dos grupos sociais circunscritos, como as crianças dos grupos de folguedos de rua e o negro em situação anômica. Interessou-se pela história de vida, pela riqueza de informações sociológicas que há nas biografias. Assumiu de maneira intensa o que era uma das grandes bandeiras da USP, particularmente de Fernando de Azevedo, a educação como instrumento de intervenção social e de desenvolvimento social. Pensou a sociologia teoricamente como sociologia aplicada, como meio de fazer do sociólogo não só um autor de indagações mas também autor coadjuvante ativo da história.” (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 14-15).

⁹ “O trabalho que se destinava à cadeira do professor Roger Bastide era um trabalho bem dentro do que eu poderia fazer. Pois eu era sobretudo um homem que saíra da cultura de *folk*. Eu vivi nos bairros pobres de São Paulo: no Bexiga, no Bosque da Saúde, na Penha.

Mudança Social em São Paulo, que depois foi dividida e publicada em pequenos ensaios. O autor comenta que a professora para quem ele entregou o texto considerou seu trabalho muito ousado por ter fundido o trabalho dos *folcloristas* com o trabalho dos *sociólogos*¹⁰. Aqui já fica evidente sua autonomia intelectual em maturação e sua necessidade de transcender os limites postos pela divisão das disciplinas e dos objetos na academia.

Seu trabalho sobre o folclore em São Paulo fez com que Bastide o apresentasse a Emílio Willems, assistente de Fernando de Azevedo, e a Sérgio Milliet, que ofereceu a ele a oportunidade de publicar artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, além de viabilizar a publicação de pequenos trabalhos extraídos de sua monografia sobre o folclore na revista *Sociologia*. Essas publicações, por sua vez, possibilitaram que o jovem Fernandes fosse convidado para ser assistente de Fernando de Azevedo após ter concluído o curso. Publicando artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, o autor acabou sendo convidado para publicar também no jornal *Folha da Manhã*, através de contato com um amigo que fora seu colega no curso de madurez. E foi aí que teve aproximação com Hermínio Sacchetta, que neste período era secretário de redação do jornal. Eis então

Eu vivi com aqueles bandos de crianças. Aquelos bandos ainda existiam na minha época. A urbanização não foi tão rápida, nem tão destrutiva a ponto de acabar com todas as coisas. Ou seja, havia uma ponte entre eu e a cultura de *folk* que sobrevivia, e, na Universidade, um acaso me pôs em contato com o que eu era, aquilo que eu fora há poucos anos atrás.” (FERNANDES, 1995b, p. 5).

¹⁰ “A professora Lavinia não estava preparada para o meu trabalho. Quando eu lhe entreguei o estudo, no fim do ano, ela levou um susto: “Mas eu não pedi nada disso!”. De fato, eu entreguei um negócio enorme. Ela leu o trabalho e depois veio discutir comigo. Disse que eu tinha feito uma coisa muito ousada, que ela não sabia se era possível fundir o trabalho dos folcloristas com o dos sociólogos, que achava tudo muito ousado e que não assumia a responsabilidade de aprovar o que eu tinha feito.” (FERNANDES, 1995b, p. 5).

que o jovem sociólogo aos 22 anos já escrevia para dois jornais, o que trouxe a ele uma precoce notoriedade. (FERNANDES, 1995b, p. 6-7).

Florestan também fez interlocução com antropólogos na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, resultando em seus dois livros sobre os Tupinambás no século XVI. Desenvolve na década de 1940 sua pesquisa sobre a sociedade Tupinambá e acerta contas com as diversas vertentes sociológicas através de abundantes leituras. Adquire um vasto conhecimento da escola francesa de sociologia, do funcionalismo inglês e americano, do marxismo e de autores como Freyer e Mannheim (autor no qual se dedicou a estudar desde 1943¹¹). No doutorado decidiu que, como fizera no mestrado, faria sua tese sobre os Tupinambás, abordando a função social da guerra nesta sociedade¹². Esse trabalho consolidou Fernandes na academia e afirmou seu estilo inicial de estudar temas tópicos e combinar o foco sociológico “na sociedade” com o foco antropológico “na cultura”.

Eu nunca me indaguei muito se o que eu fazia era Sociologia ou Antropologia. O que é importante é que acabei lidando com técnicas de reconstrução que obrigavam a trabalhar com relações de concomitância. Não se tratava de uma civilização vista ao longo de sua evolução de dois, três séculos, ou mesmo de um século. Tratava-se de índios tupi,

¹¹ Datam deste período os trabalhos *O problema do método na investigação sociológica* (1947); *Considerações sobre os estudos sociais no Brasil* (1948) e *A análise sociológica das classes sociais* (1948).

¹² “Parecia-me que a nossa tradição ainda se limitava ao terreno histórico. Nele os brasileiros se sentiam bem. As pesquisas mais importantes do passado tinham sido estas, não é? Tirando Euclides da Cunha, se pegamos o Oliveira Vianna, o Gilberto Freyre, o próprio Fernando de Azevedo com *Um Trem Cone para Oeste e Canaviais e Engenhos na Vida Social do Brasil*, descobrimos uma continuidade, historicamente. O terreno parecia-me sólido. Era o que sabíamos fazer. Decidi: “Vou me plantar nesse terreno. Vou fazer o trabalho aí mesmo!”” (FERNANDES, 1995b, p. 11).

em dados momentos, focalizados pelos cronistas, pelos jesuítas, pelos documentos oficiais, pelos viajantes. Ou tratava-se de folclore. Daí eu ter acumulado um conhecimento amplo sobre a técnica e o processo de lidar com análise funcional de relações de concomitância (ou “uniformidades de coexistência”). (FERNANDES, 1995b, p. 13).

O autor via limitações na abordagem sociológica e também na abordagem antropológica que era transmitida na universidade. Enquanto a primeira tendia a falar do homem como “ser civilizado” em toda e qualquer situação histórica possível, a segunda acabava por diluir o objeto da sociologia em seu tratamento dado a cultura (FERNANDES, 1995b, p. 14). A ousadia e abrangência dos seus trabalhos evidenciam a criticidade para com o real e o pensado, nunca se contentando em apenas reproduzir dogmaticamente determinada concepção ou em simplesmente fazer uma sopa eclética sem as devidas depurações e sínteses teóricas extraídas do diálogo crítico com distintas vertentes.

Neste período de inserção de Fernandes na vida acadêmica estava vigente a ditadura do Estado novo getulista, período de repressão em que a luta contra a ditadura já tinha ressonância na Faculdade de Filosofia. Desde o golpe da Aliança Liberal em 1930, Getúlio Vargas conduziu uma política que, ao mesmo tempo em que possibilitou o desenvolvimento industrial e a consolidação de direitos trabalhistas, apoiou-se nas oligarquias rurais e urbanas, reprimiu o sindicalismo “não oficial”, buscou transformar o movimento sindical e popular em cauda política da burguesia e apoiou-se no anticomunismo para justificar seu caráter repressivo que se acentuou ainda mais após a instauração do Estado novo em 1937 (perdurando até 1946).

É sabido que a ditadura de Vargas foi um terrível período de repressão. E, naturalmente, na época em que fui para a Faculdade de Filosofia, a luta contra a ditadura já era elaborada e começava a ganhar vida, pois a insatisfação dos estudantes já se projetava. As classes burguesas, ao contrário do que acontece sob a ditadura atual, promovia ativamente certas resistências a Vargas, tanto que a ditadura varguista procurou apoio nas classes trabalhadoras, não só nos militares. Vargas fez uma demagogia com os pobres, com os trabalhadores. É claro que nós poderíamos ter apoiado Vargas, se tivéssemos nos sentido seduzidos por esse “populismo”, mas aquele era um momento em que intelectuais estavam presos, Prestes estava na prisão. A luta pela liberdade era decisivamente importante. O estudante era fatalmente levado para a ação clandestina contra a ditadura, ação que encontrava suporte tolerância na burguesia, que tinha eclosão, possuía suas vias de manifestação. De outro lado, o Partido Comunista mantinha seus quadros ilegais em atividade clandestina, viabilizando a ação oculta, a ação contestadora dissimulada. (FERNANDES, 1995b, p. 16).

O jovem Fernandes não se envolveu com o movimento estudantil e os grêmios, mas atores políticos que já estavam na luta clandestina demonstravam interesse em aproximá-lo de suas fileiras. Nessa altura ele já tinha notoriedade por escrever em jornais e dialogar com importantes intelectuais. Ainda era nesse momento o que mais tarde chamou de estudante ardente: “não tinha sido plenamente adotado pela Universidade, nem havia me imiscuído na vida subterrânea da luta política” (FERNANDES, 1995b, p. 16). O contato com Hermínio Sacchetta fez com que Fernandes iniciasse sua militância política no trotskismo, integrando-se ao Partido Socialista Revolucionário (PSR).

O fato é que me vi arrastado para a ação clandestina contra a ditadura. Os contatos mais instrumentais para isso foram os colegas que estavam na *Folha da Manhã*, o Sacchetta e outros. Acabei indo diretamente para a extrema esquerda, para o grupo trotskista, um grupo filiado à IV Internacional. Deixei, portanto, de gravitar pelo centro. Não sofri as seduções da esquerda moderada: fui direto para extrema esquerda daquele momento, que era uma extrema esquerda séria, porém fraca — um grupúsculo (FERNANDES, 1995b, p. 16-17).

A atuação do PSR era clandestina e o partido criou em 1945 a Coligação Democrática Radical, uma espécie de braço legal do movimento. Esse vínculo possibilitou ao sociólogo a descoberta das obras de Marx, Lenin, Trotsky e a realização, como parte de suas tarefas militantes para a Editora Flama (pertencente ao partido), da tradução da *Contribuição à crítica da economia política* de Marx, acrescentando uma introdução de sua autoria.

O amadurecimento intelectual de Florestan Fernandes neste período combinava suas experiências de militância política no PSR e sua vigorosa e disciplinada atuação no espaço acadêmico. Sousa (2001) ao mesmo tempo em que fala da “dualidade” entre o acadêmico e o militante, também fala de uma *estrutura paralela* ou de um *rio subterrâneo* crítico e marxista em amadurecimento que corre ao longo de toda sua trajetória. Isso significa que as necessárias mediações impostas pelos limites de cada um dos ambientes impunham uma *aparente dualidade* entre o *homo academicus* e o *homo politicus*, embora já transparecesse timidamente em seus trabalhos intelectuais a perspectiva marxista em fase de maturação. É importante constatar essa aparente dualidade (que não impede que o rio subterrâneo siga correndo) para podermos compreender o processo que

desembocará futuramente na fusão plena entre o intelectual e o militante. Como não podemos separar forma de conteúdo e nem aparência de essência, cabe também ressaltar que a aparente dualidade *era expressão da fase inicial do amadurecimento de sua estrutura paralela*, uma fase em que o autor ainda não dispunha das condições e dos meios necessários para projetar plenamente sua almejada fusão entre teoria e prática.

O espaço militante que abriu a possibilidade de uma relação fecunda com a concepção marxista foi decisivo em sua formação. Mesmo que o mundo acadêmico impusesse a “aparente dualidade” entre o militante e o intelectual, essa aproximação foi um ponta pé para que a criticidade assentada na contribuição marxista perdurasse ao longo de toda sua trajetória. O autor pôde receber e produzir no movimento político aquilo que a universidade não possibilitava naquele momento.

Comentando seu trabalho de introdução e tradução da *Contribuição à crítica*, o autor afirma:

Para mim, a oportunidade de estudar a fundo – embora tão prematuramente – uma obra como a *Contribuição à crítica da Economia Política* surgia como um verdadeiro mergulho em mar alto. Nela me comprometi muito mais como sociólogo que como ativista político, reconheço. Mas é exatamente por isso que essa realização é tão marcante na descoberta dos caminhos que me levariam à perspectiva sociológica, que defendo, e à prática sociológica que me impus. (FERNANDES, 1977, p. 172-3 apud SOARES, 1997, p. 39).

Seu encontro fecundo com a profundidade da obra marxiana permitiu-lhe enxergar os limites do ecletismo de seus professores europeus, que “obrigava-os a lidar simultaneamente com Comte, Simmel,

Marx, Dukheim, Spencer, etc.” ou seja, sabia-se “um pouco de tudo”, mas o Marx “nunca entrou de corpo inteiro” (FERNANDES, 1995b, p. 18). Foi somente neste trabalho de tradução da *Introdução à crítica*, publicado em 1946 quando tinha 26 anos de idade, que Fernandes descobriu o verdadeiro Marx e completou assim um circuito intelectual em sua formação¹³. O autor afirma a relação entre teoria e prática como questão central no método marxiano e descobre um Marx que já havia, por exemplo, relacionado o protestantismo com a acumulação primitiva de capital pré-capitalista oito anos antes de Weber fazer essa relação (FERNANDES, 2010, p. 45). Problematisa assim o papel das ciências sociais particulares e o seu vínculo com técnicas que buscam amenizar os “desajustamentos sociais”:

A barreira que tem afastado de Marx uma grande parte dos cientistas sociais é ao mesmo tempo um dos elementos fundamentais da teoria marxista do conhecimento. Trata-se das *relações entre teoria e prática*. A economia, a sociologia etc. nasceram e desenvolveram-se sob o signo da ação; o ideal de seus fundadores era conseguir o *controle da vida social* para os homens, como já havia sido parcialmente realizado em relação às forças da natureza. Mais do que isso, pensavam em obter, por meio das ciências sociais *particulares*, técnicas

¹³ Nas palavras de Fernandes (1995b, p. 17): “Naquela época eu andava muito preocupado com a explicação na ciência. De repente, descobria Marx ali, toda a sua rica e original fundamentação da explicação materialista-dialética na ciência social. A leitura do livro não foi irrelevante; o trabalho era pioneiro em muitas coisas e nele aparecem preocupações e descobertas que foram exploradas por Weber e outros autores nos célebres e infundáveis “diálogos com Marx” — inclusive a respeito do entesouramento, da relação entre protestantismo e a acumulação primitiva, e várias outras coisas. Mas, de repente, eu encontrava no Posfácio um Marx que estava falando diretamente conosco. Mais do que os professores com quem eu aprendera, mais do que os livros que eu vivia lendo. Para mim foi uma descoberta extraordinária. Eu já ficara impressionado com a primeira parte de *A Ideologia Alemã*, que estava entre os clássicos cuja leitura eu me impusera. E com o Posfácio se desvendava toda uma nova linha de trabalho, que na Universidade eu havia trabalhado muito mal”.

sociais tão perfeitas que se poderia, no futuro, organizar racionalmente a sociedade, segundo planos sociais, econômicos etc., de modo a reduzir ao mínimo os desperdícios de energia humana e os desajustamentos sociais. Todavia, apesar de toda a nostalgia da prática, teoria e ação são distanciadas de tal forma, que afinal de contas tem-se o direito de perguntar a que espécie de aplicação aspiram e que eficiência prática pode ter uma teoria *cuja prova é sempre ministrada teoricamente*. (FERNANDES, 2010, p. 33, grifos nossos).

O *status quo* dominante na sociologia acadêmica já era encarado criticamente pelo autor. Se fazia presente em seus trabalhos a crítica ao distanciamento do processo permanentemente contraditório da própria realidade social, e a dificuldade da sociologia em dar respostas que realmente contemplassem uma unidade coerente entre teoria e prática. Fernandes encontra no método de Marx uma concepção mais completa que considera – reciprocamente - as permanências e as continuidades histórico-sociais: a *dinâmica* e a *estrutura*.

Dessa forma, o que havia de essencial e de fecundo no ‘método naturalista’, que permite apanhar o que é geral nas coisas, e o que havia de essencial no ‘método histórico’, que permite captar as coisas na sua singularidade, deram origem a um novo método de trabalho científico, conhecido sob o nome de *materialismo histórico*. Esses resultados a que Karl Marx chegou marcaram uma nova etapa na história das investigações científicas, pois desdobraram diante das ‘ciências históricas’ – ou ciências sociais, como dizemos hodiernamente – novas possibilidades de desenvolvimento científico. (FERNANDES, 2010, p. 30).

É no espírito desta permanente criticidade para com o real e o pensado que Florestan Fernandes estabelece seu trabalho na academia.

Sem abandonar a possibilidade de lograr futuramente uma fusão entre trabalho intelectual e intervenção política na realidade nacional, perspectiva que se aprofundará ao longo de seu percurso acadêmico e militante.

O movimento político também possibilitou uma convivência de grupo particularmente diferenciada no sentido do trato humano e do companheirismo, uma “lealdade recíproca” que o próprio autor afirma que nunca mais encontrou, e que correspondia “àquela concepção utópica do que teria que ser um partido revolucionário, socialista, dentro de uma orientação proletária, etc.” (FERNANDES, 1977 apud SOARES, 1997, p. 39). Aqui urge o dilema entre a dedicação à academia e ao partido. Dilema que Fernandes num primeiro momento enfrentou com dedicação à militância partidária, mas sem abandonar as atividades acadêmicas que sempre foram prioritárias. A irradiação do movimento político no qual se engajou não atendeu às suas expectativas, e a própria dinâmica de sua inserção real fez com que a dedicação à universidade ganhasse centralidade. Nas palavras de Fernandes (1995b, p. 17):

Fiquei vinculado a esse grupo alguns anos, até 1950 ou 1951, não me lembro direito, mas chegou o momento em que ficou claro que eu tinha potencialidades de autorrealização que não podiam ser satisfeitas dentro do grupo. De outro lado, a rotina do meu trabalho universitário interferia nos meus deveres de militante. Nós não tínhamos partidos revolucionários propriamente ditos, capazes de oferecer ao intelectual uma oportunidade equivalente a que ele encontra na Universidade. Se se considera, por exemplo, a situação da Rússia revolucionária, um Bukarin, um Lênin, um Trotski, ou mesmo um Stalin, quem quer que fosse podia ser um intelectual do partido. Veja a Rosa de Luxemburgo. Seu curso sobre Economia,

dados aos militantes do Partido, podia ser publicado como livro de real importância científica. O Partido era um ambiente no qual o intelectual podia ter papéis específicos e criar uma contribuição própria. No Brasil não existia (como ainda não existe) nada disso. Em resumo, eu era um intelectual, mas o que eu fazia no movimento qualquer indivíduo poderia fazer. Se eu estivesse no Partido Socialista, no qual prevaleciam os italianos, ou no Partido Comunista, aconteceria a mesma coisa. Se eu pertencesse a algum grupo burguês de ação democrática a realidade seria a mesma.

Seu objetivo era unir, transformar em práxis, seu interesse pela sociologia e pelo socialismo, algo que não foi possível realizar no movimento trotskista e nem na universidade. A própria realidade cultural e política brasileira à época não viabilizava a existência de um movimento socialista capaz de aproveitar os intelectuais de maneira mais consistente. O sociólogo concluiu que estava investindo seu tempo de maneira negativa, pois o grupo político não tinha condições de aproveitar sua contribuição intelectual. Fernandes (1980, p. 20 apud SOARES, 1997, p. 42) afirma que almejava vincular o trabalho de investigação na sociologia ao processo de construção de “um pensamento socialista no Brasil, e isso exigia uma atividade política revolucionária que não havia. Então, o que restou, para mim, foi o trabalho dentro da universidade, a partir das tensões que poderiam nos levar a um processo de renovação cultural profundo”.

O acúmulo de tarefas acadêmicas que exigiam cada vez mais dispêndio de energia impossibilitava maior dedicação para a ação política, criando problemas de consciência no jovem militante. “Nessa fase, segundo recordava com carinho, a orientação de Sacchetta teve papel fundamental. A conselho do amigo, optou pela universidade, onde

poderia ser mais útil ao movimento socialista” (IANNI, 2004, p. 8-9). Desvencilhado então da organização política em 1950-51, o autor permaneceria durante três décadas fora de qualquer partido político. As influências marxistas que bebeu no movimento político nunca mais o abandonariam. Antonio Candido de Mello e Souza (2001), como vimos, afirma que essa massa de conhecimento se ordenava como uma espécie de estrutura paralela, sendo ponto de partida de suas sínteses futuras.

[...] de um lado era já de certa maneira marxista, como prova a introdução que fez para a sua tradução da *Contribuição à crítica da economia política*; de outro lado era um sociólogo acadêmico. Além disso, durante algum tempo, lá por 1945 e 1946, foi militante político de linha trotskista, tendo sido um dos organizadores da efêmera Coligação Democrática Radical, concebida segundo o esquema de frente ampla abrangente, para enfrentar as necessidades do momento. (SOUZA, 2001, p. 30).

A aparente dualidade entre o “militante marxista” e o “sociólogo acadêmico” se evidencia em suas primeiras obras. Enquanto na *Introdução da Contribuição à Crítica*, publicada pela editora do partido, é nítida a defesa do método de Marx, em seus trabalhos acadêmicos é central a aplicação do método funcionalista. Todavia, mesmo nesses trabalhos haviam indicações de uma perspectiva crítica. Em *A organização social dos Tupinambá*, por exemplo, ele adverte:

É obvio que este trabalho, por sua própria natureza, restringe nitidamente as possíveis obrigações do autor de assumir uma *posição* crítica diante das teorias indicadas. Uma discussão deste gênero afastar-nos-ia, provavelmente, do objeto restrito da presente monografia. E, não obstante, pouco

contribuiria para a localização da mesma na teoria etnológica (FERNANDES, 1989, p. 19).

O autor foi paulatinamente desenvolvendo uma orientação sociológica que se propõe a transitar para além dos limites da sociologia burguesa¹⁴ e sua pretensão de descolar os fenômenos sociais de sua historicidade e de sua base econômica. A sociologia crítica que inaugurou recorre constantemente aos movimentos dinâmicos da história em sua relação com as estruturas socioeconômicas que perpassam esses processos. Seus diálogos com a filosofia, a economia e a história transcendem a fragmentação do conhecimento e buscam uma unidade baseada no materialismo dialético¹⁵.

¹⁴ Sobre os limites da Sociologia burguesa enquanto disciplina específica, Georg Lukács afirma: “Iniciemos pela nova ciência da época da decadência: a sociologia. Ela surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social ‘separando-as da economia’. A tendência objetivamente apologética desta orientação não deixa lugar a dúvidas. Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma; quanto mais ela elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu a investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas e vazios raciocínios analógicos [...] Paralelamente a este processo, ocorre na economia uma fuga da análise geral de produção e reprodução e uma fixação na análise dos fenômenos superficiais da circulação, tomados isoladamente. [...] Assim como a sociologia deveria constituir uma ‘ciência normativa’, sem conteúdo histórico e econômico, do mesmo modo a História deveria limitar-se à exposição da ‘unicidade’ do decurso histórico, sem levar em consideração as leis da vida social”. (LUKÁCS, 1981, p. 23 apud LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. *Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 73-82. 2007*).

¹⁵ Nas palavras do sociólogo: “No campo metodológico, Marx conseguiu fundir dois métodos aparentemente antagônicos e contraditórios em um só método científico – o materialismo histórico. Mas, naquele momento, o principal objetivo era mostrar como Marx chegou à elaboração de um método novo, através da crítica da concepção naturalista em ciências sociais (clássicos, “comtistas”, etc.). Neste passo da exposição podemos compreender, entretanto, agora positivamente, porque Marx chegara àqueles resultados. Isso de fato só foi possível graças à sua concepção de dialética: possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade – o conceito como reprodução do concreto, noção hegeliana – a existência de um movimento dialético imanente às próprias coisas (desenvolvimento das formas sociais, como movimento do real, no tempo, por exemplo), que nos afasta de Hegel.” (FERNANDES, 2010, p. 32).

Fernandes (1995b, p. 18) afirma que a Escola de Sociologia serviu para alargar o painel sob o qual a influência de Marx o conduziu por novos caminhos. Quando iniciou seu trabalho docente não buscou simplesmente repetir este ou aquele autor, mas fazer um diálogo que delimitasse as diferentes orientações básicas existentes no pensamento sociológico. Desenvolve um curso sobre a indução na sociologia em que fazia incursões em autores como Mannheim, Freyer, Sombart, Tonnies, Maunier, Simiand e Park, com especial atenção para Mannheim, considerado por ele o mais consistente no âmbito da sociologia. Nos debates gerais e menos abrangentes sobre a explicação sociológica abordava Durkheim, Weber e Marx, e quando trabalhava esquemas mais amplos usava outros autores:

Para problemática original da Sociologia descritiva ou da Sociografia, Le Play; para toda a problemática da Sociologia comparada, Comte, Spencer e, principalmente, Durkheim; para a problematização da Sociologia Histórica ou diferencial do método dialético, Marx; para a Sociologia aplicada, os autores que eu comecei a explorar a partir do curso de Patologia Social de Roger Bastide, mas que reformulei com os sociólogos e os patologistas sociais norte-americanos e ingleses e os autores marxistas (aliás, a Sociologia aplicada foi uma área à qual me dediquei intensamente, por causa dos meus interesses práticos, por causa da minha posição socialista e da esperança de que a Sociologia aplicada poderia ser muito importante para nós). Discutia também os campos e os problemas da Sociologia Geral, que derivavam principalmente da divisão durkheimiana (e permitem colocar os problemas epistemológicos e metodológicos da ciência), conciliando a evolução histórica das disciplinas com a necessária fundamentação lógica. Eu fazia um elenco e, com isso, estabelecia um ponto de partida bem diferente daqueles que nós

tínhamos herdado. Não repetia simplesmente a divisão da Sociologia de Mannheim, que era a que eu considerava a mais orgânica, consistente e lógica. Conseguia, num país em situação de dependência cultural, definir as relações com o exterior num plano multívoco e situar-me como sociólogo fora e acima das precariedades dos “autores da moda” e da imitação colonial.

A crítica para com o real e o pensado já afirmava para o autor a importância de situar a particularidade latino-americana e brasileira, o que não significava a negação do conhecimento universal acumulado pela humanidade, mas a sua apropriação crítica e original a partir da nossa própria realidade. Nas palavras de José Martí: “Se é para depender de literatura externa, então é melhor ler todas do que ler só uma” (FERNANDES, 1995b, p. 18). O autor buscou, portanto, desenvolver um trabalho criativo nos campos da Sociologia diferencial ou histórica e da Sociologia descritiva para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento e da dependência, que na época ele chamava de *heteronomia*: “conceito que aparece em Marx e é generalizado por Max Weber” (FERNANDES, 1995b, p. 19).

Essas incursões feitas a partir do curso sobre indução na sociologia deram continuidade ao desenvolvimento de sua proposta metodológica através de uma original apropriação crítica de diferentes vertentes sociológicas. Não parece haver ingenuidade ou “ecletismo inconsequente” nesta construção metodológica. Este trabalho resultou na obra *Os fundamentos empíricos da explicação sociológica*, cuja primeira edição data de 1959. Neste livro o autor explicita suas críticas aos limites dos métodos propostos por Durkheim e Weber, resgata elementos

fundamentais da dialética de Hegel e finaliza expondo generosamente o método de Marx como capaz de transcender os limites apresentados.

Florestan tinha rigorosas preocupações metodológicas, postas claramente em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Os recortes temáticos de seu grupo eram mediados pelo privilegiamento do método. Nessa perspectiva, justamente, Florestan distinguia, como fizera Marx, método de investigação e método de explicação, a pesquisa empírica e a interpretação. Diferente de Marx, em que esse tema é pouco mais do que uma citação de algumas linhas, Florestan dedicou-se extensamente ao trato teórico desses momentos do método científico nas ciências sociais, valorizando sobretudo a pesquisa empírica como fundamento do conhecimento sociológico. (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 13-14).

Ao debater as soluções fundamentais dos problemas da indução na sociologia, Fernandes (1972, p. 98) afirma que tanto Durkheim quanto Weber “[...] apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como algo *concreto*”. Este afastamento da concretude, segundo o autor, se manifesta em Durkheim pela influência do naturalismo, que eterniza relações e modos de organização social especificamente históricos; e, em Weber, apesar da crítica ao método funcionalista, pela arbitrariedade dos “tipos ideais”, que são elaborados de acordo com a conveniência e tendem a ter sua determinação exagerada nos processos sociais.

O sociólogo aponta na dialética de Hegel a possibilidade de superar a lógica formal e a lógica aplicada, se aproximando do movimento concreto da realidade. Em Hegel é possível captar a unidade e diversidade dos fenômenos. É possível distinguir o que “[...] é peculiar, essencial e

imane a todas as manifestações do espírito como algo idêntico a si próprio; e aquilo que é peculiar, essencial e imane a cada uma das formas de realização do espírito no seu devenir.” (FERNANDES, 1972, p. 105). Porém, o autor demonstra as limitações da filosofia de Hegel, que se dão pelo seu caráter especulativo, pelos limites que o idealismo impõe por não considerar a realidade material como ponto de partida, e vai afirmar a potência do método de Marx em sua capacidade de transcender o legado de Hegel.

[...] o aproveitamento construtivo das perspectivas abertas por Hegel às ciências da sociedade e da história dependia de uma inversão completa de sua orientação, através da qual se substituísse a especulação pela investigação empírica, o idealismo especulativo pela ciência. No movimento crítico, que se operou logo nos começos do século passado (“Esquerda Hegeliana”), orientado no sentido de aplicar o método dialético à interpretação objetiva do real, tomou vulto a figura de um jovem que encetara com sucesso a crítica da Filosofia do Direito de Hegel, e se dispunha a realizar uma obra crítica de grande envergadura, na qual pretendia abranger todo o sistema hegeliano (direito, moral, política, etc.). Tal obra deveria terminar com “a crítica da elaboração especulativa destas matérias”. Esse jovem chamava-se Karl Marx, e é em suas investigações que vamos encontrar *a única teoria consistente, já elaborada no moderno pensamento sociológico, sobre a interpretação indutiva de uniformidades de sequência, encaradas historicamente*. (FERNANDES, 1972, p. 105, grifos nossos).

Fica evidente a nítida distinção que o sociólogo faz entre as correntes debatidas, e a afirmação da consistência da dialética materialista, demonstrando que em Marx o método dialético é

reelaborado de forma radical, porém, sem perder sua fecundidade como meio de investigação e representação racional. Isto reafirma a posição de que a crítica marxista se faz presente e vai se maturando ao longo de sua trajetória. O diálogo e apropriação de categorias advindas de outras concepções teóricas se dá criticamente e ressignificando seu conteúdo. Isso fica claro quando Fernandes (1972, p. 106-107), referindo-se à Teoria Social de Marx, afirma:

Em resumo, trata-se de uma concepção que apresenta: a) em comum com a de Durkheim, as noções de que os fenômenos sociais possuem uma realidade própria, e de que o conhecimento científico dos fenômenos sociais constitui a imagem ou a representação teórica dessa realidade; b) em comum com a de Weber, as noções de que as atividades sociais são atividades com sentido, e que o conhecimento científico dos fenômenos sociais empiricamente fundado possui uma validade relativa [...] Exatamente por causa desses pontos de contato, não podemos esperar que sua concepção possa levar a uma colocação dos problemas da indução que guarde semelhanças com um ou com outro desses autores. Pois, à medida em que os pontos de contato não coincidem entre si, quando se confrontam as concepções de Durkheim e de Weber, eles se tornam uma evidência de que é possível combinar diferentemente os postulados da *sociologia positiva* e da *sociologia compreensiva*. Foi por isso, e não por outra razão, que preferimos abordar por último a contribuição de Marx, quando ela antecede, realmente, as outras duas, no tempo.

Se, após afirmar a concepção de Marx como *a única teoria consistente na interpretação indutiva da historicidade das uniformidades de sequência*, o sociólogo fala na possibilidade de “combinar diferentemente” os postulados de Durkheim e de Weber, ele o faz no sentido de considerar que há algo que se pode aproveitar nas tendências

materialistas da *sociologia positiva*, e na afirmação do papel da subjetividade humana e do sentido das atividades sociais na *sociologia compreensiva*. Afirmando que o método de Marx possui esses elementos em comum com ambas as concepções, justamente por ter em conta a *unidade na diferença* entre subjetividade e objetividade.

Essa manutenção da coerência metodológica no diálogo crítico com outras vertentes sociológicas aproxima Fernandes, embora nesse momento de forma menos explícita, do que Georg Lukács (2003, p. 64) entendia por *ortodoxia marxista*:

O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso.

No fundo, não encontramos em Florestan Fernandes uma concepção distinta desta. Como vimos, o sociólogo militante afirma nitidamente que a dialética materialista de Marx é o método de investigação social que de fato supera as limitações das outras perspectivas metodológicas, sendo o único consistente na captação da dinâmica e da estrutura histórico-social. Mesmo que ainda não transparecesse de forma explícita em sua produção acadêmica o

marxismo como principal ferramenta metodológica, ele já era, na nossa avaliação, sua concepção de mundo. Ressaltando que o seu rigor metodológico e a sua compreensão da dialética serão posteriormente fundamentais na elaboração de sua interpretação do Brasil.

1.2 A aplicação do saber para compreender os problemas do mundo

Nos anos 1950, através de pesquisa realizada em parceria com Roger Bastide, o foco de seus estudos passa a ser o negro e as problemáticas raciais no Brasil, algo muito mais latente no presente do que a extinta sociedade Tupinambá. Aqui começou, nas palavras de Souza (2001, p. 30-31), “[...] o cruzamento das duas linhas: o sociólogo de grande formação teórica e o intelectual de grande consciência política encontraram pela frente um problema que solicitou a sua combinação”. O autor desenvolve seu método de pesquisa através de formas participantes de sociologia e emerge como líder, participando ativamente em movimentos como a Campanha em Defesa da Escola Pública¹⁶, que o projetam não apenas em São Paulo, mas em todo o País.

A pesquisa sobre as relações raciais foi, na verdade, encomendada pela UNESCO, e Roger Bastide convenceu Florestan Fernandes a assumir essa empreitada. Do projeto de pesquisa resultou a publicação de dois livros: *Negros e brancos em São Paulo* (1959) em colaboração com Roger Bastide e *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). O engajamento na coleta dos dados empíricos, que

¹⁶ O tema da educação e a preocupação com a escola pública também teve importante peso nos escritos de Florestan Fernandes. Podemos citar aqui alguns textos: *Situação do ensino no Brasil* (1954); *Os educadores e as exigências educacionais do presente* (1959); *Análise e crítica do projeto de lei sobre diretrizes e bases da educação nacional* (1960); *Educação e sociedade no Brasil* (1966).

transcendeu o espaço acadêmico, teve importância fundamental para o autor.

De um ângulo teórico esse foi o trabalho que teve maiores consequências para mim, seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e dependência. Além disso, me senti como ser humano em comunhão com outros seres humanos. Nenhum outro trabalho meu anterior me permitiu essa comunicação endopática em profundidade. (FERNANDES, 1978, p. 95-6 apud SOARES, 1997, p. 46).

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, obra defendida em 1964 como tese para um concurso de professor titular de sociologia na USP, é marcante a utilização de categorias de Mannheim como *dinâmica social*, categorias de Durkheim como *anomia*, e emerge com força a dialética de Marx. O autor busca entender a “adaptação” dos ex-escravos à ordem competitiva e é cético em relação às promessas da modernização capitalista. A passagem da ordem escravista para a ordem capitalista vai constituir um eixo de análise polêmico e fundamental em suas elaborações posteriores. A respeito da pesquisa que resultou nesta obra, Fernandes (1995b, p. 20) afirma:

Essa pesquisa foi uma revolução na minha vida intelectual e é também uma revolução em termos de interpretação do Brasil. Ela permite conhecer a sociedade brasileira de outra forma, permite combinar Sociologia, Antropologia, Psicologia e História como nunca se fizera antes. Em Wright Mills encontra-se essa exigência teórica de estabelecer uma ligação, fundir pelo menos a Psicologia, a Sociologia e a História, e ele realizou

tal intento em suas principais investigações, embora a Psicologia tenha uma importância central em seu esquema interpretativo. Em nosso trabalho, e em particular em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, a fusão se faz na reconstrução das situações de vida e ao nível da teoria implícita na explicação dos processos psicossociais e histórico-culturais considerados.

A pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo permitiu ao autor rever a história brasileira, estudar a sociedade escravista, o seu processo de desagregação e a revolução burguesa no Brasil. Fernandes buscará compreender como a passagem de escravo à trabalhador “livre” no regime de classes impôs uma série de barreiras que dificultaram a própria inserção do negro no espaço formal do trabalho assalariado, e como as lutas do movimento negro que buscaram superar essas barreiras e lograr uma “segunda abolição” enfrentaram o isolamento, a segregação e não lograram realizar seus objetivos (FERNANDES, 1995b, p. 22).

Em âmbito acadêmico, o marxismo correu até aqui de maneira subterrânea em sua trajetória. O estrutural-funcionalismo era afirmado pelo autor, mesmo que de maneira crítica, enquanto metodologia de pesquisa. Suas críticas aos limites de Durkheim e Weber, embora também embasadas em suas primeiras leituras de Marx, recorriam muitas vezes à Mannheim, autor que dialoga com o marxismo, mas não é propriamente marxista. Os acontecimentos que se seguiram contribuíram para que posteriormente o marxismo se firmasse explicitamente e assumidamente como sua concepção teórico-filosófica e política.

De acordo com Bárbara Freitag, a influência de Karl Mannheim e Freyer deixava transparecer nos trabalhos de Florestan Fernandes “[...] sua fé na capacidade da razão e da ciência de captar a dinâmica do processo histórico e nele interferir, atribuindo aos intelectuais e cientistas

um papel social preponderante.” (FREITAG; D’INCAO, 1987 p. 165). A autora considera que essa influência predomina na fase “acadêmico-reformista” de Fernandes, vinculando-se à um horizonte de democratização da sociedade brasileira. A ruptura com essa perspectiva e a adesão à uma concepção político-revolucionária ocorreria ao final dos anos 1960.

No entanto, quando consideramos sua breve militância em um partido pretensamente revolucionário e a fidelidade em seu diálogo com a obra marxiana desde meados dos anos 1940, não nos parece razoável generalizar toda sua trajetória até aqui como uma fase meramente acadêmica e reformista de inspiração mannheimiana, embora, sem dúvida, essa influência teve significativo peso em sua maturação intelectual. Barbara Freitag, ao mesmo tempo, fala da presença embrionária do revolucionário no reformista (FREITAG; D’INCAO, 1987). É essa complexidade que faz Antonio Candido afirmar que, mesmo dividindo sua trajetória em três fases, ele via de alguma maneira ambas entrelaçadas entre si. De acordo com SOARES (1997, p. 123):

O pressuposto de Freitag implicava, em certa medida, uma visão de ruptura entre o acadêmico e político. Nossa pesquisa nos levou a relativizar essa posição, uma vez que se verificou, de um lado, a existência de uma atividade política paralela à formação do acadêmico – que influenciou a sua perspectiva em relação à Sociologia e ao conhecimento – e, de outro, uma continuidade do acadêmico no político.

É realmente complexo conceituar rigidamente a rica e complexa trajetória do sociólogo militante. São processos de negação e afirmação que fazem parte de seu próprio amadurecimento como político e

intelectual. As abordagens que buscam uma separação rígida ou que não consideram o conjunto das relações entre sua formação política e acadêmica tendem a cair em simplismos que nos afastam da real apreensão da densidade da obra de Florestan Fernandes.

1.3 A transformação do conhecimento em arma de combate

É na década de 1960 que a simbiose entre o Florestan Fernandes marxista e acadêmico vai se consolidar. A luta pela reforma universitária empolgava amplos setores que lutavam pelas reformas de base, através de um processo de mudança “de dentro para fora” e “de fora para dentro” da universidade que vinculasse sua transformação com o aprofundamento de uma democracia para as massas na sociedade brasileira¹⁷.

O governo Juscelino Kubitschek com sua retórica desenvolvimentista abria o País ao capital internacional concedendo privilégios às empresas estrangeiras com importação de tecnologia e maquinaria e isenção de impostos. Em 1961, Jânio Quadros assume a presidência da república e renuncia após sete meses de governo. Com a força da *Campanha da Legalidade* o vice-presidente João Goulart toma posse contra a vontade dos ministros militares, através de um acordo com o Congresso que impôs o parlamentarismo. Ao mesmo tempo, fortaleciam-se as greves e as lutas sindicais por aumentos salariais, os camponeses pressionavam o governo em prol da reforma agrária e a União Nacional dos Estudantes aprofundava seu vínculo com o movimento popular e seu horizonte de luta por uma universidade que

¹⁷ Publicações como *A recuperação da universidade* (1963) e *O problema da universidade* (1968) demonstram o engajamento e a preocupação do sociólogo com as mudanças e o destino da universidade brasileira.

atendesse aos anseios nacionais e populares latentes na sociedade brasileira. (SOARES, 1997, p. 68).

O golpe de 1964, que ocorreu um ano depois do plebiscito que derrotou o parlamentarismo, depôs João Goulart sem resistência e inaugurou um período de restrição aos direitos civis e democráticos e de terrorismo de Estado cirúrgico e dissimulado. Tratou-se, como demonstram Fernandes (2005) e Paulo Netto (2014), de uma contrarrevolução preventiva que instaurou no poder do Estado o modelo de autocracia burguesa necessário para a plena consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. O governo João Goulart não significava uma ameaça direta à ordem vigente e ao sistema de poder imperialista, mas era necessário “cortar o mal pela raiz” e eliminar as condições que pudessem propiciar o fortalecimento de um efetivo projeto contra hegemônico.

É neste contexto que Fernandes chega ao ápice de sua carreira acadêmica. Em 1965 se torna catedrático da cadeira de Sociologia I e desenvolve, com orientandos e assistentes, pesquisas junto ao Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho - CESIT. Até o final da década de 1960, Fernandes (1977, p. 196 apud SOARES, p. 72) ainda impunha a si mesmo, de certa maneira, uma separação formal entre o militante e o político:

Apesar da minha condição de socialista militante, não tentei vincular a estratégia de trabalho apontada exclusivamente ao marxismo. Tanto no plano do ensino quanto no da pesquisa não procurei romper com o ecletismo, herdado dos professores europeus e posto por mim em outra órbita, com uma compreensão mais rigorosa da

interdependência dos vários modelos de explicação na sociologia.

Dentre seus orientandos e assistentes estavam Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Renato Jardim Moreira. Fernandes os estimulou a trabalhar a realidade socioeconômica do sul do Brasil, o que resultou nas teses de doutorado de Ianni e Cardoso (sobre Curitiba e Porto Alegre respectivamente). Posteriormente tentaram projetos mais amplos sobre a empresa industrial que acabaram sendo o foco principal do CESIT, e também desenvolveram um projeto sobre economia e sociedade no Brasil. Ambos os projetos se encontram transcritos no livro *Sociologia numa Era de Revolução Social* (1976).

Foi combinando os resultados dessas investigações com o aprendizado que adquiriu por meio das pesquisas sobre a situação do negro que Florestan Fernandes avançou em seu trabalho teórico e em sua visão sobre a tarefa do sociólogo como investigador. A obra *A Revolução Burguesa no Brasil* situa até onde ele chegou por essa via, “completando o circuito que se desenha graças e por meio das descobertas proporcionadas pelo trabalho em colaboração com Bastide” (FERNANDES, 1995b, p. 23). Este é, portanto, *um ponto de chegada no processo de construção de sua interpretação do Brasil*. Carlos Nelson Coutinho (2011) considera que as obras elaboradas *a posteriori* reafirmam, na essência, as principais conclusões que Fernandes já havia chegado em *A revolução burguesa no Brasil*.

Estes estudos e pesquisas passam a avançar também para o âmbito do contexto latino-americano. Porém, o grupo sofre entraves com a radicalização da ditadura civil-militar:

O momento de glória de Florestan Fernandes e de alta produtividade da cadeira de Sociologia I e do CESIT não conseguiram resistir às múltiplas pressões e dificuldades que o acadêmico e a sua instituição sofreriam nos amplos processos de crise, mobilização e repressão que a sociedade brasileira vinha enfrentando a partir da deposição do presidente João Goulart e da instauração, por mais de vinte anos, de um regime ditatorial (SOARES, 1997, p. 60-61).

Alguns de seus orientandos e assistentes organizaram um grupo de estudos que perdurou entre o final dos anos 1950 e os anos 1960, intitulado “grupo de Marx”¹⁸. Entre seus membros estavam José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novaes, Paul Singer, Octávio Ianni, Juarez Roberto Schwarz e Bento Prado Júnior. O grupo contribuiu para que uma geração de sociólogos superasse o estrutural-funcionalismo através da descoberta das obras de autores como Marx, Lukács e Sartre. Os “discípulos” num primeiro momento não convidam o “mestre” Florestan Fernandes para participar do grupo. Mas, posteriormente, a partir da própria constituição de uma sociologia marxista na academia, Fernandes vai estabelecer profícuo diálogo com essa nova geração e isso contribuirá para o adensamento de sua concepção marxista.

Se essas influências recíprocas confirmavam muitas de minhas posições, orientações e

¹⁸ “Em 1958, José Arthur Giannotti retornou ao Brasil, após a realização do seu doutoramento na França, onde viveu durante dois anos. Lá participou do grupo “Socialismo ou Barbárie”, que promovia o debate em torno das novas correntes de interpretação do marxismo e a crítica à burocracia do Estado soviético. Ao lado de Fernando Henrique Cardoso – que havia rompido com o Partido Comunista, em 1956, por ocasião da invasão da Hungria pelo exército vermelho -, Giannotti idealizou a formação de um grupo de estudos que se iniciou com a leitura de O Capital. O grupo reuniu-se de 1958 a 1964.” (SOARES, 1997, p. 61).

conclusões anteriores, elas alteravam outras. Eu era obrigado a penetrar mais a fundo na compreensão do elemento positivo intrínseco à sociologia como ciência, despojando-me, de modo crescente, de resíduos deixados por uma longa contaminação naturalista, ligada principalmente ao período de aprendizagem e aos começos de minha formação sociológica. O que fizera, no sentido de livrar-me desses resíduos, através de Mannheim, da primeira leitura de Marx e de outros autores, mostrava-se insuficiente e ia ficando cada vez mais para trás (FERNANDES, 1977, p. 194 apud SOARES, 1997, p. 67).

Vários elementos levaram o autor, que já conhecia Marx e já era politicamente identificado com o socialismo, a aprofundar seus estudos das obras de Marx, Engels, Lênin (entre outros clássicos do marxismo) e trilhar o caminho que resultou em sua adesão plena e aberta ao marxismo. Suas temáticas de estudo e pesquisa como a questão do negro, do desenvolvimento industrial e capitalista no Brasil através do CESIT, direcionam-no para uma apreensão histórica e concreta do capitalismo em suas dimensões universais e particulares; a influência das novas gerações em seu afã de se apropriar do marxismo, seu engajamento na campanha em defesa da escola pública e posteriormente pela reforma universitária, além de sua própria inserção real no contexto que culminou no golpe empresarial-militar de 1964 e em sua expulsão da universidade (SOARES, 1997, p. 67).

É curioso como num primeiro momento ocorre uma cordial polarização entre Florestan Fernandes e o “Grupo Marx”, que o considerava eclético demais, e, num segundo momento, principalmente após a instauração da ditadura civil-militar, a polarização vai se inverter, pois é Fernandes quem defenderá de fato os princípios de um marxista

comprometido com sua causa e com a ortodoxia do método marxiano, polarizando com membros do antigo “Grupo Marx” que acabaram aderindo à modismos intelectuais e à uma espécie de justificação do modelo capitalista dependente, como reflexo de sua própria integração ao sistema. Exemplo disso foi o movimento de Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹⁹ que, após participar da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL quando exilou-se no Chile, cria, conjuntamente com outros membros do antigo “Grupo Marx”, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, instituição da qual Fernandes recusa-se a participar pelo fato de ser financiada por recursos da Fundação Ford (SOARES, 1997, p. 76-77).

No livro *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*, Fernandes (1979) faz críticas sistemáticas à compreensão de FHC acerca do autoritarismo, considerando que o conceito é um tanto “ambíguo” e “plurívoco”, e questiona o uso e abuso do conceito de autoritário e autoritarismo, que semeia a confusão sistematicamente ao classificar “regime autoritário” como “democracia forte”, colocando o “regime soviético” no “mesmo saco” do totalitarismo. O autor considera que a fundamentação do conceito é débil e não considera as relações de poder tal como se apresentam na dinâmica e na estrutura histórico-social.

¹⁹ Teotônio dos Santos (2015, p. 89) mostra como na década de 1980 as bandeiras liberal-democráticas vão progressivamente sendo controladas pelo pensamento conservador, e é neste processo que “assistimos a uma corrente da Teoria da Dependência, que teria em Fernando Henrique Cardoso sua expressão mais coerente, defender a tese da viabilidade de um processo de democratização no interior de um capitalismo dependente. Ela abandonava qualquer perspectiva de crítica e de enfrentamento com o capitalismo dependente, suas expressões monopólicas e seus interesses articulados com o capital internacional. Ela limitava os seus objetivos reformistas aos objetivos liberais, ao processo de destruição e de desestabilização das ditaduras, para construir regimes democráticos”.

A respeito das divergências que foram passo a passo se radicalizando entre FHC e Florestan Fernandes, Camila Vian de Jesus (2018, p. 35) conclui:

Não se pode deixar de reconhecer que, apesar da relação ser entre mestre e discípulo, os caminhos de Florestan e de Fernando Henrique tomaram rumos diferentes à medida que o tempo foi passando e, mais precisamente, quando o regime militar teve início. A inspiração vinda de Marx é presente no trabalho de ambos os teóricos; no entanto, não se pode deixar de lembrar que, tão importante quanto Marx, a influência de Max Weber pode ser facilmente encontrada em seus trabalhos. Contudo, já no início dos anos 70, Fernandes marca sua produção intelectual pelo marxismo mais radical e revolucionário, retoma o pensamento de Lênin e passa a defender a ideia de que os intelectuais deveriam sair das academias de forma a conseguir alcançar outros públicos para captar os inconformismos com os rumos do capitalismo no Brasil. Já Cardoso, nesse mesmo período, passa a utilizar de forma mais assídua os ensinamentos de Weber em seus trabalhos e se debruça mais sobre o autoritarismo e a democratização do Brasil do que sobre sua teoria da dependência.

Quando elabora a partir de 1967 a obra *A revolução burguesa no Brasil*, Fernandes permite-se deixar de lado o estilo de obras resultantes de rigorosas pesquisas sobre temas mais pontuais. Opta pelo ensaio, forma de exposição mais abrangente que permite a afirmação de convicções teórico-políticas para além da rigorosidade empírica exigida nos estudos tópicos anteriores²⁰. Ocorre, por fim, a plena fusão do

²⁰ “*A Revolução Burguesa no Brasil* é justamente um livro que documenta na prática teórica de um grande intelectual o peso decisivo dos fatos históricos no curso de sua própria obra. Em face da ruptura histórica promovida pela tendência autocrática das arcaicas elites

marxista e do sociólogo acadêmico. A práxis de Florestan se consolida e sua obra vai abordar os grandes temas que interessam para a compreensão e transformação do Brasil e da América Latina.

[...] o sociólogo, o pensador e o militante unidos num só tipo de atividade, vai agora se configurar como *cientista cujo ato de construção intelectual já é um ato político*. Por isso os seus temas mudam significativamente. O que estuda agora são as classes sociais, o problema da burguesia, os conflitos do subdesenvolvimento, o Brasil na América Latina, a Revolução Cubana. Isto quer dizer que ele transformou Sociologia em militância, a partir do momento em que *os dois caminhos paralelos que mencionei se fundiram numa personalidade intelectual harmoniosa*. (SOUZA, 2001, p. 31-32, grifos nossos).

Após a instituição pela ditadura civil-militar do AI-5 em 1968, Florestan Fernandes é aposentado compulsoriamente da USP em abril de 1969 e exila-se no Canadá onde ministra aulas na Universidade de Toronto. Desvincilhado formalmente da universidade brasileira, o sociólogo enfim se tornará assumidamente um intelectual marxista²¹. Mergulha profundamente no universo do marxismo e prepara um livro de leituras básicas de Lênin que viria a ser publicado em 1978²². O

brasileiras, materializada no golpe de Estado de 1964, de que Florestan seria uma das vítimas, juntamente com a Universidade, o autor constata que o meio da transformação se deslocara da educação para a política.” (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 15).

²¹ “Eu só me tornei abertamente um professor marxista quando eu fui para o Canadá. Aí já tinha rompido com as instituições. No Canadá, eu polarizei.” (Entrevista de Florestan Fernandes à revista *Teoria e Debate* In: SOARES, 1997, p. 78).

²² Nas palavras de José Paulo Netto: “Florestan preparou na segunda metade da década de 70 a coleção “Grandes Cientistas Sociais” para a editora Ática (São Paulo), a coleção envolvia 6 áreas disciplinares (Sociologia, História, Economia, Política e Antropologia) e consistia em volumes nos quais, antecedidas por uma introdução elaborada por um especialista (que sumariava a vida e a obra do autor a que se dedicava o volume), reuniam-se páginas antológicas de um credibilizado cientista situado naquelas áreas... Em dois dos volumes da coleção – o de número 5, na série “Política”, dedicado a Lenin (1978), e o de

marxismo, que de alguma maneira sempre esteve presente em seu percurso intelectual, agora viria à tona assumidamente, permitindo a plena fusão entre o militante socialista e o sociólogo acadêmico. Nas palavras de Souza (2001, p. 77):

[...] durante muito tempo, na sua composição intelectual, o marxismo foi uma espécie de “rio subterrâneo”, por baixo da estrada acadêmica na qual andava, incorporando criticamente Durkheim, Max Weber, Mannheim etc. Num certo momento o marxismo aflorou na estrada e toda aquela formação convergiu com ele para formar o pensamento extremamente pessoal de Florestan na sua fase madura. Ele costumava dizer e escrever que era marxista-leninista [...] A força de Florestan consiste em ter chegado a um modo pessoal de ser marxista, mostrando que o marxismo tem uma força extraordinária de aglutinação e flexibilização que lhe permite enfrentar as diferentes realidades, dando as respostas específicas que cada uma requer.

Este foi o movimento de sua maturação intelectual, em que o marxismo correu primeiramente como *rio subterrâneo* até aflorar na estrada, permitindo a fusão que edificou o cientista social marxista e militante. Não atoa passa a se dizer marxista-leninista pois, como demonstraremos adiante, Lênin teve importante influência na elaboração de seu ensaio sobre a revolução burguesa e o capitalismo dependente no Brasil. Todo seu arsenal transformou-se em *arma da crítica* cuidadosamente calibrada para desvendar e enfrentar os grandes dilemas do povo brasileiro e latino-americano.

número 36, volume duplo, na série “História”, dedicado a Marx-Engels (1983: recorde-se que este ano assinalava um século da morte de Marx e a publicação da antologia inscreveu-se nos eventos comemorativos da data) -, Florestan também exerceu as funções de organizador” (NETTO; FERNANDES, 2012, p. 11-12).

O ensaio *A revolução burguesa no Brasil* foi elaborado em duas etapas: a primeira, elaborada a partir da segunda metade da década de 1960 e, a segunda, escrita na década de 1970 quando Fernandes retoma o trabalho após enfrentar as adversidades políticas da cassação e do afastamento da Universidade. Neste ensaio há um diálogo com todo o *pensamento social brasileiro*²³. Nota-se, na primeira parte, uma apropriação crítica de categorias de Weber e, na terceira parte, a influência decisiva de Lênin na explicação da particularidade da revolução burguesa e do desenvolvimento capitalista no Brasil. A originalidade deste trabalho evidencia-se na precisão com que fundamenta as categorias e no seu diferencial quando comparado às análises da particularidade brasileira predominantes até então²⁴.

Assim como Lênin analisou os limites da burguesia russa, incapaz de cumprir plenamente tarefas nacionais e democráticas que nos países centrais foram cumpridas na revolução burguesa, Florestan buscou identificar historicamente os empecilhos estruturais e o caráter de nossa burguesia. A apropriação rigorosa do método dialético permitiu ao autor não cair em conclusões extremas e extravagantes, mostrando que tivemos uma revolução burguesa atípica que consolidou um tipo particular de desenvolvimento capitalista.

²³ Este pensamento advém de uma cultura acadêmica que firmou uma certa tradição de grandes ensaios interpretativos do Brasil. Sendo marcantes obras como *Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação do Brasil contemporâneo* e *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr; *Casa grande e senzala e Ordem e progresso*, de Gilberto Freyre; *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal; *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro; e *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

²⁴ “A revolução Burguesa no Brasil é, num certo sentido, um acerto de contas com alguns aspectos das grandes interpretações do próprio grupo de Florestan e do próprio Florestan, e também das esquerdas brasileiras.” (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 16).

A Revolução Burguesa no Brasil equivale, num certo sentido, a *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin, um marco nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo em sociedades diferentes das sociedades da Europa Ocidental. Marx, aliás, numa relutante carta enviada à militante populista russa Vera Zasulich, já havia feito a ressalva de que sua teoria das condições sociais de emergência do socialismo se aplicava à Europa Ocidental, mas não podia assegurar que se aplicasse a países com outro desenvolvimento histórico. Porque na Rússia das décadas finais do século XIX a revolução burguesa se cumpria insuficientemente, o historicamente possível poderia estar se propondo a partir de condições que não eram as mesmas da Europa Ocidental. (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 18).

Fernandes retorna ao Brasil em 1971 e retoma seu trabalho sobre a revolução burguesa. Passa por um período de isolamento e só volta à atividade acadêmica em 1977, quando recebe o convite para lecionar no curso de pós-graduação da PUC de São Paulo. Combina neste momento a atividade docente com a atividade publicista sobre temas latentes, que resulta em obras como *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* (1975); *Brasil em compasso de espera* (1980); *Que tipo de república* (1986), e *Nova República?* (1986). Essa abordagem política terá significativa influência de Marx, Engels e Lênin. Torna-se, então, “[...] um publicista empenhado em divulgar o pensamento e a filosofia marxista-leninista e analisar a realidade política do Brasil e da América Latina” (SOARES, 1997, p. 82).

As obras publicadas pelo autor nos anos 1970 e 1980 evidenciam seu novo enfoque na compreensão da realidade socioeconômica do Brasil e da América Latina com uma intencionalidade revolucionária. Podemos destacar *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*

(1973), *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional* (1976), *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo* (1979), *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979), *Movimento socialista e partidos políticos* (1980), *O que é revolução?* (1981), *Poder e contrapoder na América Latina* (1981), e *A ditadura em questão* (1982). Aprofundaremos elementos centrais de sua interpretação do Brasil e da América Latina nos capítulos seguintes.

Em 1983, Fernandes é convidado pela *Folha de São Paulo* a colaborar semanalmente com a seção “Tendências e Debates”. Esse espaço propicia ao autor um trabalho de “jornalismo político” que o faz atingir um público amplo e tornar-se figura conhecida nacionalmente. Nesse período foi convidado por Luiz Inácio Lula da Silva a ingressar no PT, mas primeiramente hesitou. Considerava que o PT não era propriamente marxista e o “arco íris” difuso de diferentes tendências com diversas concepções políticas o assustava. Colocou como condição para o seu ingresso a definição de um programa e das opções que configurassem o PT como núcleo político da classe trabalhadora.

Ora, não seria fácil para um homem como Florestan Fernandes, que resistiu tanto tempo fora de uma organização partidária, ingressar de pronto em uma nova agremiação política. Durante anos de sua vida absteve-se do vínculo partidário para se dedicar à vocação acadêmica e, por isso mesmo, não estava disposto a abrir mão de sua individualidade dentro de uma organização partidária. Esse argumento surge em seu discurso como uma incapacidade que é atribuída aos partidos existentes em preservar um espaço produtivo para a atuação do intelectual. Além disso, não seria fácil romper, de um momento para o outro, as barreiras do isolamento para se lançar numa aventura militante, vista, ainda, com muitas reservas. Seria necessário que com o tempo,

através do desdobramento dos fatos políticos e de sua própria atividade publicista, o intelectual marxista fosse, passo a passo, em sua trilha pessoal, cruzar com os caminhos do PT. (SOARES, 1997, p. 92).

Os desdobramentos da conjuntura e de suas relações acabaram fazendo com que o sociólogo finalmente viesse a se filiar no Partido dos Trabalhadores em 1986. Contribuíram para esta decisão o diálogo que muitos militantes petistas estabeleceram com ele a partir de seus artigos publicados; a adesão ao partido de amigos próximos como o próprio Antonio Candido, e a inexistência no Brasil de um partido que pudesse realmente atender suas expectativas de ortodoxia partidária.

Florestan Fernandes acabou, segundo Soares (1997, p. 93), superando a visão negativa que tinha sobre a pluralidade de tendências no interior do partido, que deixou de encarar negativamente “[...] à medida que compreendeu que, no contexto político latino-americano, as classes sociais subalternas são politicamente tão frágeis que acabam criando a necessidade de formar partidos que são “frentes ideológicas e políticas que unem tendências diferentes”. Aqui caberia discutir, o que não será possível nos limites desta tese, a diferença entre frente e partido. O fato de as frentes serem necessárias não exclui a existência ou a importância de partidos coesos ideologicamente. E ambos os instrumentos, frente e partido, não necessariamente precisam se confundir.

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram decisivas para selar a aliança entre Florestan Fernandes e o PT. Seu nome surgiu como possibilidade na pretensão do partido de eleger “notáveis” para compor a ANC. Lula o convida para ser candidato a Deputado Federal nas eleições para o Congresso Constituinte, e só então, com o aceite, é que ele se filia no partido. A campanha revelou o quanto seu

nome transitava e era unanimidade em diferentes espectros da esquerda e do movimento popular. Contando inclusive com a adesão e apoio de Luiz Carlos Prestes, que já havia rompido com o Partido Comunista Brasileiro - PCB no início dos anos 1980.

Sobre uma visita que recebeu de Prestes, Fernandes relata:

Eu acho que sempre convivi com a esquerda brasileira, sempre tive alguma importância para a esquerda brasileira e nunca recebi uma homenagem maior do que aquela de uma visita de Prestes à minha casa na rua Nebraska. Uma coisa incrível! Eu comecei como trotskista. Lutei pela liberdade de Prestes, contra o Estado Novo. Quando esta liberdade se concretiza, os trotskistas são postos à margem como se fossem uma contaminação, uma fonte de mal. Os meus companheiros que eram comunistas atravessavam a rua para não me cumprimentar. Numa entrevista feita pela revista *Ensaio e Política* me perguntaram sobre o prestismo e eu disse que o prestismo como fenômeno histórico estava morto e fiz outras considerações sobre Prestes. Dias depois ele estava na minha casa para me visitar, mostrando claramente que o prestismo estava morto como fenômeno político, mas ele, Prestes, estava muito vivo. Me deu uma bela lição e, conversando comigo, ele me revelou que havia feito uma ampla renovação intelectual, cujo centro estava na leitura de obras como as que eu escrevi, Celso Furtado escreveu e outros autores. Quer dizer que durante o período do exílio ele refundiu sua formação intelectual e adquiriu uma postura diferente daquela que ele tinha diante dos problemas brasileiros, a ponto de fazer isso: ele atravessou a ponte, estendeu a mão e ficamos amigos. (SOARES, 1997, p. 101-102).

Luiz Carlos Prestes e Florestan Fernandes, que vinham de duas formações políticas diferentes, o trotskismo e o marxismo-leninismo,

encontram-se na busca por superar dogmas e erros do passado, retomar os princípios fundamentais do método legado por Marx, Engels e Lênin e vislumbrar a estratégia socialista a partir de uma análise concreta da realidade concreta que considerasse as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Uma das formas de retribuição ao apoio de Prestes em sua campanha foi o texto que escreveu em 1987 para uma publicação sindical, intitulado “Luiz Carlos Prestes: esperança e revolução”²⁵.

O sociólogo militante ainda seria reeleito Deputado Federal em 1990 e sua atuação parlamentar foi uma importante voz em defesa das pautas dos movimentos populares, do movimento negro e em defesa da educação pública. Falece em 1995 vítima de complicações em uma malsucedida operação de transplante de fígado, procedimento que fez questão de realizar no Brasil em um hospital da rede pública²⁶. Seus últimos escritos resultaram em obras como *Democracia e*

25

(Disponível

em:

<http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=84:texto-de-florestan-fernandes-sobre-prestes&catid=28:sobre-prestes&Itemid=157> Acesso às 21h16Min em 21/10/2018).

²⁶ “O sociólogo Florestan Fernandes, 75, que morreu no último dia 10 após ter se submetido a um transplante de fígado no Hospital das Clínicas da USP, tinha hepatite C crônica. Florestan adquiriu o vírus em uma transfusão de sangue realizada durante uma cirurgia de próstata, em 1975. O vírus causou destruição progressiva dos hepatócitos (células que compõem o fígado) e acabou levando a uma insuficiência hepática. O vírus C pode ter relação com o câncer do fígado -durante o transplante foi localizado um tumor no fígado de Florestan. O sociólogo passou vários anos sem apresentar sintomas. Desde 1990, no entanto, ele vinha se internando diversas vezes em hospitais de São Paulo, em consequência das complicações da insuficiência hepática. Seu fígado deixou de produzir uma série de componentes fundamentais para o organismo como fatores que coordenam o processo de coagulação do sangue e a proteína albumina. Ao mesmo tempo, o órgão deixou de exercer sua função de “filtro” e uma série de substâncias tóxicas passaram a se acumular no organismo.” (Florestan Fernandes morreu com a doença. *Folha de São Paulo: Cotidiano*.

27 de agosto de 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/27/cotidiano/16.html>> Acesso às 22h de 30/10/2018).

desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual (1994), e *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos* (1995).

Como considerou José Paulo Netto, a vida e obra de Florestan Fernandes ainda oferecem um enorme campo de investigações, e sua contribuição monumental constitui “[...] fonte seminal, caleidoscópica e absolutamente fundamental para a compreensão do Brasil.” (NETTO; FERNANDES, 2012, p. 9-10). Sem dúvida ainda é tarefa pendente na produção teórica brasileira um completo e aprofundado itinerário intelectual do autor, bem como um estudo crítico e comparativo que situe, como afirma Coutinho (2011, p. 223), sua obra na história do marxismo brasileiro.

2. SITUANDO A INTERPRETAÇÃO FLORESTANIANA

Florestan Fernandes (2005) trabalha o problema da revolução burguesa a partir de um amplo referencial marxista, centrado principalmente na apreensão das obras de Marx, Engels e Lênin. Nestas obras já se faz presente o debate sobre as vias clássicas e não clássicas de revolução burguesa, demonstrando que uma correta leitura dos próprios clássicos já nos permite superar a ideia de um esquema único de revolução burguesa que necessariamente se repetiria nos diferentes países do globo. Lênin (2012), por exemplo, já afirmava no início do século XX que a dependência econômica e financeira existente em alguns países da América Latina se diferenciava da realidade das colônias e semicolônias²⁷.

²⁷ Voltaremos a essa questão no quarto capítulo.

As questões centrais que orientaram Fernandes em seu ensaio sobre a revolução burguesa no Brasil coincidem com as preocupações dos clássicos do marxismo ao analisarem as particularidades da revolução burguesa em diferentes países e regiões do mundo: a passagem da velha ordem e do mercantilismo para o modo de produção capitalista, a formação do Estado nacional, os resquícios do velho que permanecem e se refuncionalizam na nova ordem e as classes que protagonizam esses processos de transformação capitalista.

2.1 O marxismo e as vias não clássicas de transformação capitalista

O debate sobre vias clássicas e não clássicas de revolução burguesa está presente desde os primórdios da literatura marxiana e marxista. A consideração concomitante das particularidades e da universalidade é pressuposto do método dialético, ausentando-se somente quando o mecanicismo e o esquematismo se sobrepõem ao método marxiano em perspectivas dogmáticas que fundamentaram equívocos históricos de análise e de projeção política. Karl Marx já indicava em sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução* elementos sobre a particularidade da Alemanha na maneira tardia com que se unificou e resolveu a questão nacional.

Na Alemanha, portanto, começa-se agora a reconhecer a soberania do monopólio no interior do país, por meio da qual se confere ao monopólio a *soberania no exterior*. Por conseguinte, na Alemanha começa-se, agora, com aquilo que já terminou na França e na Inglaterra. A situação antiga, apodrecida, contra a qual essas nações se rebelam teoricamente e que apenas suportam como se suportam grilhões, é saudada na Alemanha como a aurora de um futuro glorioso que ainda mal ousa

passar de uma teoria *astuta* a uma prática implacável. Enquanto na França e na Inglaterra o problema se apresenta assim: *economia política* ou *domínio da sociedade sobre a riqueza*; na Alemanha ele é apresentado da seguinte maneira: *economia nacional* ou *domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade*. Portanto, na França e na Inglaterra, importa suprimir o monopólio que progrediu até as últimas consequências; na Alemanha, importa progredir até as últimas consequências do monopólio. Lá, trata-se da solução, aqui, trata-se da colisão (MARX, 2010, p. 149).

O atraso alemão e a marcante permanência de elementos conservadores em seus impulsos iniciais de transformação capitalista é confrontando por Marx com a filosofia idealista que imperava no país em suas diferentes facetas. Esta filosofia projetava idealmente uma modernidade que estava distante da realidade efetiva da nação alemã naquele período e, ausente de uma vinculação com a práxis revolucionária, pairava estéril como mera elucubração. Mais tarde, nos escritos reunidos em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) criticarão contundentemente os filósofos neo-hegelianos da época e sua incapacidade de enfrentar concretamente as particularidades dos desafios históricos emergentes na realidade alemã.

Esse processo tardio da unificação alemã posteriormente é analisado por Lênin e caracterizado pelo autor como “via prussiana” de desenvolvimento capitalista, sendo que a questão da propriedade da terra e da transformação das relações agrárias é central em sua análise dos dilemas da resolução da questão nacional nas diferentes vias de revolução burguesa. Diferente da via “clássica”²⁸, em que há uma radical

²⁸ Exemplos emblemáticos da “via clássica” foram as revoluções burguesas na Inglaterra, França e Estados Unidos.

transformação da estrutura agrária convertendo a antiga propriedade em pequena exploração camponesa, fazendo com que desapareçam a velha classe rural dominante e as relações de trabalho pré-capitalistas, no caso da “via prussiana” a velha propriedade rural conserva sua concentração de terra e se torna empresa agrária capitalista, preservando formas pretéritas de coerção extra econômica sobre o trabalhador. O Estado burguês que se consolida aqui, portanto, mantém o poder político do antigo proprietário rural que se adapta à nova ordem capitalista.

Nas palavras de Lênin (1980, p. 63 apud COUTINHO, 2011, p. 204-205):

Marx já dizia que a forma de propriedade agrária que o modo de produção capitalista encontra na história, ao começar a desenvolver-se, não corresponde ao capitalismo. O próprio capitalismo cria para si as formas correspondentes de relações agrárias, partindo das velhas formas de posse da terra [...]. Na Alemanha, a transformação das formas medievais de propriedade agrária se processou, por assim dizer, seguindo a via reformista, adaptando-se à rotina, à tradição, às propriedades feudais que se foram transformando lentamente em fazendas de Junkers [...]. Nos Estados Unidos, a transformação foi violenta [...]. As terras [dos latifundiários] foram fracionadas; a grande propriedade agrária feudal se converteu em pequena propriedade burguesa.

Reivindicando o historicismo marxiano, o revolucionário russo explicita *o processo histórico que converte relações pré-capitalistas em relações propriamente capitalistas* e distingue as revoluções burguesas clássicas que eclodiram em rupturas com o antigo regime da transformação capitalista pela “via reformista”, que concilia com o passado feudal e medieval fazendo com que passo a passo a velha

propriedade rural se converta em fazendas de *Junkers*: aristocratas latifundiários que buscam modernizar a administração das terras em moldes capitalistas.

Para além da questão agrária, também é fundamental aqui o modo pelo qual resolvem-se as questões da unificação e formação do Estado nacional: nos processos “não clássicos” não há uma ruptura violenta e a transformação se dá “pelo alto” a partir de um acordo entre membros da antiga aristocracia feudal e a nova burguesia nascente.

É importante salientar que essa especificidade da “via prussiana” não significa de maneira nenhuma a ausência do desenvolvimento e da modernização capitalista. O que ocorre é uma transformação capitalista atípica que perpetua e refuncionaliza antigas estruturas arcaicas, fazendo com que estas contribuam para o seu desenvolvimento conservador. O primeiro autor a empregar o conceito de *modernização conservadora* para caracterizar este fenômeno foi o sociólogo político estadunidense Barrington Moore Junior, referindo-se ao caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão. Estes países realizaram revoluções burguesas vindas “de cima” através de um processo de modernização que se baseou na industrialização condicionada por um pacto político edificado entre a burguesia e os terra tenentes, conduzindo-os a regimes políticos autocráticos (MOORE JUNIOR, 1975).

Antonio Gramsci também constatou processo semelhante em sua análise da unificação e formação do Estado nacional italiano elaborando o conceito de *revolução passiva*. A construção do Estado unificado na Itália deu-se por uma transformação “pelo alto” em que os liberais moderados que dirigiam a casa real de Piemonte conformaram arranjos

políticos entre as várias classes dominantes das diferentes regiões do país, dentre elas algumas que ainda mantinham um domínio de tipo feudal, excluindo as massas populares de qualquer protagonismo e incidência significativa nestas transformações.

Nas palavras de Coutinho (2011, p. 209-210):

Foi buscando compreender as vicissitudes da unificação italiana - o chamado *Risorgimento* -, bem como suas consequências para o presente da Itália, que Gramsci elaborou o conceito de "revolução passiva", vista por ele como um processo de modernização oposto à revolução popular "ativa" de tipo jacobino: enquanto esse tipo de transição ocorre quando uma classe ou bloco de classes conquista a hegemonia, mobilizando efetivamente as massas populares e conduzindo-as a uma eliminação radical da velha ordem, a "revolução passiva" consiste numa sequência de manobras "pelo alto", de conciliações entre diferentes segmentos das elites dominantes, com a consequente exclusão da participação popular. Decerto, a "revolução passiva" opera mudanças necessárias ao "progresso", mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem.

Como podemos ver, o processo de transformação capitalista na Itália teve como questão central a unificação e formação do Estado nacional, e também se desenvolveu por uma via não clássica, uma revolução “pelo alto” que perpetuou em suas potencialidades de desenvolvimento e modernização uma convivência e recomposição de elementos reacionários da velha ordem. Quanto às massas populares excluídas do processo, estas até fazem sentir sua presença de maneira desorganizada e pouco efetiva naquilo que Gramsci chamou de “subversivismo esporádico elementar”, e a classe dominante lida com

seus movimentos através de duas vias: a repressão aberta e direta e a cooptação de lideranças populares no que Gramsci categoriza como “transformismo” (COUTINHO, 2011).

Estes diferentes exemplos de interpretação das vias não clássicas de revolução burguesa convergem na análise de Fernandes (2005), que considera que não há um único modelo de revolução burguesa, mas que diferentes tipos de transformação capitalista se sucederam na história e se integraram posteriormente de maneira desigual às estruturas do capitalismo monopolista e do imperialismo em nível mundial. O fato de se fazerem presentes em suas referências as obras de Lênin (1988; 2012), Gramsci (1949), Mandel (1970), Moore Junior (1975), mostram um amplo diálogo empreendido com as diferentes interpretações dos movimentos particulares e universais das transformações capitalistas.

2.2 As interpretações marxistas da particularidade latino-americana e brasileira

Em sua plena maturidade intelectual, Florestan Fernandes centra seus esforços em lidar com os problemas do subdesenvolvimento e da dependência no Brasil e na América Latina. Inscreve-se, como vimos, na tradição das grandes interpretações do Brasil, obras que confluem esforços no sentido de compreender a formação sócio histórica brasileira na totalidade de seus aspectos históricos e sócio econômicos. Exploraremos introdutoriamente aqui algumas das interpretações centrais que de alguma maneira fizeram parte e possibilitaram o diálogo crítico e a síntese original do autor.

Nelson Werneck Sodré (1968; 1967) realizou importantes esforços no sentido de compreender o “estado da arte” da revisão histórica

do Brasil²⁹. Suas principais limitações estavam na constatação da existência de feudalismo no Brasil e na compreensão dualista da relação entre o arcaico e o moderno, que o fazia acreditar na possibilidade de um desenvolvimento nacional modernizante autônomo apoiado em uma suposta burguesia nacional dotada de um “sentimento nacional”. As teses de Sodré tiveram importante influência na orientação do Partido Comunista Brasileiro – PCB ao longo do século XX, e contribuíram na formulação da orientação política que vislumbrava uma etapa democrático-burguesa para a revolução brasileira que antecederia a etapa socialista. (CONTE, 2010). Essa compreensão dualista da relação entre o arcaico e o moderno também foi compartilhada por Celso Furtado (1959) e orientou as perspectivas keynesianas e desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), acreditando que o desenvolvimento econômico apoiado na burguesia nacional seria capaz de superar os resquícios do velho por dentro da ordem capitalista³⁰.

Tratando da orientação do PCB ao longo dos anos 1945-64, Octavio Ianni (1984) expõe criticamente a perspectiva da revolução democrático-burguesa, que orientou os comunistas brasileiros neste

²⁹ Nas palavras de Pinto (2011): “O intelectual Nelson Werneck Sodré através das suas reflexões historiográficas posicionou-se politicamente a favor de duas experiências de Estado Nacional associadas à processualidade histórica da revolução capitalista no Brasil. Apoiou e justificou o modelo nacionalista do Estado Corporativo de Getúlio Vargas no período de 1937-1945 e depois apoiou e defendeu a institucionalização de uma ampla participação democrática das classes sociais timbradas pela luta nacionalista em confronto direto com os interesses políticos e econômicos do imperialismo capitalista, confronto esse que foi radicalizado no período 1954-1964. Nas duas situações a sua posição ídeo-política manifestou-se enfaticamente a favor do nacionalismo político. Tanto a análise historiográfica como a reflexão teórica de Werneck Sodré sempre mediaram a sua intervenção política, é impossível analisar a sua produção intelectual sem se considerar esse aspecto central.”

³⁰ Francisco de Oliveira (2003) empreende uma crítica contundente ao “dualismo cepalino” em sua obra *Crítica à razão dualista: o omitorrinco*.

período. Tal perspectiva acreditava que os latifundiários e uma parte da burguesia industrial (dependente) seriam associados ao imperialismo, mas haveria um setor da burguesia industrial interessado no desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas: a burguesia nacional. Acreditava-se, portanto, na possibilidade da consolidação política e econômica de um capitalismo nacional no Brasil, que seria logrado através de uma revolução “nacional-libertadora” que teria como vanguarda a “burguesia nacional”, enquanto o proletariado industrial ocuparia papel secundário nesse processo.

Nessa aliança, a burguesia nacional deveria representar um papel de vanguarda, secundada pelo proletariado industrial; representar o seu papel de classe social, explorando as suas potencialidades para conquistar a hegemonia econômica e política. A dificuldade maior era vencer o latifundismo e o imperialismo. O “regime democrático popular” no qual se realizaria o modelo deveria resultar de uma “revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista”. Essa revolução seria realizada principalmente com base numa aliança do proletariado com a burguesia, além do apoio de camponeses e outras classes ou grupos subalternos, desse modo, a sua possível hegemonia. Para o PCB, a vitória de um regime nacionalista, em termos políticos e econômicos, ou da revolução democrático-burguesa, seria uma etapa necessária, prévia à transição para o socialismo (IANNI, 1984, p.47).

Porém, o que se evidenciou no decorrer desse período foi a aceitação, por parte da burguesia nacional, de uma aliança política e econômica com o imperialismo, associando-se e incorporando-se à “histeria anticomunista” difundida pela doutrina da Guerra Fria nos países dependentes dos EUA desde 1947, o que diminuiu, ou quase anulou, a

contradição entre burguesia nacional e estrangeira (IANNI, 1984, p.51-52). Essa realidade nos apresenta um descompasso entre ideologia e história, na medida em que a perspectiva nacional-libertadora (ou democrático-burguesa) padecia de um anacronismo, ou simplesmente não era viável diante de uma burguesia nacional que, quase em seu conjunto, consolidou seu poder associando-se ao imperialismo estrangeiro e aprofundando sua relação de dependência.

Quais eram, então, as origens da estratégia “etapista” que acreditava ser possível, como primeira etapa, uma revolução nacional-libertadora em aliança com uma suposta burguesia nacional? Luiz Carlos Prestes (1981) atribui a tais erros cometidos pelos comunistas brasileiros o nosso próprio atraso cultural e a conseqüente tendência a copiar ou transferir mecanicamente soluções adotadas para organizações revolucionárias de outros países para o nosso - dogmatismo, portanto - além de nosso próprio desconhecimento da realidade brasileira, a par de insuficiente conhecimento da teoria marxista-leninista. O pouco contato com o conjunto das obras marxianas e marxistas e as dificuldades na realização de um estudo profundo da realidade brasileira contribuíram para que visões esquemáticas conduzissem um *subjetivismo voluntarista* que não questionava tais modelos.

Anita Leocádia Prestes (1980, p. 206), em análise histórica sobre as posições do PCB, demonstra que tal concepção sofria forte influência das orientações da Internacional Comunista (IC). Tratava-se de uma visão falsa da estratégia da revolução que “não resultava da análise concreta das contradições reais presentes na formação social brasileira ou de outros países latino-americanos”, desconhecendo assim as “particularidades do desenvolvimento capitalista em países dependentes do imperialismo

como o Brasil, onde a dominação imperialista não só não representava um entrave ao capitalismo” como também “propiciava seu *desenvolvimento dependente*, conservando e utilizando para isso estruturas anteriores de tipo pré-capitalista”.

Revelava-se o dogmatismo na “aplicação à realidade brasileira dos esquemas elaborados pela Internacional Comunista, particularmente as resoluções do VI Congresso da IC, realizado em 1928”, as “teses sobre os países coloniais e semicoloniais, entre os quais são incluídas as nações latino-americanas, passam a orientar a atividade do PCB” (PRESTES, 1980, p. 201). A “Resolução-Comentário do Secretário da IC para a América Latina” datada de 1930 exerceu forte influência na “Resolução do Bureau Político do Comitê Central do PCB” que constatava a existência de feudalismo no Brasil e de um regime semicolonial (PRESTES, 1980 p. 203). Projetava-se que a revolução brasileira deveria ser de tipo democrático-burguês, tendo uma primeira etapa anti-latifundiária, “anti-feudal” e anti-imperialista em aliança com setores burgueses “nacionalistas”, para posteriormente criar as condições para a revolução socialista. Transposição mecânica das análises feitas por Lênin para a Rússia czarista, onde de fato existiam resquícios feudais (PRESTES, 1980, p. 204, 205). Tal orientação estratégica perdurou durante longo período da história do PCB, em que ocorreram diversas mudanças de orientação tática - ora esquerdistas, ora direitistas - mantendo-se sempre essa mesma estratégia.

Georg Lukács também formulou críticas ao esquematismo das orientações da IC. Ele reconhece que os movimentos revolucionários impulsionados com a Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa cumpriram papel importante para a retomada do caráter revolucionário do

marxismo, fazendo a crítica às concepções aburguesadas da socialdemocracia; mas identifica, no período em que a União Soviética esteve sob o comando de Stálin, uma “devastação” produzida na teoria marxista. Se num primeiro momento, sobretudo na luta contra Trotsky, “Stálin se apresenta como defensor da teoria lenineana” com a tendência, até o princípio dos anos 30, de “afirmar a renovação lenineana do marxismo contra a ideologia da Segunda Internacional”, por mais importante que fosse reafirmar as posições de Lênin, posteriormente essa afirmação acabou tendo o efeito de “colocar lentamente o estudo de Marx em segundo plano e de trazer para o primeiro o estudo de Lênin”, e em seguida acabou se convertendo na marginalização do próprio Lenin por Stálin. Essa gradual “devastação teórica” sustentou-se através de um “subjetivismo total e totalmente voluntarista” que legitimava “com métodos sofisticados qualquer resolução como sendo um corolário lógico do marxismo-leninismo” (LUKÁCS, 2012, p. 301-302).

Esses apontamentos demonstram que tais erros não consistiram em exclusividade do movimento comunista no Brasil, mas acompanharam um fenômeno internacional decorrente de um processo de esquematização que estancou a potencialidade criativa e originalmente concreta da teoria marxista. Para Lukács (2012, p. 302), superar esses sofismas e retomar a essência antidogmática do método de Marx faz parte do desafio de *renascimento do marxismo*, afinal:

[...] se o marxismo quiser hoje voltar a ser uma força viva do desenvolvimento filosófico, deve em todas as questões retornar ao próprio Marx, sendo que tais esforços podem muito bem ser apoiados de maneira eficaz por muitos elementos das obras de Engels e de Lênin, ao passo que, em nossas considerações, no tratamento que pretendemos

adotar, podemos deixar de lado tanto o período da Segunda Internacional quanto o período de Stálin, por mais que a crítica mais incisiva possível de ambos seja tarefa da maior importância - tendo em vista a restauração do prestígio da doutrina marxiana.

Na América Latina, o líder comunista peruano José Carlos Mariátegui foi talvez o primeiro a questionar as orientações da IC “para países coloniais e semicoloniais”. Elaborando uma análise original desde o nosso continente, ele já era capaz de reconhecer elementos centrais da realidade latino-americana, entendendo o caráter de nossas burguesias nativas enquanto *sócias-menores* do imperialismo. Essa condição é bastante confortável para uma burguesia *de negócios* que não coloca em seu horizonte qualquer preocupação efetiva com a emancipação nacional e com valores democráticos e reformistas. O horizonte da *segunda e definitiva independência* só poderia, portanto, se materializar através de um projeto das massas proletárias e populares, pelo conjunto dos explorados e oprimidos interessados em enfrentar o imperialismo e seus sócios da grande burguesia nativa latino-americana. Mariátegui (1929 apud LOWY, 1999) considerava que as burguesias nacionais, que se sentem confortáveis cooperando com o imperialismo, se sentem donas do poder político ao ponto de não se preocuparem realmente com a soberania nacional.

A revolução industrial na América Latina – segundo Marini (1990) - corresponde à independência política que os países conquistam nas primeiras décadas do século XIX, na qual a base estrutural demográfica e administrativa surgida durante a colônia constitui uma série de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Esses países – dentre eles o Brasil – passam a exportar, em articulação direta com a

metrópole inglesa, bens primários em troca de manufaturas de consumo e começam a adquirir dívidas. É a partir daí que,

[...] se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1990, p. 141).

Rui Mauro Marini centra suas atenções em uma análise da estrutura econômica interna que é consequência desta posição de dependência, apresentando a categoria da *superexploração* como fundamental para compreender essa realidade. Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 1990, p. 162).

A superexploração do trabalho é um dos fundamentos da dependência e as suas implicações “transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (MARINI, 1990, p. 194). De acordo com Fernandes (1968), trata-se de compreender a superexploração como elemento próprio da *apropriação dual* do excedente econômico, que resulta deste processo no

qual grande parte das riquezas e da capacidade de decisão dos países latino-americanos são drenadas para o exterior, o que impediu que a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática chegassem aos limites que permitiriam a autonomização relativa do desenvolvimento capitalista ou a escolha da revolução socialista, reproduzindo o ciclo sem fim das “revoluções interrompidas”. Para Fernandes (1968, p. 35) somente dois países romperam com esse padrão: “os Estados Unidos, pela rota capitalista, e Cuba, pela via socialista”, e em ambos os casos “o que tornou possível tais evoluções foi a *ruptura com a dominação externa* e a conquista de certa autonomia interna, nos níveis econômico, cultural e político”.

A respeito da interpretação da formação sócio histórica do Brasil, Caio Prado Jr. trouxe alguns avanços importantes em relação às formulações de Sodr e e do PCB. Em primeiro lugar, por afirmar que os resquícios do passado colonial são remanescentes de rela es escravistas e não de rela es feudais: o escravismo mercantil que perdurou na colônia e p s-independência era institucionalmente, economicamente, socialmente e politicamente diferente do feudalismo³¹. Em segundo lugar,

³¹ Para Coutinho (2011, p. 213-214): “Com suas análises da forma o do Estado nacional e da evolu o agrária brasileira, Caio Prado lançou os fundamentos para uma adequada compreensão marxista da via “não clássica” de transi o do Brasil para o capitalismo. Registrou, com sagacidade e criatividade, as bases materiais e os processos políticos que geraram uma forma o social certamente capitalista, mas assinalada por características profundamente autoritárias e excludentes. Não creio que nenhum pensador marxista brasileiro da época tenha determinado com tanta propriedade as raízes do Brasil moderno. Aliás, na América Latina, penso que somente José Carlos Mariátegui (cujo estoque categorial marxista, diga-se de passagem, era igualmente reduzido e problemático) realizou uma obra semelhante para um país concreto, ao analisar a independência peruana como uma “revolu o abortada” e ao apontar as danosas consequências desse “aborto” nas várias esferas sociais do Peru moderno”. E não me parece casual que esses dois pensadores tenham realizado suas investiga es   margem dos - ou mesmo em aberta oposi o aos - modelos teóricos que a Terceira Internacional, já sob dire o stalinista, tentava impor ao marxismo latino-americano, através, sobretudo, de nossos partidos comunistas.”.

por constatar como plenamente capitalista o Brasil republicano, compreendendo que tivemos uma via não clássica de transformação capitalista e superando a ideia de que os “restos servis” seriam entaves ao desenvolvimento do capitalismo. (PRADO JR, 2014).

Porém, Caio Prado Jr. (2011; 2014) desenvolve sua concepção priorizando as formas da circulação na definição de uma estrutura econômica³², compreensão que contrasta com a lição marxiana que dá prioridade central ao modo de produção. O historiador identifica a presença de relações mercantis na era colonial e imperial com a existência de uma ordem capitalista, falando de uma suposta “burguesia agrária” para se referir aos latifundiários escravocratas de então. A pobreza de seu estoque categorial marxista limita sua compreensão do movimento histórico que consolidou o modo de produção capitalista no Brasil. Marx (2013) e Lênin (1988) deixam muito claro em que consistiu o processo histórico de passagem do mercantilismo para o modo especificamente capitalista de produção³³, afirmando categoricamente que é característica central do modo de produção capitalista a generalização do trabalho assalariado e a extração do mais-valor em relações de produção tipicamente capitalistas.

Para Coutinho (2011, p. 202-203):

[...] o estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado não é muito rico (essa relativa pobreza é sobretudo evidente em suas obras de filosofia). Nos trabalhos de história, por exemplo, tem pouco peso o conceito de "modo de produção",

³² A concepção “circulacionista” do autor fica evidente na seguinte passagem: “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização”. (PRADO JR, 1957, p. 266 apud COUTINHO, 2011, p. 203).

³³ Retomaremos essa questão no próximo capítulo.

o que o leva por vezes a confundir, na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que "incompleto"), erro derivado da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção. Isso faz também com que ele utilize de modo pouco rigoroso a noção de burguesia: seriam "grandes burgueses nacionais", por exemplo, os latifundiários escravocratas do Império. Resulta igualmente do desconhecimento do conceito marxista de capitalismo de Estado (ou de capitalismo monopolista de Estado) o emprego tardio da imprecisa noção de "capitalismo burocrático" - um termo inventado por ex-trotskistas para definir o regime social vigente na União Soviética stalinista - em seu esforço para identificar as peculiaridades do presente brasileiro.

Essa constatação de um suposto “escravismo capitalista” impede, em nossa avaliação, que Caio Prado Jr. (2011; 2014) considere corretamente o próprio processo histórico da revolução burguesa no Brasil. Ora, se a revolução burguesa consiste em uma mudança de classes no poder que consolida um novo modo de produção, não há como captar o seu movimento a partir de uma concepção que entenda que desde o passado escravocrata nós já éramos capitalistas e tínhamos uma “burguesia” no poder. Essa limitação também prejudica sua análise do presente capitalista, fazendo com que o autor tenda a eternizar e sobrevalorizar elementos do passado escravocrata e colonial, não dando devida importância aos processos de industrialização e modernização conservadora no Brasil³⁴. Se na análise do historiador sobre o Brasil

³⁴ Nas palavras de Coutinho (2011, p. 227): “[...] embora ele [Caio Prado Jr.] diga, superando os limites da “imagem” pecebista, que o Brasil moderno já é plenamente capitalista, ainda que conservando “prussianamente” elementos da velha ordem colonial, termina por subestimar as novidades introduzidas em nosso País e por construir assim uma

escravocrata o capitalismo é adiantado historicamente, em sua análise do Brasil capitalista moderno o passado colonial é que pula para o presente e torna nebulosa sua compreensão da consolidação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Como sabemos, Florestan Fernandes (2005) elabora sua interpretação do Brasil em uma posição “privilegiada”. Em primeiro lugar, porque o faz *a posteriori* dos clássicos da interpretação do Brasil, o que permitiu-lhe um diálogo crítico com essas obras, e, em segundo lugar, pelo acesso mais amplo que teve aos clássicos do pensamento marxista, com especial atenção à obra de Lênin, possibilitando um resgate mais profundo do método marxista e da consideração concreta das particularidades em relação recíproca com a dimensão universal dos processos sócio históricos.

Segundo Coutinho (2011, p. 222-223):

[...] é preciso sublinhar o fato de que a "imagem do Brasil" proposta por Florestan é uma imagem marxista e, portanto, revolucionária. Se não é difícil apontar a presença hegemônica do método funcionalista nos primeiros trabalhos de nosso autor, é também indiscutível que o seu empenho teórico-metodológico assume, sobretudo a partir de RBB [Revolução Burguesa no Brasil], uma explícita e consciente dimensão marxista. Com isso, Florestan se insere numa tradição que se inicia

imagem do Brasil contemporâneo onde o que predomina não é a emergência do novo, mas sim a conservação do velho. Escrevendo em 1977 e referindo-se ao presente, Caio não hesita em afirmar que "o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante, isto é, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados pelo mercado internacional"; ou que, entre nós, ainda não há "nada que se assemelhe a um processo de industrialização digno deste nome". Tais afirmações, sem dúvida, comprometem gravemente a sua visão do presente brasileiro e, em consequência, tornam imprecisas as tarefas político-estratégicas da "revolução brasileira" que ele nos propõe em sua última obra significativa.”.

com Octávio Brandão [...] passa por Caio Prado Júnior e pelo Partido Comunista Brasileiro e chega até nossos dias.

Comparando a obra de Florestan Fernandes com a obra de Caio Prado Jr., Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 225) considera que o estoque categorial marxista de Fernandes é muito mais rico que o de Prado Jr: “Florestan não só conhece muito bem a produção teórica de Marx e Engels, mas também revela ter estudado profundamente Lenin, cuja presença, de resto, é marcante em sua produção teórica a partir de RBB”. Enfatizando ainda que na obra de Fernandes encontram-se referências a Gramsci, “autor que Caio Prado, mesmo em sua obra posterior à publicação dos *Cadernos*, parece desconhecer inteiramente”.

Fernandes (2005), portanto, elabora uma interpretação do Brasil - ou “imagem do Brasil” nos termos de Coutinho (2011) - que se conforma enquanto uma síntese superadora de duas concepções extremas: de um lado, aqueles que acreditam que o capitalismo nunca se desenvolveu plenamente no Brasil, e, do outro lado, aqueles que creem que o Brasil já era capitalista desde o século XVI em seu período escravocrata e colonial. O sociólogo foca sua análise em compreender no que consistiu a revolução burguesa atípica que ocorreu em nossa terra: quais foram os protagonistas políticos, econômicos e sociais da transformação que permitiu a passagem da uma ordem escravista e colonial para uma ordem burguesa assentada no modo de produção capitalista; de que maneira a predominância do trabalho escravo converteu-se em trabalho assalariado; como se conformou o Estado nacional e a economia brasileira neste processo. Nos capítulos seguintes esmiuçaremos a interpretação florestaniana do Brasil.

3. ESCRAVISMO MERCANTIL PRÉ-CAPITALISTA

A originalidade da interpretação de Florestan Fernandes sobre as particularidades da revolução burguesa e do capitalismo dependente no Brasil tem como importante eixo a consideração da estrutura heteronômica *pré-capitalista* que perdurou no período colonial e foi se desmantelando no período do Brasil Império³⁵. Sem a consideração das peculiaridades desse passado nem sequer seria possível falar em revolução burguesa no Brasil. Ora, somente analisando concretamente as características da economia escravista mercantil e da apropriação colonial de seu excedente pela Metrópole é que se pode compreender como que a revolução burguesa pôde posteriormente emergir a partir da ruptura com o estatuto colonial e a construção da sociedade nacional. É esse processo que criará as condições para que com a *generalização do trabalho assalariado o modo de produção capitalista* se torne dominante.

O diálogo crítico com diversas interpretações da realidade brasileira permitiu ao sociólogo a elaboração de uma síntese que colocou em novos patamares o estudo de nossa formação social. Contrapondo-se às concepções que ele considerava “impróprias e extravagantes”, a elaboração do autor entende a peculiaridade de nossa realidade pré-capitalista inserida no contexto global em que a economia mercantil, através da acumulação primitiva de capital, impulsionava e criava condições para a emergência das revoluções burguesas que possibilitaram a consolidação do modo de produção capitalista.

³⁵ Aqui os estudos e pesquisas anteriores sobre a integração do negro na sociedade de classes foram decisivos na formulação da sua compreensão.

Este entendimento sobre a formação de nossa burguesia, que se contrapõe às noções que Fernandes considera demasiado livres ou estreitas, é fiel a obra marxiana quando esta trabalha as classes fundamentais da sociedade capitalista (burguesia e proletariado) inseridas numa realidade econômica em que predominam o trabalho livre assalariado e a extração do mais-valor (mais-valia).

Quanto às noções de “burguês” e de “burguesia”, é patente que elas têm sido exploradas tanto de modo demasiado livre, quanto de maneira muito estreita. Para alguns o “burguês” e a “burguesia” teriam surgido e florescido com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções socioeconômicas dos agentes que controlavam, a partir da organização econômica da Metrópole e da economia mercantil europeia, o fluxo de suas atividades socioeconômicas. Para outros, ambos não teriam jamais existido no Brasil, como se depreende de uma paisagem em que não aparece nem o *Castelo* nem o *Burgo*, evidências que sugeririam, de imediato, ter nascido o Brasil (como os Estados Unidos e outras nações da América) fora e acima dos marcos histórico-culturais do mundo social europeu. Os dois procedimentos parecem-nos impróprios e extravagantes. (FERNANDES, 2005, p. 32).

Para Fernandes (2005, p. 32) não se pode associar legitimamente o senhor de engenho do período colonial ao “burguês” e nem a “aristocracia agrária” à burguesia. A mercantilização da produção agrária só se dava como tal para os agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. No contexto da sociedade mercantil e da apropriação colonial a posição ocupada pelo senhor de engenho era uma posição marginal. Seu papel era

de agente econômico especializado funcional à organização de uma produção de tipo colonial, estruturalmente heteronômica, com a finalidade de gerar riquezas para a apropriação colonial. Apesar de seus privilégios, ele era parte dependente e submissa à expropriação controlada fiscalmente pela Coroa e economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional. Portanto,

O que ele realizava como excedente econômico [...] nada tinha que ver com o “lucro” propriamente dito. Constituía a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial. Essa parte flutuava em função de determinações externas incontrolláveis, mas tendia a manter-se em níveis relativamente altos dentro da economia da Colônia porque exprimia a forma pela qual o senhor de engenho participava da apropriação colonial (através da expropriação de terras e do trabalho coletivo dos escravos). No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao “burguês”, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização. (FERNANDES, 2005, p. 33).

O Brasil, assim como outros países coloniais, contribuiu decisivamente para a acumulação primitiva que impulsionou globalmente a emergência do capitalismo. Enquanto colônia portuguesa, nossa realidade pré-capitalista particulariza-se na predominância da escravidão e pela posição marginal que nosso colonizador vai ocupar na economia mercantil global. O domínio da Coroa portuguesa sufocou de modo especialmente tenaz as potencialidades sociais e culturais da luta anticolonial e independentista.

A realidade que se configurava pela predominância do trabalho escravo e pelo domínio das oligarquias agrárias é caracterizada pelo autor

como *sociedade estamental*. Os estamentos, considerados historicamente, possuem mais mobilidade social do que as castas e menos mobilidade social do que as classes. Constituem, portanto, um elemento transitório deste processo. Fernandes (2009, p. 41) se considera dentre os autores que só aplicam o conceito de *classe social* “com um máximo de especificidade histórica, para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista”. Considerando que “a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem”. Esta ordem é fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo.

Carlos Nelson Coutinho (2011) fala da origem weberiana do conceito de estamento, contrapondo à formulação de Fernandes (2005) o entendimento marxista de que nas sociedades escravistas e feudais também existiam classes e lutas de classe. Porém, Coutinho (2011, p. 228-229) também afirma que “[...] quando analisa os processos de transição da "sociedade estamental" para o capitalismo, Florestan não deixa de fazer intervir nessa análise a noção da luta de classes, o que novamente o aproxima do marxismo”.

Mesmo que Florestan Fernandes exponha na “Nota explicativa” de *A revolução burguesa no Brasil* que nas partes I e II do livro (escritas em 1966) predomina a noção de “sociedade estamental” e na parte III (redigida em 1973-1974) se fazem presentes os conceitos marxistas de “escravismo” e “escravismo colonial”, o autor não abandona – como pretende Coutinho (2011, p. 229) - a categoria estamentos e sociedade

estamental. Essa categorização vai reaparecer na obra *Nova República?* (1986), onde Fernandes afirma que no processo de nossa revolução burguesa *a lógica das classes substituiu o estamento e a lógica dos estamentos.*

Não partilhamos da posição de que a apropriação crítica de categorias advindas de diferentes concepções necessariamente deva significar eclétismo. Caso contrário, Karl Marx seria um eclético por ter se apropriado criticamente da economia política burguesa, da filosofia hegeliana e do socialismo utópico francês. Este debate é bastante complexo, porque as próprias categorias são ressignificadas nas obras de cada autor e, por expressarem o movimento do real, também não são fixas e imutáveis. Mais do que conceituar, o mais importante é compreender o processo histórico analisado e buscar extrair do mesmo as categorias mais adequadas.

3.1 O período colonial e a época da acumulação primitiva do capital

No período colonial, segundo a interpretação de Fernandes (2005), já foram introduzidos no Brasil os *móveis capitalistas do comportamento econômico*: instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que teriam uma potencialidade ou seriam propulsores de *futuras* relações capitalistas de produção. A produção baseada nas plantações e na grande lavoura (seleção de produtos para exportação, mecanismos de apropriação de terras, trabalho escravo e também livre, custos baixos de produção e extrema concentração de renda) ocupava *posição marginal* no circuito externo da mercantilização de produtos exportados. Mesmo Portugal enquanto metrópole não

participava das principais fases desse circuito e o senhor de engenho possuía uma função econômica que poderia ser comparada com os administradores e beneficiários das feitorias³⁶. Eram, desse modo, *neutralizadas as influências que o capitalismo comercial externo poderia exercer na organização e no desenvolvimento da economia interna do Brasil colônia*.

Esses móveis capitalistas, como demonstra Fernandes (2005), deformaram-se em três direções concomitantes: *uma direção* se deu como consequência do próprio sistema colonial - a renda gerada na produção dava ao agente econômico interno uma parte ínfima de sua apropriação, sendo a grande maioria apropriada pela Coroa e pelos agentes de financiamento da produção. Embora a renda de um senhor de engenho pudesse ser relativamente alta, ela nunca foi suficientemente grande para criar alternativas ao agente econômico interno. Diferentemente de outras colônias onde o agente interno chegou a forçar ajustamentos permitidos pelo estatuto colonial, em nosso caso ele ficou escravizado à sua fonte de renda mesmo nas piores fases de depressão do mercado.

Uma *segunda direção* concomitante desta deformação dos móveis capitalistas residia no fato de que a renda arrecadada pelos agentes internos não era compreendida “à luz dos padrões do capitalismo comercial”, o senhor de engenho pioneiro da era colonial era um agente da conquista (“nobre” ou “militar”) e potencialmente um agente econômico servindo à Coroa, às companhias comerciais e a si mesmo. E *em terceiro lugar* o próprio fator determinante de que o sistema colonial

³⁶ Note-se aqui que a existência externa do chamado “capitalismo comercial” não fazia de Portugal, e muito menos do Brasil, sociedades propriamente capitalistas.

se organizava (legalmente, politicamente, financeiramente) para “drenar as riquezas de dentro para fora” sem prever “condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo de renda” (FERNANDES, 2005, p. 40-41).

O que ligava economicamente a grande lavoura ao mercado externo ou ao capitalismo comercial era um processo que se desenrolava na Metrópole e/ou em outros países que controlavam o mercado colonial através de seus grupos financeiros. Havia “uma inelutável canalização da renda de dentro pra fora”, renda que era apropriada pela Coroa e principalmente por aqueles grupos financeiros, tendo em vista que Portugal não tinha condições econômicas de absorver com exclusividade as vantagens da sua conquista. O que ficava nas mãos do produtor colonial “não era um excedente gerado por esta forma de capitalização”, mas sim “uma espécie de remuneração”, uma parcela da apropriação colonial, aquilo que restava e não fora absorvido pela Coroa e pelas agências comerciais (FERNANDES, 2005, p. 41-42).

O autor demonstra que existia no período colonial uma realidade heteronômica que não apresentava condições para o modo de produção capitalista propriamente dito ser dominante. Não havia apropriação de excedente no sentido capitalista e nem as condições materiais, sociais e culturais para o desenvolvimento de uma burguesia interna. Essa estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto socioeconômico e político que os absorvia no sentido de sufoca-los e subordiná-los às dimensões de uma sociedade colonial.

A compreensão dessas características de nossa formação *pré-capitalista* possui grande importância analítica e coloca em novas bases a

questão da formação do capitalismo no Brasil. É somente com o subsequente *rompimento com o estatuto colonial* e a criação de um *Estado nacional* que os móveis capitalistas obtêm condições de se expandir (num primeiro momento no âmbito da grande lavoura), podendo manifestar suas potencialidades capitalistas com plenitude, canalizando-as para o mercado interno, intensificando o desenvolvimento urbano e expandindo novas formas de atividades econômicas.

O Brasil Colônia se inscreve, como já afirmamos, na fase histórica (que vai do final do século XV até meados do século XVIII) da *acumulação primitiva*, que impulsionou a futura ascensão do modo de produção capitalista. Marx chamava a “acumulação primitiva” ou “acumulação originária” de *pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio*, afirmando que o modo de produção capitalista foi *um resultado* deste processo histórico.

O movimento da produção capitalista, que consiste num processo de transformação do dinheiro em capital, em que por meio do capital é produzido mais-valor e com o mais-valor se obtém mais capital, só poderia realizar-se pressupondo a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho, generalizando o trabalho assalariado. Para Marx (2013, I, p. 785, grifos nossos) “todo esse movimento parece [...] girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” [...] *prévia* à acumulação capitalista”, acumulação esta que “*não é resultado do modo de produção capitalista*, mas seu ponto de partida”.

A história da acumulação primitiva “assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, I, p. 787-788). Nos países

centrais da Europa o que *fez época* nessa fase foram “todos os revolucionamentos” que serviram “de alavanca à classe capitalista em formação” e “os momentos em que grandes massas humanas” foram “despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”, sendo que apenas na Inglaterra essa expropriação se apresentou “em sua forma clássica” (MARX, 2013, I, p. 787-788).

Antonio Carlos Mazzeo (2015) conflui com a posição de Caio Prado Jr. na constatação da existência de capitalismo no Brasil desde a Colônia. Para o autor, mesmo que na particularidade brasileira não fossem dominantes na época o trabalho assalariado e a extração do mais-valor, o Brasil Colônia deve ser caracterizado como capitalista por fazer parte, como colônia subjugada à metrópole europeia, da “era capitalista mundial”, argumentando que a dimensão ontológica a ser extraída deste processo está na totalidade global do sistema vigente. O autor desconsidera as diferenças entre a acumulação originária/primitiva do capital (prévia à acumulação capitalista) e o modo de produção especificamente capitalista (que se consolidou primeiramente na Inglaterra e posteriormente em outras nações europeias), e defende que a particularidade do Brasil Colônia não pode ser constatada como um modo de produção escravista.

Josiane Soares Santos (2012, p. 56-57) considera que o fato histórico de que Portugal tenha, em decorrência da escassez de força de trabalho portuguesa para ocupar o território brasileiro, “revigorado a escravidão moderna” explorando a costa da África e comercializando negros, o que consistiu em “um dos mais rentosos negócios lusitanos”, constitui informação fundamental para constatar que a escravidão no

Brasil “nada tem a ver com o modo de produção escravista”, afinal “esse tipo de força de trabalho foi utilizada já no contexto do capitalismo de natureza comercial”. Ora, na concepção da autora, a consideração do que emerge globalmente deve necessariamente erradicar o particular da análise, como se não fosse possível caracterizar as dimensões particulares, singulares e expor suas mediações com a universalidade. A história é recheada de momentos e fases em que distintos modos de produção foram dominantes em diferentes nações do globo. Também é desconsiderado aqui que a acumulação primitiva do capital, nas palavras de Marx (2013), foi prévia à acumulação capitalista. O mercantilismo existente em países onde o modo de produção feudal ainda era dominante não tornava esses países capitalistas, o que ocorria era a acumulação originária de capital que posteriormente impulsionou a burguesia nascente nos processos de revolução burguesa que destruíram a antiga ordem e consolidaram um novo modo de produção, o modo de produção capitalista.

Em Portugal no século XVI, considerando que a revolução industrial se inicia na Inglaterra somente a partir de 1760, não era dominante o modo de produção capitalista. Logo, sua “força de trabalho” nacional não dizia respeito ao trabalho assalariado típico da sociedade capitalista. Quanto ao escravismo mercantil e colonial existente no Brasil, evidente que ele não era idêntico ao escravismo antigo, mas os modos de produção não são apenas fases globais e datadas da história da humanidade, mas processos factuais e reais que só podem ser compreendidos como totalidade quando existe a caracterização do singular, do particular e do universal em mediação/interação recíproca. Uma formação social é inseparável de seu modo de produção dominante

que é determinante em última instância. A anatomia da sociedade civil deve ser buscada na economia política, que por sua vez revela um modo de produção dominante. Ou seja, no século XVI, nem Portugal e nem o Brasil eram sociedades capitalistas.

Se consideramos que as categorias não são fixas e imutáveis, mas históricas e transitórias, que os germes do futuro já aparecem no presente, e que singularidade, particularidade e universalidade constituem uma unidade na diferença; nossa caracterização da acumulação primitiva mercantil de capital (em nível global) e do papel (particular) das colônias neste processo não pode simplesmente negligenciar o que é específico deste período e nem considerar que a constatação do que emerge globalmente deve nos levar a eliminar o particular da análise. O presente prenhe do futuro deve ser constatado tal como ele se apresenta, e não anulando sua especificidade como se o parto já tivesse ocorrido³⁷. Bem como, o fato de ser necessário revelar o arvoredo não significa que devemos desconsiderar o que é peculiar em cada árvore.

Somente tendo em conta as características próprias do mercantilismo e da acumulação originária de capital é que se pode entender o movimento da revolução burguesa e a irrupção e consolidação do modo especificamente capitalista de produção. Caso contrário teríamos de considerar que as revoluções burguesas nos países centrais não destruíram nenhuma estrutura econômica velha e nem criaram novas jurisprudências adequadas ao novo modo de produção. Da mesma maneira, qualquer análise socioeconômica global deve considerar

³⁷ Segundo Paulo Netto (2011b, p. 49) “as condições da gênese histórica não determinam o ulterior desenvolvimento de uma categoria”, por isso “o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)”.

inclusive a convivência de distintos modos de produção em diferentes escalas de aproximação: a unidade não elimina a diferença. Se há uma realidade brasileira, sua *particularidade* precisa ser encarada concretamente.

Lênin (1988, p. 13, grifos nossos), em sua obra sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ao criticar as posições dos populistas russos, afirma nitidamente a importância de se considerar o processo de passagem da economia mercantil simples para a economia capitalista:

O mercado é uma categoria da economia mercantil que, no curso do seu desenvolvimento, transforma-se em economia capitalista, alcançando, somente nesse estágio, um domínio absoluto e uma extensão universal. Se se pretende analisar as teses teóricas básicas concernentes ao mercado interno, *deve-se partir da economia mercantil simples e acompanhar a sua gradual transformação em economia capitalista.*

Somente incluindo na análise as características do processo histórico da acumulação primitiva e a particularidade das colônias e da apropriação colonial neste contexto é que se pode compreender os elementos que impulsionaram uma revolução burguesa atípica no Brasil e a consolidação do capitalismo dependente. A partir da generalização do *trabalho assalariado* é que teremos de fato o modo de produção capitalista como realidade econômica dominante.

Para Marx (2013, I, p. 245, grifos nossos),

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe

pertence, razão pela qual *seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado*. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

Distingue-se aí a *circulação* de mercadorias numa econômica *mercantil* pré-capitalista e o *modo de produção capitalista* propriamente dito. Evidente que a economia capitalista é também mercantil, mas o mercantilismo que a precedeu ainda não era especificamente capitalista. O que distingue a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o trabalho assalariado.

Se concordarmos com a caracterização que Karl Marx nos traz sobre a particularidade da época capitalista, verificaremos – contextualizada na realidade brasileira - essa mesma compreensão no movimento apresentado por Fernandes (2005), que busca captar os elementos determinantes na passagem da economia escravista mercantil para a economia capitalista. Como já vimos, diferentes relações de produção conviviam na sociedade colonial, mas o modo de produção *economicamente dominante* era o escravista. No modo de produção escravista o próprio escravo é um meio de produção, e a apropriação do excedente não se dá através da extração do mais-valor; diferentemente do modo de produção capitalista, que generaliza o mercado de trabalho e a exploração capitalista, fazendo com que a *força de trabalho* dos trabalhadores “livres” assumam a forma de mercadoria.

Com essas determinantes podemos considerar os eixos estruturantes que perpetuaram a dependência, fazendo com que a subjugação às economias centrais permanecesse como realidade econômico-social. A dependência econômica sobreviveu às mudanças que posteriormente impulsionaram a independência política, o

surgimento da República e a emergência do capitalismo a partir de uma revolução burguesa atípica. As mudanças decorrentes da Independência e da formação do Brasil Império estimularam uma dinâmica de maior autonomia relativa, que trouxe aos poucos as condições para a potencialização dos móveis capitalistas.

3.2 Formação do Estado nacional e os germes da revolução burguesa

O fim da colônia ocorreu num contexto em que diversos países latino-americanos experimentavam movimentos independentistas e o cenário mundial reconfigurava os papéis de dominação dos países centrais. Cabe analisar aqui as determinantes desse processo geral e o que houve de particular no movimento que logrou a Independência política do Brasil.

Em sua obra sobre o capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina, Fernandes (2009, p. 23-24), ao abordar a crise do tipo de dominação colonial no continente, aponta que a “estrutura das economias da Espanha e de Portugal não era suficientemente forte para sustentar o financiamento das atividades mercantis, relacionadas com a descoberta, a exploração e o crescimento das colônias”. Outros países centrais como Veneza, Holanda (entre outros) “forneceram o capital, a tecnologia, o equipamento e a base comercial do mercado internacional, convertendo-se nas potências centrais, como núcleos do capitalismo mercantil”, isso fez com que Espanha e Portugal desempenhassem “papéis econômicos intermediários e o padrão de exploração colonial tornou-se rapidamente demasiado duro, para os agentes privilegiados nas colônias latino-americanas”.

Os movimentos de emancipação se iniciaram como uma oposição radical a esse padrão de exploração, e eram dirigidos contra as Coroas, porque somente através da independência “os agentes privilegiados da economia colonial poderiam atingir os requisitos legais e políticos de sua autonomia econômica (mantidas as demais condições do sistema de produção colonial)” (FERNANDES, 2009, p. 24). Também foi decisiva a questão da luta pelo controle econômico das colônias, especialmente entre Holanda, França e Inglaterra, pois as transformações nas estruturas políticas econômicas e culturais da Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, “contribuíram para a rápida desagregação das potências centrais e intermediárias, que detinham o controle externo do antigo sistema colonial” (FERNANDES, 2009, p. 24). Outro fator importante para a crise do sistema colonial foram os “setores da população das colônias, vitimados pela rigidez da ordem social” interessados na destruição do regime. Esses setores muito heterogêneos e em sua maioria de descendência mista “incluíam habitantes das cidades e vilas mais ou menos identificados com a nativização do poder, especialmente nos níveis econômico e político” (FERNANDES, 2009, p. 24). Foi essa massa que deu grande apoio aos movimentos de emancipação nacional ocorridos em diversos países do continente.

Em relação à nossa Independência, Florestan Fernandes considera que, apesar dos seus limites, ela foi a primeira grande revolução social ocorrida no Brasil, e que podemos identificá-la como revolução, uma vez que ela inaugura a *época da sociedade nacional* ao mesmo tempo em que definitivamente *põe fim à era colonial*. Discordando, desse modo, dos autores que afirmam categoricamente que a Independência

“representou uma transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança”. Para o autor esses estudiosos não atribuem o devido valor histórico e sociológico que esse processo possui, e concluem isso devido ao fato de que “as tensões que minavam a sociedade colonial não afetavam a ordem social interna de modo bastante profundo para colorir esse processo de modo mais dramático” (FERNANDES, 2005, p. 49).

O sociólogo demonstra que persistiram neste momento os elementos gerais da ordem colonial de maneira inabalável e não houve grande mobilização de massas para impor ruptura política. No entanto, a Independência inicia um novo tipo de autonomia política e instaura a formação da sociedade nacional, transcendendo os limites coloniais anteriores impostos *de fora para dentro* pela Coroa. Inaugura um poder que começa a se organizar *a partir de dentro*, apesar das “injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase do predomínio inglês na vida econômica, política e diplomática da nação” (FERNANDES, 2005, p. 49-50).

As elites brasileiras nativas se interessaram pela Independência não por terem adquirido consciência anticolonial que questionasse a *estrutura* da ordem posta, mas se voltaram contra *as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial*, pois estas eram *um entrave* para o seu domínio em todos os níveis da ordem social. Por esse motivo, o caráter revolucionário da Independência *não se deu com grandes manifestações de massa, nem com violência organizada, e não representou grandes demandas coletivas em prol da mudança da estrutura social.*

Esse processo de Independência que poderíamos chamar de *revolução por cima* ou de *revolução dentro da ordem* pressupôs, para Fernandes (2005, p. 51),

[...] um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação.

Essa revolução dentro da ordem manteve, para o autor, a continuidade, principalmente com a grande lavoura e a mineração, das estruturas do mundo colonial: escravidão, extrema concentração de renda, monopólio do poder por reduzidas elites, marginalização de grandes massas de homens livres e uma erosão pouco aparente da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências. Superou-se o estatuto colonial como estado *jurídico e político*, mas perpetuou-se *a sua substância material, social e moral* que seguiu enquanto suporte na construção da sociedade nacional.

Nesta contraditória fase de rompimento com o estatuto colonial e constituição do Brasil Império, o domínio senhorial que anteriormente dava-se de modo mais disperso, passa por um processo de sofisticação que o coloca enquanto *estamento dominante* na Monarquia Constitucional, alcançando o controle político da sociedade nacional. Consolidou-se, então, uma institucionalidade política bastante restrita,

sendo exercida pelos estamentos dominantes “de cima pra baixo” com extrema concentração do poder político:

As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação, através das eleições primárias e das eleições indiretas, bem como o poder de decisão inerente aos diferentes mandatos eletivos e a possibilidade aberta ao poder moderador de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores, condicionavam uma tal concentração de poder político no nível dos privilégios senhoriais, que “sociedade civil” e “estamentos sociais dominantes” passaram a ser a mesma coisa (FERNANDES, 2005, p. 59).

Fernandes (2005, p. 52) mostra como a ideologia liberal, que animou a revolução burguesa nos países centrais, foi absorvida pelas nossas elites nativas e cumpriu uma função *ideológica* e *utópica*, de modo que os princípios liberais foram defendidos de maneira “extremamente limitada, tosca e egoística, mas muito eficaz”. O liberalismo impulsionou as elites nativas para revolucionar seu horizonte cultural, se opor aos antigos estatutos coloniais, e preparou intelectualmente o estamento dominante para defender a Independência, a Monarquia Constitucional e “democratizar” o poder político *apenas no âmbito da sua camada social*.

[...] o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram sobre sua reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial. Ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista.

No conjunto, o impacto social foi pouco profundo e sua importância decisiva aparece apenas nos níveis da adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado nacional. (FERNANDES, 2005, p. 55).

Aqui é interessante notar o cuidado que Florestan Fernandes tem em tentar desvendar como que o liberalismo se inseriu no horizonte cultural dos componentes dos estamentos senhoriais. O liberalismo é considerado em sua dimensão *ideológica* e em sua dimensão *utópica* - distinção de inspiração mannheimiana³⁸ que considera que os elementos ideológicos e utópicos sempre aparecem entrelaçados nos processos históricos, tornando difícil sua separação interpretativa. O mais importante, no entanto, é que o sociólogo *não se perde na identificação entre projeções ideais e realidade*³⁹, demonstrando que boa parte dos elementos progressistas do liberalismo não se tornaram práxis política dos estamentos dominantes, e, ao mesmo tempo, a ideologia⁴⁰ liberal contribuiu para impulsionar a dinâmica de modernização que propiciou o desmoronamento da ordem e do estatuto colonial.

³⁸ Mannheim (1986) desenvolve estas categorias na obra *Ideologia e utopia*.

³⁹ A lição materialista de Marx afirma claramente que “*é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção* e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, *as formas ideológicas* em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, *não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência*, mas, pelo contrário, *é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material*, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.” (MARX, 2008, p. 48, grifos nossos).

⁴⁰ Sobre a categoria *ideologia* sugerimos a leitura do artigo de nossa autoria intitulado “Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx” (*R. Katál.*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 147-156 jan./abr. 2018 ISSN 1982-0259).

Havia neste período uma polarização entre as formas de dominação antigas mantidas pela tradição e as novas formas de poder criadas pela ordem legal, num processo em que muitas vezes as velhas formas de dominação acabavam prevalecendo sob os preceitos legais. Trata-se de *uma inter-relação diacrônica e sincrônica* entre presente e passado que *coexistem de maneira interdependente* como dimensões da vida societária. Esses elementos retratam as imensas limitações histórico-sociais de nossa revolução da Independência, que seguiu perpetuando a dominação senhorial como uma cadeia de ferro sobre toda a nação, numa dominação estamental geralmente tão egoísta e acanhada quanto foi a tutela colonial.

Implantaram-se as bases da integração nacional na ordem social herdada da Colônia numa transformação bastante restrita do ponto de vista estrutural e político, na qual a “democracia” formal existente não se generalizava a toda sociedade, sendo apenas uma “necessidade e recurso do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental”. Afinal, a integração jurídico-política da sociedade nacional “só existia nos níveis em que a ação do governo e a presença do Estado envolviam concentração de poder suficiente para neutralizar o particularismo da dominação estamental”. (FERNANDES, 2005, p. 63-64).

A análise de Fernandes (2005, p. 67) evidencia que, com todas as suas limitações, esses elementos decorrentes da Independência, da configuração do Estado nacional, da ideologia liberal, e das influências do comércio exterior, foram fatores que impulsionaram transformações econômicas no sentido capitalista. O ideário liberal de alguma forma se chocava com o sistema de valores que preservava a escravidão e o império da dominação senhorial. No plano econômico “a burocratização da

dominação senhorial no nível político e a expansão econômica subsequente à Abertura dos Portos colocava em novas bases [...] as funções econômicas e sociais dos estamentos”, permitindo que o senhor rural deixasse de ser um “agente econômico da Colônia” e passasse a ser um “agente econômico independente”, podendo dessa forma se inserir “no fluxo da comercialização das exportações”.

Essas mudanças trouxeram a necessidade de criar ou expandir “instituições extra políticas complementares ou suplementares do Estado (da rede dos serviços aos bancos)”, e com isso ocorre uma pressão sobre “as ocupações qualificadas e as profissões liberais” (FERNANDES, 2005, p. 68). Desse modo uma parte da sociedade se destaca e se difere da estrutura tradicional, e é nesse setor que a livre competição pode de alguma maneira existir, criando condições para que o sistema competitivo coexista e se choque com o sistema estamental.

As novas estruturas políticas do Estado nacional, segundo o sociólogo, exerciam influência no sistema econômico de modo a expandi-lo e diversifica-lo, criando vasta rede de serviços e contribuindo para o desenvolvimento urbano. Os “móveis puramente capitalistas” puderam assim se dinamizar e se liberalizar, colocando “em novas bases a organização interna de uma economia de mercado” (FERNANDES, 2005, p. 86). Ainda persistia a realidade heteronômica de uma *acumulação estamental de capital* numa economia *pré-capitalista*, pois a fase pré-capitalista teve maior duração no Brasil do que nos países centrais (onde houve impulsos econômicos, sociais e políticos que o encurtaram), e através dessa acumulação os senhores “se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava” vinculando-se a

“aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código ético senhorial” (FERNANDES, 2005, p. 99).

O *primeiro* grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil foi sociocultural e não econômico, na medida em que a autonomização política trouxe alterações na sociedade, na cultura, nas personalidades que “envolviam um novo tipo de internalização e de vigência histórica da civilização ocidental moderna no Brasil”, fazendo surgir novo “estilo de vida” que requeria adaptação da sociedade brasileira a economia de mercado, sendo que a estrutura preservada do período colonial fornecia “um incentivo muito limitado a semelhante transformação” (FERNANDES, 2005, p. 100). O “espírito burguês” na sociedade brasileira surge então, ou preso às malhas do capitalismo comercial, ou preso a formas de dependência onde “o setor novo” se subjugava à tutela das camadas senhoriais. Além das situações em que “tais agentes nada mais eram senão representantes declarados ou disfarçados dos centros econômicos externos, que controlavam de fora os dois setores da economia brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 105).

A relativa autonomia que os estamentos dominantes foram conquistando não os desvencilhou da dependência externa, processo que sofreu mutações, mas que perdurou ao longo dos períodos analisados.

[...] a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia com que o “senhor agrário” só fosse economicamente autônomo em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da nação também o tornava economicamente dependente. (FERNANDES, 2005, p. 106).

Dessa maneira a apropriação que na época colonial cabia à Coroa portuguesa, passou a ser reabsorvida em parte pelo capital estrangeiro que passou a atuar dentro do país, acompanhando “a internalização das fases de comercialização dos “produtos tropicais”, então incorporados aos sistemas de exportação” (FERNANDES, 2005, p. 107). Houve transformações nos laços de mercado com os países centrais, mas a essência da dependência seguiu perdurando como realidade econômica determinante.

Fernandes (2005) mostra que as tensões que traziam o anseio pelo desenvolvimento do capitalismo e se chocavam com as barreiras da herança colonial é que criam condições e fermentação para o desencadeamento histórico da revolução burguesa no Brasil. De modo resumido, a nova ordem legal estimulou o crescimento de um mercado interno e configurou uma *situação de mercado* que se tornou o principal polarizador do desenvolvimento econômico nacional, e com isso a economia ganhou condições para “assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais”. Porém, essa assimilação, devido a nossa condição dependente, não foi uma simples e pura reprodução do desenvolvimento daquelas economias, ocorrendo inicialmente de maneira mais intensa “nos centros urbanos que coordenavam as relações de exportação e de importação” (FERNANDES, 2005, p. 109).

Considerando que tivemos uma assimilação atípica dos modelos de mercado das economias centrais, a interpretação do sociólogo aponta como uma de nossas principais peculiaridades o fato de que o núcleo econômico de maior vitalidade produzia para exportação e não para o consumo interno, configurando de modo estrutural uma relação de

mercado em que preponderavam as conexões com o exterior. Sendo três as características fundamentais desse modelo: a “preponderância da exportação agrícola”, a “importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola” e a “dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico” (FERNANDES, 2005, p. 110).

A explicitação dessa realidade coloca o entendimento do desencadeamento de nossa Revolução Burguesa sob condições bastante emaranhadas e desnordeadas a partir das pré-condições de uma economia “colonial, periférica ou dependente”, em que não “existiam as condições e os processos econômicos que davam lastro ao funcionamento dos modelos econômicos transplantados nas economias centrais”. Num primeiro momento, esses modelos econômicos só foram absorvidos no âmbito das “transações econômicas controladas de fora (nos “negócios” de exportação e de importação)” e nas transações “associadas ao desenvolvimento interno do “alto comércio””. Esses modelos econômicos transplantados não tiveram por objetivo consolidar um desenvolvimento interno comparável ao desses países centrais, mas sim a função de manter e “intensificar a incorporação dependente da economia brasileira àquelas economias”. (FERNANDES, 2005, p. 112-113)

Florestan Fernandes, evidenciando o caráter contraditório e difícil de nossa Independência, demonstra que ela possibilitou aos estamentos senhoriais o controle do poder central através do Estado nacional, logrado com uma revolução social e política dentro da ordem, que manteve a produção escravista e reestabeleceu os vínculos coloniais com o mercado mundial. Entretanto, a maior autonomização política da nação contribuiu para que pouco a pouco as condições de

desencadeamento da revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo fossem impulsionadas.

4. REVOLUÇÃO BURGUESA E CAPITALISMO DEPENDENTE

A sociedade burguesa emerge a nível global na abertura do século XIX em decorrência da luta da burguesia nascente contra as antigas relações feudais de produção, ela é impulsionada com a formação dos Estados nacionais decorrendo então diversas lutas, vitórias e derrotas no contraditório e longo processo de revolução burguesa. Fernandes (2005, p. 239) conceitua a revolução burguesa enquanto um conjunto de diversas “transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”.

A burguesia já vinha se constituindo como classe nos séculos anteriores. A revolução burguesa conforma uma época de revolução social. Os grupos mercantis passam a ter centralidade na economia, emergindo como uma nova classe social, a partir dos séculos XV e XVII. Nos séculos XVII e XVIII essa nova classe se constitui e constrói sua hegemonia política e cultural, entrando em confronto com a feudalidade. A derrota definitiva do velho regime terá seu apogeu nos confrontos de 1688/89 na Inglaterra e 1789 na França.

No século XIX já temos a burguesia triunfante com um Estado a sua imagem e semelhança: o Estado burguês. Neste processo a “moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas”

(MARX; ENGELS, 2008, p. 9). O antigo regime havia se tornado um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela burguesia ascendente, o que colocou para a burguesia um papel histórico revolucionário na superação da ordem feudal e absolutista até a sua completa consolidação enquanto classe dominante já na sociedade capitalista.

A lógica de acumulação do capital que passa a predominar tem como elemento estruturante a necessidade de expandir o domínio das corporações capitalistas para todo o globo. Esta necessidade resulta da competição entre as empresas capitalistas (que se utilizam de seus estados-nação para tal) em perpetuar a lógica de acumular para expandir e expandir para acumular. A “necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre”, ela precisa “estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (MARX; ENGELS, 2008, p. 14). O que nos mostra que o caráter universal e global do capitalismo já era tendência e realidade em potencial desde a sua emergência histórica.

O desenvolvimento da burguesia e do capital faz surgir e se consolidar uma massa de trabalhadores explorados, os proletários modernos que “só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital” (MARX; ENGELS, 2008, p. 19). As duas principais classes da sociedade capitalista – proletariado e burguesia – encontram-se em permanente conflito e antagonismo. Esta contradição configura a essência da estrutura e da dinâmica socioeconômica capitalista: a *contradição entre o capital e o trabalho*. Para Mészáros (2003, p. 19) “o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente”, durante

um curto intervalo, mas “que não se consegue superar definitivamente”. A essência (a raiz) de todas essas contradições está no “antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*”.

Os proletários também se desenvolvem objetivamente e subjetivamente enquanto classe, pois “cada vez mais, os choques entre trabalhadores individuais e burgueses individuais tomam o caráter de choque entre duas classes”, e diante dessa situação “Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p. 23). Desse ponto de vista, nos cabe apreender as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais no âmbito da sociedade burguesa a partir de suas próprias *tendências, choques e contradições* que se processam numa dialética entre subjetividade e objetividade social.

Basta lembrar como o mais-valor relativo, cuja constituição interna é bem mais social do que a do mais-valor absoluto, surge como *resultado da resistência da classe operária*, ou seja, não apenas como fruto da dialética imanente à dinâmica interna da economia capitalista, mas como *resultado da luta de classes*. (LUKÁCS, 2012, p. 349, grifos nossos).

No último quartel do século XIX o capitalismo passa por profundas transformações, tanto em seu ordenamento quanto em sua dinâmica econômica, influenciando a estrutura social e as instâncias políticas dos estados-nação. Essas mudanças estão no centro da passagem histórica do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios, fenômeno que articula o que Lênin vai chamar de *estágio*

imperialista do capitalismo. A própria concorrência capitalista gera o monopólio que consiste na sua negação, mas não a elimina por completo, num processo em que ambos (concorrência e monopólio) coexistem enquanto contradição.

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior (LÊNIN, 2012, p. 123-124).

Verificam-se aí elementos importantes da fase imperialista do capitalismo: a inter-relação permanente entre concorrência e monopólio

numa tendência de concentração cada vez maior da monopolização e a hegemonia *dos bancos e do capital financeiro* (associados aos monopólios) que também tende a se acentuar cada vez mais. Segundo Paulo Netto (2011a, p. 24): “o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada”. Com a fusão cada vez maior dos monopólios e o pleno desenvolvimento do capitalismo se estendendo por todo o globo, cada vez mais a riqueza é produzida socialmente pela maioria e é apropriada majoritariamente por um grupo menor de capitalistas.

A expansão e consolidação do domínio do capital monopolista faz aumentar gradativamente a miséria, o pauperismo e o desemprego, na medida em que “cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias” (PAULO NETTO, 2011a, p.21). Esse desemprego massivo não é um resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas em geral, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas *sob as relações sociais capitalistas*. A fase imperialista potencializa a contradição fundamental da sociedade capitalista e ao mesmo tempo logra, através de seu poderio estatal, novas formas de intervenção na busca por atenuar os conflitos e perpetuar a ordem vigente. Ao mesmo tempo em que se amplia a massa de miseráveis e as contradições se acirram, a superestrutura que legitima a ordem se reconfigura numa constante busca por perpetuar a estrutura econômico-social.

Neste processo expansionista evidencia-se a subjugação de umas nações por outras, cabendo aos países centrais e seus monopólios papel dominante na economia mundial. Segundo Lênin (2012, p. 108, grifos nossos) a partilha do mundo entre os grandes grupos capitalistas não

ocorre por eles serem movidos “por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou *os obriga* a seguir esse caminho para obterem lucros”, a lógica na qual eles partilham o mundo “é determinada “segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha *é impossível* no sistema da produção mercantil e no capitalismo”.

É importante também diferenciarmos a política colonial das fases anteriores ao capitalismo da política expansionista na fase do capitalismo monopolista: o que particulariza fundamentalmente o capitalismo moderno é o domínio exercido pelas associações monopolistas da grande burguesia. Sendo que,

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LÊNIN, 2012, p. 209).

Porém, é importante compreender que o domínio monopolista/imperialista não segue um único padrão nos diferentes territórios subjugados. Existem variações importantes nas formas da exploração e dominação das nações submissas:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política

internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Nós já nos referimos a uma destas formas anteriormente, a semicolônia. Um modelo de outra forma é, por exemplo a Argentina (LÊNIN, 2012, p. 119, grifos nossos).

Vladimir Lênin, já no início do século XX, distinguia capitalismo dependente de colônia e semicolônia, ressaltando a importância de compreender as particularidades do desenvolvimento capitalista em cada um dos diferentes países do globo. Para isso é preciso apreender o modo como se conforma a estrutura econômica, política e social de cada nação no período de consolidação do capitalismo monopolista. Embora a *essência* da contradição principal entre capital e trabalho, bem como os *traços gerais* da economia e das complexificações do Estado neste contexto sejam semelhantes em quase todas as partes, as peculiaridades na transição para a sociedade burguesa e para a fase monopolista em cada país evidenciam elementos particulares que não podem ser ignorados.

Neste desenvolvimento desigual vemos “que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas *com base* na partilha econômica do mundo” e concomitante a isso “entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações *com base* na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico”” (LÊNIN, 2012, p. 108). Essas formas de subordinação de umas nações por outras - que já existiam antes inclusive do modo de

produção capitalista ser dominante - na época do imperialismo capitalista “tornam-se *sistema geral*, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser *elos da cadeia* de operações do capital financeiro mundial” (LÊNIN, 2012, p. 120, grifos nossos).

Uma diferença importante da época do domínio imperialista é o fato de que o “que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias”, enquanto o “que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”. As particularidades do desenvolvimento capitalista em cada estado-nação se inter-relacionam na totalidade do sistema, afinal, “o *desenvolvimento desigual*, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países *é inevitável sob o capitalismo*” (LÊNIN, 2012, p. 93, grifos nossos).

Este processo de monopolização e de fusão do capital industrial com o capital financeiro irá paulatinamente se acentuar e aprofundar a hierarquia global que estrutura o sistema capitalista. Nesta realidade, as nações dependentes incorporam-se estruturalmente ao sistema do poder mundial e cumprem uma função específica na exportação de matérias primas e transferência da maior parte de seu excedente para os monopólios das nações centrais do capitalismo.

4.1 Emergência da revolução burguesa no Brasil e formação do capitalismo competitivo

Sobre o processo que desencadeou a Revolução Burguesa no Brasil, Florestan Fernandes (2005) mostra como o capital estrangeiro

soube se adaptar às novas transformações decorridas do desenvolvimento interno, perpetuando, desse modo, a heteronomia econômica e a subjugação do Brasil diante das economias centrais. Os agentes do nosso mercado interno viram tolhidos os seus anseios mais profundos, restando a acomodação ao processo de substituição de um tipo de controle externo por outro, o que deixou uma ampla margem de dominação econômica aos importadores europeus. Como eram os importadores estrangeiros que detinham a capacidade financeira e tecnológica para este empreendimento, coube a eles a direção desta reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional. Convertendo a aristocracia agrária nativa em sócia-menor dos interesses do capital externo.

Apesar de considerar as mudanças que impulsionaram o desenvolvimento capitalista, o sociólogo mostra que não houve no Brasil um processo *significativo* de alteração das suas relações econômicas com o exterior, pois estas *apenas modificaram a qualidade dessas dependências*. Foi característico de tais transformações o aparelhamento do país para montar e expandir a economia capitalista dependente, com os quadros de um Estado nacional controlado politicamente por elites nativas. Com isso se desenvolveu concomitantemente um novo padrão de crescimento econômico interno e a organização dos nexos de dependência econômica com o exterior.

No Brasil o capitalismo emerge edificando e incorporando a subjugação ao imperialismo. Consistindo, de acordo com Fernandes (2005, p. 113), em um “capitalismo de tipo especial”, com dois importantes elementos estruturantes e contraditórios entre si: *a heteronomia econômica condicionada pelos países centrais* e, ao mesmo tempo, *tendências de uma dinâmica autônoma em fase de estruturação*.

Essa realidade socioeconômica contraditória baseada nesta polarização central conforma o que o autor chama de capitalismo dependente.

Na análise do autor, tivemos uma *modernização econômica induzida de fora*. O que se processou foi a *substituição dos nexos de dependência*, mudança que se deu apesar do fato de não ter ocorrido nenhuma transformação econômica de natureza revolucionária, mas apenas a conformação de novos laços de dependência com o exterior. Além da aristocracia agrária, também foi importante o papel dos *novos agentes econômicos* que contribuíram para a implementação de todo um complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira. Estas mudanças econômicas trouxeram uma relativa liberdade e independência aos agentes econômicos internos, fazendo emergir, pela primeira vez na história nacional, o “verdadeiro palco do burguês” (FERNANDES, 2005, p. 120).

Nessas condições de erupção da revolução burguesa no Brasil alguns personagens históricos se metamorfosearam e também se chocaram entre si. Houve um processo de contradição entre os novos agentes econômicos que impulsionavam uma economia tipicamente capitalista e o senhor rural. Fernandes (2005, p. 129-130) mostra como o “senhor rural” transforma-se em “grande proprietário” (principalmente enquanto fazendeiro de café) a partir das determinações econômicas em andamento que,

[...] puderam ser neutralizadas ou negligenciadas enquanto a forma estamental de acumulação de capital possuía uma base material (o trabalho escravo) e um suporte social (a dominação patrimonialista no nível do domínio e da sociedade global). Todavia, à medida que a ordem social competitiva se fortalece internamente e que a grande

lavoura cai de modo implacável sob os mecanismos econômicos do mercado (em suas conexões com a economia mundial), a ordem social estamental perde sua eficácia como meio de defesa e fonte de segurança. Então, da perplexidade, do pânico e da ruína, o fazendeiro evolui, rapidamente, para adaptações econômicas novas, que redundam no abandono da forma estamental de acumulação de capital e na adoção de uma fórmula alternativa, que consistia em despojar a grande propriedade dos atributos histórico-sociais do domínio. Desse modo, ela se converteu, com relativa rapidez, numa variante típica da *plantação tropical moderna*, associada à acumulação comercial ou financeira de capital.

Como no Brasil não tivemos feudalismo e nem o “burgo” característico do mundo medieval, não conhecemos a forma clássica do burguês em seu período de ascensão e luta contra o antigo regime. Mas tivemos, na análise do sociólogo, dois principais protagonistas históricos de nossa revolução burguesa: o *fazendeiro de café* e o *imigrante*. O fazendeiro primeiramente renegava o elemento burguês de seu status para se afirmar como aristocracia agrária e garantir a monopolização do poder organizando um Estado nacional independente. Mas a partir do final do século XIX e na última década de 1880 ele teve de repudiar o próprio status senhorial para se salvar através do elemento burguês de sua situação. Essa passagem condiciona a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em cidadão da República.

Os membros da elite agrária, personificados enquanto coronel ou homem de negócios, lograram fazer com que a desagregação da ordem senhorial não resultasse em uma convulsão revolucionária, solapando as bases do movimento abolicionista e extraindo dele o seu sentido revolucionário. Puderam, assim, tirar disso todas as vantagens

econômicas possíveis. Esses traços demonstram as diferenças entre a abolição e a Independência no Brasil e em alguns outros países do nosso continente, onde houveram processos significativos de guerra nacional abolicionista que provocaram rupturas com a ordem colonial. No caso brasileiro, apesar de terem ocorrido importantes lutas antiescravagistas, o poder das oligarquias não foi abalado. Os estamentos dominantes,

[...] esvaziaram a revolução abolicionista de significado político e de grandeza humana. O escravo sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior. Em compensação, garantiam-se à grande lavoura condições favoráveis para a substituição do trabalho escravo e para salvar, na ordem social competitiva, suas posições dominantes nas estruturas do poder econômico e político. (FERNANDES, 2005, p. 143).

A respeito do imigrante, Fernandes (2005, p. 171) aponta diversos elementos sobre o seu papel em alavancar as condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: ele participa da passagem da “ordem tradicional” para a “ordem capitalista”, reproduzindo, sob diferentes condições, o processo que ocorreu ou estava ocorrendo em seu país de origem, processo no qual a urbanização desencadeou e tendia a acelerar nas cidades brasileiras. O imigrante também soube aproveitar o momento de desagregação da ordem senhorial no sentido de “capitalizar a mudança economicamente, propondo-se ou impondo-se como o próprio agente desses processos econômicos” (FERNANDES, 2005, p. 171). Nesse sentido, a antiga elite agrária e os imigrantes cumpriram diferentes funções econômicas, o que não provocou grande choque entre ambos, e

cada um cumpriu importante papel protagonista no desenvolvimento e consolidação do capitalismo.

Fernandes (2009, p. 21) considera que é padrão de dominação em toda América Latina “a institucionalização política do poder [...] com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida”. Os interesses privados internos “estão interessados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientação de valores extremamente egoístas e particularistas”. Tratam-se de burguesias nativas incapazes de protagonizar um verdadeiro projeto de nação, interessadas na manutenção de sua associação às burguesias dos países centrais, perpetuando a dependência financeira, tecnológica, política e cultural.

Ao eleger o Brasil como foco de sua atenção, Fernandes (1968) afirma que, em nosso País, assim como no México, trata-se de um *caso estratégico* em que os atributos do tipo aparecem com maior intensidade, precocidade e luminosidade, considerando este o tipo mais complexo de capitalismo dependente. Esta realidade traz consigo uma *aparência* de que se transita para um capitalismo avançado, e é assim que – simbolicamente e subjetivamente – a sociedade se considera. As ideologias e utopias das classes dominantes dos países centrais *são apropriadas de maneira deformada pela burguesia nativa brasileira*, que sempre se depara com uma imensa distância entre seu discurso e a efetividade do horizonte propalado, devido às especificidades da dependência que entravam qualquer possibilidade de cumprir as bandeiras de uma revolução burguesa clássica e dinamizar plenamente os possíveis elementos progressistas do desenvolvimento capitalista.

Tratando sobre o processo de generalização do regime de trabalho assalariado no Brasil, Fernandes (2005) mostra que já haviam

alguns tipos de trabalho livre ainda antes da desagregação da ordem escravocrata e senhorial. Nesse primeiro momento esse trabalho surge somente enquanto mercadoria. Posteriormente, já no período da Primeira República, é que o trabalho se configura como um fator social construtivo, adaptando-se às funções sociais e políticas que deveria ter na ordem social competitiva. Para isso, era necessário que aqueles que vendem o seu trabalho contassem ao menos com certas condições econômicas, sociais e políticas para impor o *seu lado* da barganha salarial na relação patrão-operário.

Isso contribuiu para que a apropriação do trabalho passasse a ter reguladores externos: “o mercado, os níveis de vida e de salário, a competição e o conflito (de início polarizados apenas pelo movimento sindical), a consciência operária e a solidariedade de classes” fazem com que a integração nacional “em um processo democrático e revolucionário” pelo menos destrua “barreiras sociais arcaicas” e introduza “niveladores sociais de classe”. Isso ocorre deitando raízes “na própria emancipação nacional e nas tendências correlatas de modernização controlada de fora, de desenvolvimento de um mercado capitalista interno e de crescimento urbano-comercial” (FERNANDES, 2005, p. 230-231).

Porém, ressalta o autor, como muitas estruturas de dominação arcaicas se preservaram, tendo *a própria dominação senhorial se transformado em dominação oligárquica*, foram bloqueadas política, econômica e socialmente “a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história” (FERNANDES, 2005, p. 231). Aqueles que no regime colonial

tinham seu trabalho apropriado pelos estamentos dominantes e não tiveram condições de ter sua própria solidariedade estamental, na República e no regime de classes também tiveram negadas as condições de solidariedade de classes, num processo que retirou do trabalhador as “bases estruturais e dinâmicas de sua elaboração como fator social construtivo (capaz de alimentar e de dar sentido às *transformações de baixo para cima* da ordem social competitiva)” (FERNANDES, 2005, p. 232).

Para Fernandes (1986) o capital aqui não desprende o trabalho do contexto histórico anterior, mas *aproveita-se e usa suas marcas sociais negativas* como um elemento não-econômico na deterioração do valor do trabalho no mercado⁴¹. Diferentes formas de sujeição foram refuncionalizadas no tortuoso processo de superação histórica do escravismo, até que o modo de produção capitalista se tornasse dominante. Fernandes (1986, p. 40) traz o exemplo dos fazendeiros paulistas que passaram a usar,

[...] o conceito do “trabalho livre na pátria livre” como um ardil, pois só eram livres, naquela “pátria”, os que não viviam da força de trabalho, seja como escravos, seja como assalariados. O ardil permitia prolongar por dois ou três anos e por cinco ou seis meses a submissão do escravo às obrigações perante o senhor e possibilitava a este, como “empregador”, manejar o contrato como um laço. O negro escravo e, especialmente, o “negro livre” perceberam

⁴¹ “Embora a lógica *das classes* tenha substituído *o estamento e a lógica dos estamentos*, não houve nenhum choque mortal que provocasse alguma crise de perecimento na conciliação com o passado. Esta mostra seu caráter perverso e terrível no “Brasil indomável e selvagem dos *conquistadores*, dos que nasceram para fazer as pilhagens, convertê-las em negócios com os estrangeiros e suas potências, e para *dirigir a sociedade* dentro desse circuito fechado de particularismo estreito e de egoísmo insaciável” (FERNANDES, 1986, p. 70).

claramente o ardil e o repeliram. Preferiam o desemprego e a miséria à degradação implícita numa relação de trabalho umbilicalmente presa ao escravismo.

Nesse interim, segundo Fernandes (1986), os “trabalhadores nacionais” e os “imigrantes” buscaram primeiro conquistar um trabalho despojado da total subserviência e, assim como o negro, tinham que se impor primeiro *como gente* para lograr separar a *venda da força de trabalho* da *venda da pessoa*. Com o crescimento do modo de produção capitalista configura-se a personalidade do capitalista, bem como a personalidade do operário moderno, o crescimento da sociedade civil, do Estado, etc. A massa burguesa é caracterizada, após a desagregação do regime escravista, por seu empenho em resguardar o *status quo* e manter a ordem sob controle, o que “converte a paz burguesa numa modalidade de paz armada e dissocia a mudança (em todas as esferas da economia, da sociedade e do Estado) das grandes reformas ditas capitalistas” (FERNANDES, 1986, p. 42-43).

De acordo com Paulo Netto (2011a, p. 17) pode-se falar em “questão social” num sentido universal enquanto “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”. A “questão social” se origina no Brasil no período de formação da República em que a classe operária e os trabalhadores em geral emergem no cenário social e político, ensaiando movimentos reivindicatórios. Com a particularidade destas restrições advindas de uma ordem que vedava qualquer impulso transformador por parte da classe trabalhadora.

Tratando das condições que constituíram a generalização do regime de “trabalho livre” assalariado no Brasil, Fernandes (2005, p. 232-233) conclui que,

Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar.

Temos desse modo uma série de elementos do mandonismo tradicional que se perpetuam, se reconfiguram e mantém a classe trabalhadora brasileira sob um domínio autocrático bastante restrito para quaisquer formas de aspiração progressista de um ponto de vista social e democrático. Os sucessivos processos contrarrevolucionários desencadeados em golpes de Estado, as mais brutais formas de repressão e opressão das massas populares, etc. demonstram ao longo da história nacional a intolerância das classes dominantes para com as aspirações dos “de baixo”.

A Revolução Burguesa no Brasil possui, como bem expõe Fernandes (1986), um drama crônico que é específico do capitalismo dependente: as impossibilidades históricas formam *uma cadeia* que fatalmente acaba se impondo *em cada fase do desenvolvimento*. Como não ocorre uma ruptura definitiva com o passado, este *se reapresenta a cada passo* na cena histórica e *cobra seu preço*. As reformas que seriam

típicas de um modelo tradicional de revolução burguesa acabam sendo negadas e/ou neutralizadas.

Paulo Netto (2010, p.18) identifica esse processo nos seguintes termos:

[...] o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g. as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

O entendimento da particularidade desse desenvolvimento conservador só é possível através de uma superação das visões dicotômicas e mecanicistas. Se a modernização *refuncionaliza e integra* formas econômico-sociais arcaicas *na sua própria dinâmica*, isso quer dizer que a manutenção, por exemplo, do latifúndio não se dá “por falta de capitalismo”. Pelo contrário, *se dá pelo próprio desenvolvimento do capitalismo dependente em sua dinâmica particular*. Admitir que o capitalismo dependente se desenvolve e se moderniza *não significa negar as suas particularidades estruturais*; bem como, constatar a manutenção de formas econômico-sociais arcaicas *não significa negar que sob a dependência o capitalismo se desenvolve e se moderniza*. Diferente do “dualismo cepalino” que via uma oposição entre arcaico e moderno,

Florestan Fernandes (2005) compreende ambos entrelaçados dialeticamente, inspirando-se em Moore Jr. (1975) e sua concepção de *modernização conservadora*.

No ensaio *A Revolução Burguesa no Brasil*, o sociólogo centra suas atenções em desvendar os seguintes elementos centrais: a questão da natureza do nosso capitalismo, qual tipo de transformação capitalista nos coube na “partilha do mundo”, quais são os marcos da evolução *possível* desse capitalismo, e o que ele reserva para suas duas principais classes: a burguesia e o proletariado. O fim do Império e o início da República ainda continham somente os germes do poder burguês e da dominação burguesa no Brasil. Não existe nesse contexto um colapso do poder oligárquico, mas uma transição que, mantendo a hegemonia da oligarquia, recompõe as estruturas do poder configurando o domínio da burguesia.

Para Fernandes (2005) a antiga oligarquia se modernizou e desdobrou-se em busca das oportunidades novas, preservando a base de poder que já possuía. Formou-se uma nova aristocracia e foi a oligarquia quem decidiu o que deveria ser a dominação burguesa, fazendo com que a luta de classes e a repressão do proletariado formassem o eixo da revolução burguesa no Brasil. As várias “burguesias” da plantação e da cidade, segundo o autor, não passaram por um processo significativo de fusão, preservando diversos particularismos, e na área do comércio todos os setores burgueses se encontraram e partilharam seus interesses comuns. Desse modo, nossa burguesia não forjou instituições próprias de poder (como fizeram outras burguesias que primeiramente só utilizavam o Estado em arranjos mais complicados), ela estabeleceu o seu pacto de dominação de classe no terreno político *convergindo e unificando-se no Estado*.

Essa burguesia não busca, no processo de edificação do seu domínio, superar as estruturas sociais arcaicas herdadas do passado. Segundo Fernandes (2005, p. 240-241), como a transição se dá *por cima*, não convém à burguesia enfrentar as formas de domínio oligárquico instituídas. Ela preferiu se comprometer com aquilo que lhe fosse vantajoso, tirando proveito “dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira”. Logo, não era somente a oligarquia que impunha um entrave às transformações sociais e nacionais que seriam típicas de uma revolução burguesa clássica. A “própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas”, optando por uma “mudança gradual” em larga composição e evitando “uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora”.

Embora, como já demonstramos, diversos setores dessa burguesia propalasse a retórica liberal e ideais como os da revolução francesa, quando outras classes cobraram que esses ideais fossem para além da simbologia, ela demonstrou suas verdadeiras entranhas “reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico” (FERNANDES, 2005, p. 242). Exemplo disso foi o tratamento dado às greves da década de 1910, encaradas puramente como casos de polícia, ou a própria repressão contra as mais amplas reivindicações democráticas do povo meio século depois.

A concepção do sociólogo demonstra, dessa maneira, que as transformações conduzidas “a partir de cima” consolidaram um poder dominante autocrático bastante hostil a quaisquer pressões populares ou de outras camadas sociais que possam exigir mudanças, mesmo que dentro da ordem. Essa realidade fez com que a democracia burguesa

brasileira se tornasse uma *democracia restrita*, vedada aos “de baixo” e funcional apenas à dominação burguesa⁴². Ampliando, ao mesmo tempo e de maneira explosiva, a potencialidade dos conflitos sociais, tornando iminente o surgimento de oposições “de baixo pra cima” que poderiam se converter em “oposição contra a ordem” (FERNANDES, 2005, p. 249).

A dominação burguesa então se constitui, segundo Fernandes (2005, p. 250), de um modo em que as concepções da “velha” e da “nova” oligarquia convertem “a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária”. Poder-se-ia dizer que a burguesia brasileira teria como optar por um caminho distinto da perpetuação da dependência, e exemplos como os da emancipação política da burguesia estadunidense poderiam sustentar esse argumento. No entanto, como seria possível sustentar o desenvolvimento do capitalismo internamente nos “marcos tão recentes do passado colonial e neocolonial, ainda vivos no processo de descolonização em curso ou, pior, nos processos de acumulação capitalista recém-adotados na economia agrária?” (FERNANDES, 2005, p. 251).

O autor evidencia que não se pode ter uma mesma explicação para as diversas situações criadas pela expansão do capitalismo no mundo moderno. Nas condições sócio históricas de países como o Brasil fica patente que determinadas burguesias não podem protagonizar ao mesmo tempo a transformação capitalista e a revolução nacional e democrática.

⁴² É assim que, de acordo Fernandes (2005, p. 247), o “velho” e o “novo” se fundem e se recompõem prevalecendo a lógica da *dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes*. Onde “o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização” e garantia “a maior segurança possível na passagem do mundo *pré-capitalista* para o *mundo capitalista*, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade””.

Nossa burguesia, na verdade, sentiu-se confortável com a continuidade da dependência, uma vez que:

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamicável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (FERNANDES, 2005, P. 253).

Os dinamismos estruturais de nossa sociedade conferem a ela uma instabilidade constante (em tempo histórico), expressada na pouca durabilidade das constituições, nos curtos períodos de “democracia” com sufrágio universal, etc. Esta é a realidade que uma classe dominante com muito pouco a ceder tem que lidar constantemente, oscilando entre a necessidade da contrarrevolução e o próprio distensionamento da mesma em condições propícias para a manutenção no poder do mesmo bloco dominante. A maneira como a *democracia de cooptação*⁴³ é combinada com a reprodução da autocracia burguesa também varia de acordo com a conjuntura. Os governos da Era Vargas demonstraram essas tendências e contra tendências, cedendo alguns direitos aos trabalhadores, cooptando

⁴³ Abordaremos as características da democracia de cooptação no quinto capítulo.

o movimento sindical, tencionando e distensionando o nível da repressão, abrindo e fechando espaços democráticos de acordo com a necessidade.

Não há determinações unilaterais nesse contraditório movimento, o que nos cabe analisar é a maneira como esse processo de contradições vivas sucede continuidades e rupturas que fazem parte da dinâmica de manutenção do domínio oligárquico-burguês sob o capitalismo dependente. Como já vimos, essas tensões e distensões por parte do poder dominante também não são meramente antecipatórias, mas relacionam-se com a dinâmica da luta de classes e com a pressão decorrente das reivindicações fruto da organização e pressão da classe trabalhadora e das camadas populares.

Para Fernandes (1994) a Aliança Liberal que em 1930 deu início a “era getulista” consubstanciou os ideais de revolução especificamente política emanada do cume dos cidadãos rebeldes e seu movimento cívico de derrubada da antiga oligarquia. Esse movimento “vomitou o povo nas ruas” animando amplos setores populares insatisfeitos com a república velha, porém, os “de cima” tinham outras ideias e intenções.

Getúlio usou os inconformados como a cauda política do movimento burguês. Mas realizou, a partir de cima, uma manobra que no México exigiria uma revolução social. Introduziu a legislação trabalhista e a organização dos trabalhadores. Mas atrelou os sindicatos ao Estado e criou um exército de sindicalistas-pelegos, que contava como a base social do imenso e duradouro edifício de paz burguesa, montado com recursos financeiros e humanos tirados dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, instituiu organizações de salvaguarda da solidariedade e prestação de serviços dos trabalhadores, submetidas ao controle social e à manipulação econômica e política dos patrões. Para completar essa obra, ignorou a

situação dos miseráveis da terra, enquanto estabelecia laços orgânicos entre oligarquias rurais e plutocracias urbanas. Através do PSD e do PTB, em luta encarniçada contra o Partido Comunista ou contando com seu apoio tático, engendrou um jogo político que fortaleceu a conciliação de classe e consolidou a condição de cauda política da burguesia dos operários e das massas populares. (FERNANDES, 1994, p. 102).

Foi nessa lógica política que a burguesia “ignorou as deformações práticas e institucionais do federalismo e, após curtíssima experiência (1930-34 e 1934-37) substituiu a autocracia dissimulada pela ditadura ostensiva”. A democracia “sequer foi examinada como “mal necessário”, como pressuposto ou premissa das reformas e revoluções dentro da ordem, essenciais para o desenvolvimento capitalista”, ela foi encarada como um mal em si, uma “fonte de antagonismos sociais que cumpria reduzir ao valor zero”, mantendo-a somente como ritual simbólico, ou a eliminando, “preservando na prática a *democracia restrita*, instrumental para a conciliação e a reforma que convinhas aos estratos com faculdade de decisão das classes burguesas” (FERNANDES, 1994, p. 102-103).

Após o fim do Estado Novo ocorrem ensaios de democracia num contexto em que as classes trabalhadoras cresceram numericamente em vigor político. A democracia respondia às exigências cívicas de cada uma das classes de maneira diferente. Posteriormente “a formação de condições para a emergência de uma “democracia de participação ampliada” foi razão suficiente para um golpe de Estado e a imposição de uma ditadura de inspiração militar e de suporte civil” (FERNANDES, 1994, p. 103). A ditadura civil-militar iniciada em 1964 foi um ponto

culminante na plena estruturação do *bloco de poder hegemônico do grande capital nativo associado ao imperialismo*.

As mudanças ocorridas principalmente entre a última década do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial, transformaram, de acordo com Fernandes (1986), a industrialização num processo social estável que infundiu à urbanização um novo caráter. Essas transformações são ampliadas e consolidadas posteriormente com o crescimento da urbanização, o aumento do mercado interno, a ação direta do Estado no desenvolvimento da indústria pesada de base, além da expansão da indústria de substituição de importações no contexto da Segunda Grande Guerra, conjuntamente com o deslocamento das fronteiras do modo de produção dos centros imperiais para a periferia, processo no qual o Brasil se viu profundamente envolvido a partir da segunda metade do século XX. Tal movimento resultou “em *uma revolução pelas estruturas do modo de desenvolvimento capitalista*” (FERNANDES, 1986, p. 38), fazendo com que o desenvolvimento capitalista e a consolidação do domínio da grande burguesia nativa associada aos centros imperiais externos seguissem aprofundando o padrão dependente do capitalismo brasileiro.

A consolidação da ordem monopólica no Brasil tem seu marco político no golpe civil-militar de 1964. Vários elementos sócio-políticos desse acontecimento histórico precisam ser entendidos em sua relação com a estrutura econômica do capitalismo dependente. Essa análise evidencia os limites de uma ordem social que se fecha para os anseios da reforma social, nacional e democrática, fazendo com que tais reformas deixem de ser tarefa do seu próprio desenvolvimento. A blindagem conservadora se mostra a cada momento histórico e vive o seu clímax no

golpe preventivo que consolida o pleno domínio do capital monopolista e do poder autocrático burguês.

Para Fernandes (2005, p. 263-264) sucederam-se três fases do desenvolvimento capitalista na história moderna da sociedade brasileira: a fase de *eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno* (que iria da “Abertura dos Portos” até a sexta década do século XIX), a fase de *formação e expansão do capitalismo competitivo* (que vai do último quartel do século XIX até a década de 1950 no século XX) e a fase de *irrupção do capitalismo monopolista*, que se acentua no fim da década de 1950 e se consolida estruturalmente após o golpe de 1964⁴⁴.

Esta última fase se deu no contexto global que o autor chama de *novo imperialismo* ou *imperialismo total*, caracterizado principalmente pela hegemonia dos Estados Unidos. A essência desse período está na expansão do próprio capitalismo monopolista, mas essa nova forma de domínio não se caracteriza somente por fatores econômicos. As transformações do poder financeiro das empresas capitalistas foram geradas “por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração”, bem como “pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira do

⁴⁴ Aqui reformulamos a posição presente em nossa dissertação de mestrado e no artigo, escrito em parceria com Ricardo Lara, *Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil: a contribuição de Florestan Fernandes* (Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.). Lá afirmávamos que o processo que desencadeou no golpe civil-militar de 1964 “consolidou a revolução burguesa no Brasil”. A maneira mais precisa de dizê-lo seria afirmar que o que tivemos foi a *consolidação do capitalismo monopolista e seu padrão autocrático de dominação*. Até poderia ser possível considerar que neste período temos o último estágio do processo histórico de nossa revolução burguesa, o estágio que de fato cristalizou o padrão estrutural de nosso capitalismo dependente. Mas já tínhamos a consolidação de uma espécie de poder burguês e o modo de produção capitalista dominante desde o período de transição entre as últimas décadas do século XIX e o século XX.

capital na internacionalização do mercado capitalista mundial” (FERNANDES, 2009, p. 29). É no entendimento da *inter-relação entre países dependentes e imperialismo total* que está o cerne da compreensão do padrão estruturalmente heteronômico de nossa realidade socioeconômica.

4.2 O imperialismo total sob hegemonia dos Estados Unidos

Florestan Fernandes (2005, p. 320) considera que sob o capitalismo monopolista o imperialismo torna-se um *imperialismo total*, que não conhece fronteiras e não tem freios, penetrando nos países periféricos⁴⁵ a partir de dentro, “enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras”. Após a Segunda Guerra Mundial algumas mudanças importantes ocorreram na forma do domínio econômico e político exercido pelo imperialismo, além de transformações socioculturais neste âmbito. Os países (principalmente do leste europeu) que vivenciaram processos pós-capitalistas e tentaram a transição ao socialismo (com avanços sociais, culturais e tecnológicos importantes⁴⁶) compeliram “as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para uma defesa agressiva do capitalismo privado” (FERNANDES, 2009, p. 29-30).

⁴⁵ A categoria *países periféricos* engloba toda a periferia do sistema capitalista, todos os países que não compõem as nações hegemônicas do imperialismo global. Os países de capitalismo dependente são também periféricos, mas nem todo país periférico tem necessariamente as mesmas características estruturais aqui expostas sobre o capitalismo dependente no Brasil.

⁴⁶ O que – no pós-Segunda Guerra – significou a “existência de uma economia socialista bem-sucedida e expansiva, dotada pelo menos de padrões equivalentes de tecnologia, organização burocrática, produtividade, crescimento acelerado e internacionalização” (FERNANDES, 2009, p. 29).

As transformações econômicas, da estrutura urbana e tecnológicas nos países centrais engendraram formas bastante destrutivas “de utilização das matérias-primas da periferia, as quais converteram em maior ou menor grau, as nações periféricas em fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais”. Isso fez com que esses países subordinados, enquanto fontes de matéria-prima essenciais ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, se tornassem profundamente incorporados “à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo”, resultando numa forma de incorporação “devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo” (FERNANDES, 2005, p. 296).

Desse modo, enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação de concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, o *novo imperialismo* representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo. Algumas características centrais desse domínio seriam: “a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinfluência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2009, p. 30). A influência hegemônica dos EUA foi recebida “como um preço razoável pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e o Japão”, mesmo ainda havendo “tensões e rupturas” que são “manipuladas em condições seguras para a defesa e o fortalecimento dos “interesses privados”, isto é, do capitalismo” (FERNANDES, 2009, p. 30).

Após afirmar que esse novo padrão de imperialismo é, em si, destrutivo para os países da América Latina, Fernandes (2009, p. 30-31) fala de um período (ao longo da Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial) em que as influências externas das potências centrais decresceram e os países da região conseguiram de alguma forma impulsionar sua expansão interna. Isso se deu com a “absorção de meios para a produção de produtos importados e na seleção estratégica de importação de bens e serviços”. Em alguns países “o Estado foi capaz de construir e desenvolver indústrias básicas, através de empresas públicas ou semipúblicas, como uma base para a diferenciação da produção industrial”, com a “aceleração autônoma do crescimento econômico e a integração nacional da economia”.

Posteriormente, a “erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias”, que aparentavam “corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos” (FERNANDES, 2009, p. 30). Essas corporações foram saudadas pelas elites latino-americanas como capazes de contribuir para o “desenvolvimentismo”, recebendo um irracional apoio econômico e político. Essa abertura permitiu que elas expandissem sua influência, tornando-se um importante polo econômico das economias latino-americanas.

Decorre, então, que:

As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas

às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados. (FERNANDES, 2009, p. 30).

Enquanto nas demais nações capitalistas avançadas a hegemonia dos Estados Unidos⁴⁷ pôde ser de alguma forma contrabalanceada⁴⁸, nos países latino-americanos “suas elites no poder não estão submetidas a controle público e a pressões democráticas”, fazendo com que “o processo de modernização”, iniciado sob controle dos EUA, apareça “como uma rendição total e incondicional” que se propaga “por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública”, inclusive nas próprias “aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável” (FERNANDES, 2009, p. 32).

Para István Mészáros (2003) o sistema do capital vive desde meados dos anos 1960/70 uma *crise estrutural*, aproximando-se de seus limites históricos e sistêmicos. A potencialidade destrutiva do próprio sistema e seu “complexo industrial/militar” demonstra que com “o fim da ascensão histórica do capital, as condições de reprodução expandida do sistema foram radical e irremediavelmente alteradas, empurrando para o

⁴⁷ Para Mészáros (2003, p. 11) “Não se pode negar que a nova fase do imperialismo hegemônico global está sob o controle preponderante dos Estados Unidos, ao passo que outros parecem aceitar o papel de se agarrarem à casaca americana, embora isso não signifique que o aceitarão eternamente. Pode-se prever com segurança, com base nas instabilidades já evidentes, a explosão no futuro de fortes antagonismos entre as principais potências. Mas poderia isso por si só oferecer resposta para as contradições sistêmicas em jogo sem tratar das determinações causais nas raízes do desenvolvimento imperialista? Seria ingenuidade acreditar que sim.”

⁴⁸ Pois essas nações “possuem recursos materiais e humanos para resistir às implicações negativas da empresa corporativa norte-americana, e para limitar e mesmo para estabelecer controles seletivos das consequências culturais ou políticas resultantes da supremacia econômica dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2009, p. 31-32).

primeiro plano suas tendências destrutivas” conjuntamente com o “desperdício catastrófico” (MÉSZÁROS, 2003, p. 22).

O desemprego atualmente já não consiste num “exército de reserva” com relativa rotatividade esperando por ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital como acontecia na época da expansão do capitalismo, trata-se de um quadro em que: “a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acríticos do capital como “desemprego estrutural”” (MÉSZÁROS, 2003, p. 22). A crise estrutural do capital consiste numa crise de caráter *global* e *universal* (que atinge todos os países e todo o sistema), sua duração é *extensa e contínua* (e não meramente conjuntural) e sua forma de desdobramento é *gradual* (o que não exclui convulsões futuras).

Ao analisar as tendências do imperialismo em sua fase atual, Mézáros (2003, p. 27) afirma que “o final da ascensão histórica do capital também trouxe consigo uma *equalização para baixo da taxa diferencial de exploração*”. O filósofo húngaro chega a citar o exemplo de uma mesma empresa (Ford) que, em 1971, remunerava nos EUA sua mão de obra com US\$7,50 por hora, enquanto nas Filipinas a remuneração por trabalho equivalente era de apenas US\$0,30 hora. Essa tendência demonstra que:

Por uma série de razões, incluindo a *articulação estrutural* do “capitalismo avançando” com a catastróficamente perdulária *taxa de utilização decrescente* como importante condição de expansão contínua, *não é concebível* que esse fracasso do capitalismo seja remediado no futuro. Assim, o fracasso da modernização capitalista do “Terceiro Mundo”, apesar de todos os esforços nela investidos

durante décadas de expansão do pós-guerra, chama nossa atenção para um *defeito estrutural fundamental de todo o sistema*. (MÉSZÁROS, 2003, p. 29, grifos nossos).

Outra importante tendência do imperialismo global hegemônico atual é “o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de produção do metabolismo social do capital” (MÉSZÁROS, 2003, p. 29). Os Estados seguem tendo papel central no capitalismo monopolista, a existência de um suposto “neoliberalismo” que projetaria o declínio ou a redução do Estado não se verifica na prática, pois afirma-se a centralidade do Estado como peça-chave da expansão global das empresas multinacionais: o Estado intervém na gestão da crise e na competição intercapitalista. Embora os mercados transcendam os Estados, eles operam nas suas fronteiras.

A história do imperialismo, segundo Mézáros (2003, p. 72), perpassou três fases distintas:

O primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; 2. *Imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas*, chamado por Lênin de “estágio supremo do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial; e 3. *Imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante, renunciado pela versão de Roosevelt da “Política de Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do capital – apesar de ter se consolidado

pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante.

Para Fernandes (2005, p. 295) a emergência e expansão do capitalismo monopolista estendeu o domínio das grandes corporações capitalistas nos países periféricos sem necessitar de uma intervenção extensa e profunda nas suas estruturas coloniais, neocoloniais ou competitivas. Na realidade “essas estruturas *lhes eram altamente vantajosas*, já que economias desse tipo não dispunham de *mecanismos econômicos reativos de autodefesa*”. Assim, as grandes corporações através das nações hegemônicas exigem dos países periféricos que coloquem “a casa em ordem” para garantir a viabilidade do “desenvolvimento por associação”, e também desencadeiam “vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares etc.” (FERNANDES, 2005, p. 297-298).

Essa associação deixa de lado ou em segundo plano “os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista”, evidenciando uma caracterização muito mais selvagem dessa transição nos países periféricos que impede “qualquer conciliação concreta” entre “*democracia, capitalismo e autodeterminação*” (FERNANDES, 2005, p. 298).

Com a conformação do imperialismo global hegemônico (ou imperialismo total) e a falência da possibilidade de “decolagem” dos países subdesenvolvidos, somada a isso a crise estrutural do capital que restringe as margens de manobra para mudanças no interior do próprio

sistema capitalista/imperialista, evidencia-se que essa hierarquia que mantém a condição de dependência das nações subjogadas, em realidade, *constitui um defeito estrutural do próprio sistema do capital.*

4.3 Consolidação do capitalismo monopolista e autocracia burguesa no Brasil

Florestan mostra como as grandes corporações vinculadas aos países imperialistas tiveram dois momentos de penetração na economia dependente brasileira. Num primeiro momento “só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiram abrir, numa economia capitalista dependente mas em fase de transição industrial relativamente madura” e no segundo momento, que se dá principalmente após o golpe de 1964, “elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial” configurando-se “o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer” (FERNANDES, 2005, p. 298).

A *parte externa* da *dupla articulação* que configura a dependência perdura-se através da superexploração dos trabalhadores que gera superlucros compartilhados pela associação das classes dominantes internas, em particular algumas frações destas como o latifúndio exportador e a burguesia monopolista, com o capital imperialista, o que supõe e reproduz certas formas e modos de dependência. Nesta relação há, para Fernandes (1968, p. 63), uma característica inelutável:

[...] grande parte do excedente econômico é gerada pela exportação de produtos primários, e a organização da produção, nesse setor, dificilmente

poderia evoluir para formas especificamente capitalistas, sem elevar os custos a níveis demasiado altos. Além disso, a conjugação de procura externa com técnicas de produção extensiva acarretou um padrão de crescimento econômico pouco flexível, fundado em substituição súbita dos produtos básicos e em constante mobilidade dos centros economicamente prósperos, descrito por alguns autores como *ciclos econômicos*. Esgotada a fase de prosperidade, com frequência não há outra alternativa senão manter, enquanto for possível, a produção no setor. Em conjunto, pois, o emprego ótimo dos fatores econômicos não é determinado pelos requisitos em termos da integração ao mercado mundial. Mas, por uma acomodação plástica às flutuações da procura externa, às possibilidades regionais de atendê-las e às perspectivas decorrentes de atividade econômica lucrativa.

Essa pouca flexibilidade do crescimento econômico demonstra a maneira como a dependência tecnológica em relação às grandes potências é eternizada, num padrão de desenvolvimento que permanece passivo diante dos interesses externos. Fica evidente o peso que o elemento externo tem no direcionamento da própria dinâmica interna da economia dependente. A *dupla articulação*, de acordo com Fernandes (2005, p. 351), apresenta-se de modo que a *articulação interna* (desenvolvimento desigual entre distintas formas de produção, articulando setores arcaicos e modernos e implicando modos relativos de subdesenvolvimento) vincula-se à *articulação externa* (imperialismo/dependência), e esta última faz parte e é constitutiva da própria estrutura interna. Ambas se articulam dialeticamente e constituem o *todo unitário* que configura a formação social brasileira.

Conforme o capitalismo avançado se desenvolve, demonstra Fernandes (1968, p. 66), ele impõe contínuos “reajustamentos no mercado

mundial, dos quais resultam a transformação e a reorientação das técnicas capitalistas de controle à distância das economias nacionais dependentes”, essas alterações ocorrem sempre no sentido de “converter os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora do seu próprio excedente econômico”. Essa transferência para fora de boa parte do excedente precisa ser entendida como parte integrante da própria estrutura hierárquica do novo imperialismo (ou imperialismo total), tendo em vista o papel que as economias dependentes cumprem na ordem global do capitalismo monopolista. Superando, assim, visões fragmentárias e esquemáticas que dissociam as particularidades nacionais de sua integração na totalidade do sistema mundial.

Florestan Fernandes (2005, p. 309) mostra como a crise do poder burguês decorrente da consolidação do capitalismo monopolista, principalmente a partir dos anos 1960, se resolve no Brasil sem grandes abalos na ordem social existente. O autor indica aqui três principais elementos:

1º) a capacidade da iniciativa privada interna de captar as irradiações econômicas das grandes corporações, das nações capitalistas hegemônicas e do mercado capitalista mundial; 2º) a capacidade de mobilização social e política da burguesia *como classe possuidora e privilegiada*; 3º) a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante.

Esse terceiro elemento que consiste na simbiose entre poder burguês e Estado é de fundamental importância para compreender as especificidades do poder político em nossa realidade. O Estado tem, segundo Fernandes (2005, p. 311), grande importância no desenvolvimento do capitalismo dependente e na manutenção de um tipo de domínio burguês singular que institucionaliza politicamente a autodefesa de classe. Perpetua-se, dessa maneira, uma sociedade que condena o grosso da população a permanecer excluída das vantagens do funcionamento normal do regime de classes e da ordem competitiva. Somente as classes altas e médias chegam a desfrutar de alguma maneira destas vantagens⁴⁹.

As contradições da dupla articulação e do capitalismo dependente explicitam, como aborda o sociólogo, uma clara dissociação entre desenvolvimento político e desenvolvimento econômico. Enquanto economicamente desenvolve-se um padrão capitalista racional e modernizador, politicamente são implementadas políticas militares e policiais altamente repressivas. Isso faz com que o Estado nacional não se atrele à uma clássica democracia burguesa, mas à uma tecnocrática democracia restrita que Fernandes (2005, p. 313) categoriza enquanto uma *autocracia burguesa*.

Coutinho (2011, p. 233) critica em Fernandes (2005) a utilização da categoria autocracia burguesa para se referir, por exemplo, ao período da ditadura civil-militar, argumentando que houve rodízio de presidentes

⁴⁹ Nesta realidade a dominação burguesa irradia certos privilégios próprios de sua natureza somente para uma minoria, “nos 10, 15, 20 ou 25% que têm rendas altas, monopolizam a cultura e o poder político” e o Estado constitui-se “no veículo por excelência do poder burguês”, afinal, para desenvolver um capitalismo monopolista dependente necessita-se de uma grande estabilidade política que “só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir” (FERNANDES, 2005, p. 312).

ao longo do regime, não consistindo em um poder unipessoal. No entanto, não nos parece que o sociólogo se refere ao poder pessoal de um autocrata, mas sim ao poder restrito a uma determinada classe: a burguesia. A categoria autocracia burguesa busca captar o *momento predominante* do tipo de poder burguês incrustado no Estado brasileiro ao longo de nosso processo de revolução burguesa e posterior consolidação do capitalismo monopolista.

O capitalismo monopolista se consolida no Brasil sem eliminar “uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extra capitalistas”, ou seja, não se eliminam por completo as relações do passado “pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia”, persistindo assim “formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas””, que seguiram coexistindo “ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial” (FERNANDES, 2005, p. 315).

O sociólogo busca em seu ensaio se contrapor à um tipo de interpretação errônea a respeito da revolução burguesa em países periféricos que já teve e ainda tem respaldo em diferentes análises sociológicas. Segundo essa interpretação existiria um “esquema” de revolução burguesa que seria “idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas”. A dependência e o subdesenvolvimento seriam, assim, apenas estágios passageiros que estariam “destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 338). Essas interpretações acreditam que a

periferia dependente repetiria, através de revoluções anticoloniais, a história das nações centrais.

Imaginar que o Brasil possa cumprir tais etapas da mesma maneira como ocorreu nas revoluções burguesas clássicas, e que suas classes dominantes estariam interessadas em uma plena emancipação nacional, só é possível desconsiderando o fato de que nossa revolução burguesa já está completa e consolidada. A ideia de que poderíamos repetir os passos do desenvolvimento capitalista nos países centrais acaba negando que no capitalismo dependente o crescimento se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis.

Fernandes (2005, p. 339-340) assume que de fato existem “estruturas e dinamos essenciais” que são comuns aos países centrais e periféricos, consistindo em “uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria capitalista”. Mas essas uniformidades não negam a existência de diferenças fundamentais “que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado”, articulando “no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas”. Para uma compreensão concreta de nossa realidade, o fundamental está em constatar não apenas as uniformidades, mas principalmente as particularidades que explicam “a variação essencial e diferencial, isto é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente”, pois somente dessa forma é possível “colocar em evidência como e por que a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações

capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história”.

A articulação entre transformação capitalista e dominação burguesa no Brasil não pode repetir os pré-requisitos do modelo clássico democrático-burguês, ela se dá através de uma “forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” ou então “uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia”. As nações hegemônicas não possuem nenhum interesse em inibir esse modelo autocrático que representa um capitalismo “selvagem e difícil” por meio de um enfraquecimento das burguesias dependentes. Se assim o fizessem “estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista e revolucionário” ou “incentivando transições para o capitalismo de Estado e para o socialismo”, trabalhando desse modo contra os seus próprios interesses “que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido” (FERNANDES, 2005, p. 341-342).

O fato de a grande burguesia brasileira ser dependente e associada ao imperialismo estrangeiro não significa que ela seja permanentemente uma burguesia frágil ou débil. Segundo Fernandes (2005, p. 342) essa fraqueza “das burguesias submetidas e identificadas com a dominação imperialista é meramente relativa”, e enquanto mais “se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida”. Essa solidez se confirma não somente com “uma burguesia articulada internamente em bases nacionais” como também “bastante forte para saturar todas as funções políticas auto defensivas e repressivas da dominação burguesa”.

Uma característica importante da consolidação do capitalismo brasileiro na sua conexão entre dominação burguesa e transformação capitalista é a *hegemonia urbana* decorrente da emergência da industrialização. Essa hegemonia expressa seu impacto histórico na “concentração de massas humanas, de riquezas e de tecnologias modernas em um número reduzido de metrópoles-chave” (FERNANDES, 2005, p. 346-347). Se considerarmos os tempos atuais temos, de acordo com o censo do IBGE (2010), um constante aumento da população urbana e diminuição da população rural. Se em 1970 a população urbana representava 55,98% e a população rural 44,02%, em 2010 a população urbana já representava 84,36% e a população rural 15,64%. Essa constante urbanização muda “por completo as relações das cidades com a economia agrária e com o respectivo complexo urbano-comercial”, porém não promove “a desagregação propriamente dita do caráter duplamente articulado da economia capitalista dependente” (FERNANDES, 2005, p. 346).

O domínio burguês baseado na articulação do desenvolvimento desigual interno com a dominação imperialista externa manteve sua rota e preservou sua essência desde a Primeira República até a ditadura civil-militar inaugurada com o golpe de 1964. O despotismo burguês evidencia, na análise de Fernandes (2005, p. 352), uma clara *separação entre sociedade civil e nação*. A participação em instâncias dessa sociedade civil burguesa restringe-se apenas a uma parcela reduzida e elitizada da nação como um todo, ao mesmo tempo em que se apresenta uma

superestrutura de opressão e de bloqueio que faz da dominação burguesa a única fonte de poder político legítimo⁵⁰.

Esse poder, de acordo com o sociólogo, sufoca tanto os anseios provenientes de um reformismo burguês (como, por exemplo, demandas de reforma agrária e de expansão do mercado interno) quanto os movimentos democrático-burgueses (como a radicalização das classes médias). Nossa burguesia nativa converte-se estruturalmente numa burguesia pró-imperialista, incapaz de encampar qualquer ação anti-imperialista, seja no plano dos negócios ou no plano político (FERNANDES, 2005, p. 355).

As políticas sociais e econômicas levadas a cabo pelas classes dominantes sempre são alimentadas por ideologias e por utopias burguesas anacrônicas quando verificamos sua aplicabilidade, num movimento em que “as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são também as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes” (FERNANDES, 2005, P. 366). Se na época da emergência da ordem capitalista competitiva tínhamos um liberalismo absorvido de maneira tosca e parcial pelas elites, na época da ordem monopolista nós temos um *desenvolvimentismo* que desloca “a lealdade à nação e às polarizações ideológicas ou utópicas da revolução nacional” para “a lealdade a certas causas muito abstratas e supranacionais, como a “solidariedade hemisférica”, “a solidariedade às nações democráticas” ou

⁵⁰ Esse “capitalismo selvagem” consiste no modelo de “capitalismo possível” nos países periféricos na era “da partilha do mundo entre as nações capitalistas hegemônicas, as “empresas multinacionais” e as burguesias das “nações em desenvolvimento””, conjugando “desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de ricas e poderosas minorias burguesas e com o florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas”, e associando “luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro” (FERNANDES, 2005, p.353-354).

a “defesa da civilização cristã e ocidental”” (FERNANDES, 2005, p. 367).

É claro que tais ideologias possuem, em nossa realidade, muito menos efetividade (convertendo-se em utopias), e nos cabe buscar os nexos existentes entre as ideologias das classes dominantes dos países periféricos e dependentes e as ideologias das burguesias das nações capitalistas hegemônicas. A própria relação de dependência e associação às corporações e interesses imperiais externos, que leva à incorporação de tais ideologias, é ela mesma o entrave para que as ideologias burguesas dos países centrais sejam realizáveis em nossa realidade. Na fundamentação “teórica” que buscou justificar o golpe de 1964, nossa burguesia nativa em sua condição de lacaia principalmente dos interesses dos Estados Unidos incorporou uma *perspectiva “modernizadora”*⁵¹ advinda diretamente da sociologia burguesa decadente daquele país.

De lá veio, pronta e acabada, uma teoria de desenvolvimento com segurança que punha ênfase no caráter “revolucionário” da modernização, dirigida e graduada a partir de fora. Os cientistas políticos norte-americanos trabalharam extensamente a noção de que os países pobres e atrasados abrem suas vias históricas por meio de “oligarquias modernizadoras”, que usam a repressão e a opressão para desencadear “mudanças profundas” em seus países. A “teoria” silenciava a respeito de vários pontos essenciais. O mais importante é que

⁵¹ Mézáros (2003, p. 23) ironiza a projeção de Rostow e de todo “o exército da economia burguesa” que previam confiantemente “que não somente os “bolsões de desemprego” das democracias ocidentais se transformariam rápida e permanentemente em oásis de “riqueza” e prosperidade, mas que graças às suas receitas e truques de mestres da “modernização” o Terceiro Mundo “chegaria ao mesmo nível de “desenvolvimento” e da feliz realização das “nossas democracias ocidentais””. Tais ideólogos acreditavam “que era parte da natureza predeterminada do universal atemporal que o “subdesenvolvimento” seria seguido pela “decolagem” capitalista”, trazendo inexoravelmente “consigo um “impulso para a maturidade”” (MÉSZÁROS, 2003, p. 23).

tais oligarquias são *modernizadoras* para si próprias e para os centros imperiais. Elas não operam no sentido de provocar o aprofundamento de descolonização, da revolução nacional e da revolução democrática; mas, em direção inversa, de estabelecer as bases econômicas e políticas da “revolução modernizadora”, promovendo a criação dos elos necessários a formas crescentemente mais complexas e difíceis de incorporação da periferia ao núcleo das economias, do sistema de poder e da organização ideológica das nações imperialistas. Portanto, elas se convertem em elementos perigosos para os seus próprios países, nos quais introduzem medidas repressivas intrinsecamente imperialistas, anti-sociais e anti-nacionais (FERNANDES, 1986, p. 14).

A incorporação do Brasil ao núcleo das econômicas centrais, mediante processo de aprofundamento da dependência, de modo algum é um entrave para o desenvolvimento e para a *modernização conservadora*. Pelo contrário, *é mediante essa relação que se consolida e matura-se estruturalmente a revolução burguesa e o desenvolvimento capitalista em nosso País.*

Os propósitos “modernizadores” se concentram e se intensificam na esfera da produção, dos níveis do consumo e dos padrões de vida. “Modernizar” não quer dizer realizar as reformas e as revoluções capitalistas que tornam o desenvolvimento capitalista, nos seus limites históricos, um fator de transformação da sociedade civil, da cultura e do Estado. “Modernizar” significa reajustar as economias periféricas às estruturas e aos dinamismos das economias centrais, para que o fluxo da expropriação dual do excedente econômico alimente as taxas de crescimento da acumulação capitalista nos ritmos necessários ao “bom andamento dos negócios”, ao assalto pirata do *botim nacional* (FERNANDES, 1986, p. 60).

A apropriação dual do excedente consiste no processo em que a burguesia nativa se apropria de parte do excedente da produção interna e outra parte é transferida para a burguesia dos países centrais, conformando a base de sua condição de *sócia-menor* do imperialismo estrangeiro. Esse tipo de modernização, pelo seu caráter particularista e por sua indução *de fora pra dentro*, exclui amplas massas do povo das garantias sociais e civilizacionais que poderiam decorrer desse desenvolvimento, além de aprofundar e consolidar a plena associação da grande burguesia nativa com o capital financeiro e os interesses monopolistas externos. Essa situação não torna o Brasil menos capitalista, pelo contrário, *revela a qualidade do seu capitalismo*, que passou pelo colonialismo direto, pelo modo de produção escravista, até a exclusão marginalizadora do homem pobre livre, e continua a passar pela “superexploração da massa dos despossuídos, a opressão despótica e autocrática dissimulada sob o paternalismo e o patrimonialismo, a extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder” (FERNANDES, 1986, p. 61).

Na visão do sociólogo, o contexto que fez eclodir o golpe de 1964 não representava de fato uma situação revolucionária que pudesse ameaçar o domínio burguês através de uma rebelião das classes trabalhadoras e destituídas. Mas a situação poderia ser *potencialmente pré-revolucionária* em decorrência da desagregação, desarticulação e desorientação da dominação burguesa. O movimento de massas que teve como uma de suas expressões a luta pelas reformas de base não representava perigo imediato, porém,

[...] eles encontravam uma ressonância intimidadora e continham uma força de irradiação inesperada. Por

isso, acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: “contaminaram” estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc. Além disso, infiltraram influências especificamente antiburguesas e revolucionárias nas massas populares, despertadas mas refreadas pela “demagogia populista”, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, “pressão dentro da ordem” e convulsão social. (FERNANDES, 2005, p. 377).

O golpe civil-militar evidenciou a necessidade das classes dominantes de “despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa” para assim neutralizar “as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e reprimir “as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”. Completando o ciclo da Revolução Burguesa “sob e dentro do capitalismo dependente”, agravando “o desenvolvimento desigual interno” e intensificando “a dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 371).

O *modus operandi* do *capitalismo difícil* da periferia, segundo Fernandes (1986), age como um alçapão. Qualquer ousadia advinda das demais classes significa uma ameaça ao movimento burguês, que se fecha em si mesmo e encurta seu espaço histórico, evidenciando que a transformação da sociedade de classes é incompatível com a acumulação em espiral de privilégios. Tornou-se imperante para o *domínio oligárquico* de nossa *burguesia nativa pró-imperialista* impedir que as aspirações nacionais e democráticas dos setores populares (proletários, camponeses, comerciantes, autônomos, além da pequena e média

burguesia) interferissem negativamente na eclosão do capitalismo monopolista. Mantendo o máximo de ditadura possível para segurar a revolução nacional e democrática, garantindo ritmos lentos, graduais e seguros de transição política⁵².

Torna-se, desse modo, imperante sufocar os dinamismos espontâneos (por vezes mais ou menos organizados, institucionalmente) de mudança social revolucionária, garantindo uma modernização comandada por elites aliadas ao imperialismo, dissociando a mudança social da revolução. A principal preocupação dos setores dominantes consiste, de acordo com Fernandes (1986, p. 14-15), em “esterilizar o caráter antielitista, anti-imperialista e anticapitalista das tendências políticas revolucionárias da mudança social”, buscando canalizá-las para o leito dos interesses das classes privilegiadas e seus aliados. Em seu discurso ludibriante as forças da contrarrevolução “tomam as aparências, o vocabulário e as posturas das forças da revolução, na ânsia de deslocá-las do endosso popular”, enquanto efetivamente, através do Estado e das instituições-chaves da Nação, realizam uma política de aceleração da acumulação capitalista, aprofundando a fusão econômica aos sistemas de poder e às organizações ideológicas dos países centrais.

José Paulo Netto (2014, p.74) considera que o imperialismo (principalmente estadunidense) foi um grande apoiador do golpe de 1964, pois os EUA “estavam fomentando movimentos como o que levou ao 1º de abril em todas as latitudes, no processo da *contrarrevolução preventiva*

⁵² Revela-se, assim, uma incapacidade crônica que não é intrínseca a qualquer burguesia, “[...] mas que nasce *das relações da burguesia com a forma dependente do desenvolvimento capitalista*, com a prepotência e a insensibilidade do imperialismo diante dos sócios menores da periferia e com as forças sociais secretadas pelo modo de produção capitalista e pela organização social, cultural e política correspondente, *quaisquer que sejam as circunstâncias históricas envolvidas*” (FERNANDES, 1986, p. 10, grifos meus).

em escala mundial”. Porém, é importante ressaltar que o golpe não partiu somente de Washington, ele foi gestado a partir da dinâmica interna da luta de classes no Brasil e teve como responsáveis diretos as camadas burguesas vinculadas “ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos [...] da pequena burguesia urbana para o seu campo”. Apesar de a tutela militar ser um traço peculiar do regime, é um equívoco caracterizá-lo somente como um regime militar, pois é indiscutível que “a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital”. Por isso este regime “deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como a *ditadura do grande capital* (conforme a análise de Octávio Ianni)”.

O golpe de 1º de abril também precisa ser sempre localizado no contexto da ascensão do imperialismo global hegemônico e na conjuntura política da *guerra fria*, quando o “império estadunidense” - numa conjuntura de mudanças profundas na divisão internacional do trabalho e nas relações econômicas entre os *centros* capitalistas e suas *periferias* – patrocinou a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*. Essa cruzada contrarrevolucionária tinha, para Paulo Netto (2014, p. 75), três objetivos interligados:

- 1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital ;
- 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas;
- 3)

enfim combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas.

Na concepção de Fernandes (2005) o regime ditatorial instituído a partir de 1964 consistiu em uma *contrarrevolução preventiva e prolongada* que instaurou uma *ditadura aberta de classe*. Segundo Paulo Netto (2014) os anseios de superação da dependência e ampliação da democracia exacerbados no governo Jango não significaram que o país vivia propriamente um período revolucionário. A ordem capitalista não estava *imediatamente* ameaçada, mas o modelo autocrático dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro de alguma maneira começava a ser colocado em xeque. Tal ameaça foi percebida pelas classes dominantes que vinham consolidando seu caráter pró-imperialista e estavam em sintonia com a contrarrevolução preventiva em escala mundial. Portanto, o golpe significou principalmente *a liquidação de qualquer possibilidade de reverter a dependência*, significou *a plena vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e o coroamento da impossibilidade de democratizar substantivamente a sociedade brasileira*.

Em síntese, Fernandes (2005) demonstra que o Brasil transita em sua revolução burguesa da condição de dependência do colonialismo para a dependência em relação ao imperialismo total. Essa condição impede a conformação de uma superestrutura “liberal-democrática” de tipo clássico, realidade que se explicita se levamos em conta a sucessão de golpes de Estado e restrições democráticas que configuram a história política brasileira. O caráter tardio de nosso desenvolvimento capitalista também faz com que a burguesia emergente prefira se aliar às antigas classes dominantes e excluir qualquer possibilidade de um compromisso

permanente com os “de baixo”. Isso ocorre porque nossa burguesia se incorpora ao sistema de poder imperialista mundial num período em que já se dá uma batalha de vida ou morte entre capitalismo e socialismo, radicalizando o caráter reacionário das burguesias imperialistas e das burguesias dependentes. A classe dominante brasileira enfrenta essa realidade através da *contrarrevolução prolongada* que combina formas mais ou menos explícitas de poder autocrático.

5. A ATUALIDADE DE FLORESTAN FERNANDES

Partindo da compreensão até aqui exposta sobre a revolução burguesa e a consolidação de um padrão dependente de capitalismo no Brasil, bem como de suas determinações superestruturais que conformam um modelo de Estado autocrático burguês, nos propomos neste capítulo a problematizar a atualidade desta interpretação florestaniana. Para isso, iniciaremos debatendo o distensionamento da contrarrevolução e o processo de abertura que conformou o atual regime político vigente no Brasil. Depois, trataremos da atualidade da dependência em termos socioeconômicos. Num terceiro momento, problematizaremos a questão das expressões ideológicas contemporâneas do capitalismo monopolista e do imperialismo. E, por fim, abordaremos a construção do socialismo como alternativa societária ao capitalismo dependente, horizonte defendido por Florestan Fernandes em termos bastante realistas, não somente como *possibilidade*, mas como *necessidade* histórica.

5.1 Distensionamento da contrarrevolução e democracia de cooptação

Na parte final do ensaio *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes indica as possibilidades que poderiam decorrer de um *distensionamento da contrarrevolução preventiva* (o que depois consistiu na “transição lenta, gradual e segura” que pôs fim a ditadura civil-militar). O autor afirma que a autocracia burguesa poderia levar à uma democracia restrita típica, que também pode ser designada como *democracia de cooptação*. (FERNANDES, 2005, p. 416). O processo de cooptação busca estender as fronteiras da consciência burguesa dentro das

classes trabalhadoras e dos setores marginalizados da população. Mas as convulsões próprias da sociedade de classes geram necessariamente miséria, desorganização social, desenraizamento cultural, ocasionando lutas e protestos que se chocam com a ordem. Decorrem, então, tanto movimentos de protesto dentro da ordem corrompidos pelo sistema, quanto protestos contra a ordem de caráter revolucionário (FERNANDES, 2005, p. 422-423).

As classes dominantes brasileiras, mesmo que possam impulsionar um distensionamento do regime ditatorial, não podem abrir mão,

[...] das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente “abrissem” a ordem econômica, social e política, perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia. (FERNANDES, 2005, p. 422).

Decorre então, de acordo com Fernandes (2005, p. 424), que a democracia de cooptação *possui pouca eficácia e pouca flexibilidade* em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa para as classes dominantes “um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades” (FERNANDES, 2005, p. 424). A cooptação acaba concorrendo para “exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático”,

e o mesmo é compelido “a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada” (FERNANDES, 2005, p. 424). Essas tendências apontadas já nos trazem um eixo para analisar o que foi a transição que colocou fim à ditadura aberta de classe, enquanto um processo de distensionamento que mesclou uma “reciclagem” da autocracia com a *democracia de cooptação*⁵³.

O autor expõe alguns elementos que antecipam o que futuramente ocorreu na transição pós-ditadura, no sentido de que já haviam alguns tímidos esforços de uma distensão política que traria um avanço democrático que “apenas repõe o problema político da hegemonia burguesa” no sentido de “criar os vínculos orgânicos que deverão *entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático*” (FERNANDES, 2005, p. 421, grifos nossos). A abertura em curso, deste modo, não leva à uma democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa. Ela amplia e consolida a democracia de cooptação, abrindo-a para baixo e para a dissidência esterilizada e esterilizável. Isso faz com que o Estado autocrático defina constitucional e legalmente o alcance de seu poder legítimo excedente. (FERNANDES, 2005, p. 421).

Não apenas no Brasil, mas em toda América Latina, segundo Fernandes (1986), a *crise das ditaduras* é reveladora por demonstrar que no continente não apenas as revoluções (ou possíveis revoluções) são interrompidas, mas também as contrarrevoluções⁵⁴. As classes

⁵³ Embora afirme que a democracia de cooptação possui *pouca flexibilidade* para uma classe dominante com muito pouco a ceder, em nenhum momento Florestan Fernandes a descarta como possibilidade.

⁵⁴ Esse fardo histórico demonstra que há “um enlace dialético entre passado, presente e futuro; o futuro está embutido em nosso presente tanto como contrarrevolução quanto como revolução” (FERNANDES, 1986, p. 32).

dominantes não são capazes de efetivar as revoluções que seriam inerentes à *transformação capitalista*, ameaçadas (ou supondo-se ameaçadas), elas recorrem ao seu braço armado, implantam uma ditadura civil-militar e fazem a vitória pender para a contrarrevolução. Em seguida:

[...] descobrem que os mesmos problemas e dilemas sociais que criavam desassossego e inquietação social, colocando as “revoluções burguesas” na ordem do dia, são arraigados e fortes demais para serem resolvidos *dentro da ordem*, sem aquelas revoluções; temerosas das consequências e do agravamento das tensões, que as dividem entre si e jogam as facções e estratos das classes possuidoras em campos opostos (pelo menos politicamente), elas dão marcha à ré, recolhem os militares ao quartel e *interrompem a contra-revolução*. É claro que as pressões das massas e das classes trabalhadoras estão na base do malogro e do recuo. Mas é essencial que se note o que ocorre na autofragmentação das “forças da ordem”. Impotentes para realizar suas tarefas maiores, de interesse geral e nacional, elas também são impotentes para impor a Nação, contra a vontade e sob a resistência crescentemente organizada da maioria, seus particularismos de classe e seus interesses egoísticos. (FERNANDES, 1986, p. 9).

Fica evidente, portanto, que a burguesia monopolista *lida com as possibilidades oferecidas pelo golpismo ou pela democracia de cooptação de acordo com as necessidades de cada conjuntura*. Seu próprio caráter dependente faz a corrupção e a cooptação material de camadas médias e baixas da população algo bastante restrito e pouco flexível, que pode inclusive se restringir ainda mais nos momentos de crise. Torna-se também necessário, portanto, a *cooptação ideológica*, a introjeção da consciência burguesa nas classes trabalhadoras,

apresentando os interesses particulares da classe dominante como se fossem interesses universais de toda sociedade. Essa constatação da cooptação e da extensão da consciência das classes dominantes para os setores populares, como bem ressalta Coutinho (2011), vai no sentido do que Antônio Gramsci categorizou como *transformismo*.

A respeito dos elementos de continuidade da autocracia no período de transição da ditadura civil-militar para a “democracia” vigente, Fernandes (1986) fala da existência no Brasil de uma fascistização localizada de certas áreas do aparelho do Estado, o que repeliria qualquer “transição democrática”, mantendo viva a contrarrevolução por todo e qualquer meio possível, de maneira que “Esse fascismo oculto e mascarado (...) é capaz de passar do Estado de exceção para a “normalidade constitucional” sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução”. Da mesma maneira que nossa Independência não resultou de uma ruptura política e de uma guerra de libertação, o distensionamento da ditadura civil-militar também se deu da forma “menos perigosa possível” para as classes dominantes e seus representantes políticos. A anistia “ampla, geral e irrestrita” não desmantelou o aparelho militar do regime arbitrário, que segue vigente ameaçando qualquer aprofundamento de uma democracia para as massas. Podemos afirmar que, se “não tivemos a ditadura mais sangrenta e aguerrida, coube-nos a que ficou mais enquistada nos organismos do Estado e no aparelho do governo” (FERNANDES, 1986, p. 22).

O afastamento dos militares do governo e a instituição de um presidente civil sem dúvida significou uma derrota para a ditadura, mas tratou-se de uma derrota que se caracterizou pela sua autopreservação.

Com o movimento das *Diretas* as forças conservadoras descobriram “que a inquietação social campeava mais solta e mais forte que em 1964” e avançaram “no sentido de uma composição pelo alto, respeitando o seu braço armado” (FERNANDES, 1986, p. 22). É esse movimento que demonstra que tanto a instauração de um golpe contrarrevolucionário quanto o seu futuro distensionamento gradual são respostas que as classes dominantes dão diante do “perigo” das movimentações populares: “Tanto os políticos profissionais quanto os interesses do grande capital nacional e estrangeiro temem mudanças rápidas, que, pelo seu próprio dinamismo, podem escapar ao seu controle direto”. As massas populares, apesar de lograrem algumas vitórias, acabam sendo levadas a reboque por essas forças da ordem, pois “[...] apesar da miséria, da inquietação social e do desemprego”, elas “ainda não encontraram os meios de luta política organizada mais eficientes para os seus propósitos”, e acabam ficando “à mercê de envolvimento que fortalecem os seus adversários e mantém o *status quo ante* com pequenas modificações” (FERNANDES, 1986, p. 23).

No entanto, Fernandes (1994, p. 121, grifos nossos) não despreza a importância que a luta dos setores populares teve na derrota da ditadura, para ele a “desagregação do sistema ditatorial não se deu *de cima para baixo*, ela se deu *de baixo para cima* através das lutas de classes dos trabalhadores e também de várias camadas da população, principalmente dos setores mais pobres e mais oprimidos”. Dessa maneira as “fendas da ditadura vieram de baixo e muitas das contradições que a burguesia enfrenta hoje resultam da insatisfação acumulada ao longo de vinte e um anos de desmandos, desbaratamento dos recursos públicos e de incompetência” (FERNANDES, 1994, p. 121).

A “transição lenta, gradual e segura” expressa a maneira como o bloco dominante busca reciclar seu domínio político e precisa ampliar seu empenho na utilização dos mecanismos da *democracia de cooptação* para acalmar os ânimos das massas insatisfeitas.

O governo que sucede à ditadura nasce marcado por sua ineficiência e impotência. Ele procura avançar na direção do “mudancismo”, mas as mudanças que ele apregoa envelheceram e se esvaziaram depois de mais de 20 anos de calamidade ditatorial. Ele busca aliançar “populistas”, mas é manietado por seu conteúdo ambíguo e por suas impulsões conservadoras. Ele quer mobilizar o apoio popular, mas o faz desmobilizando a prática democrática dos vários movimentos populares (dos proletários, dos estudantes, das mulheres, dos professores, dos favelados, dos índios, dos negros, etc.). Portanto, confunde cooptação com democracia. Ele quer agradar o grande capital, mas não pode fazê-lo sem destroçar as empresas estatais e semi-estatais, transferi-las para o controle privado (nacional ou estrangeiro) e *escolher o seu caminho*: qual é o seu Deus Mamon? Submete-se pela metade ou por inteiro à batuta do FMI e dos banqueiros internacionais? Enfrenta as decisões, as amarguras e a voracidade dos grandes capitalistas brasileiros ou baila com eles? A realidade caótica atingiu o clímax e já não pode ser exorcizada pelas palavras fortes e por seu eco. A teórica se converteu em um alçapão do pacto conservador e a ressonância do conceito de nova república se extingue no mesmo ato da difusão propagandística. Ela não é política, ela não é séria, ela é o oco de uma ideologia importada e inflada como o sapo da lenda, a pique de estourar (FERNANDES, 1986, p. 20-21).

O que está em jogo aí é a capacidade das classes possuidoras, sob a forma dependente do capitalismo monopolista, de manter, reproduzir e ampliar sua hegemonia ideológica e política sobre as classes subalternas,

em geral, e as classes trabalhadoras, em particular, através de uma *conciliação conservadora* que precisa banir a reforma da esfera das realizações concretas da burguesia. Poder-se-ia perguntar: Porque as classes burguesas brasileiras excluem de sua *órbita de atividade histórica* a reforma agrária, se ela é uma premissa histórica do desenvolvimento capitalista? Fernandes (1986, p. 66-67) responde afirmando que não existe nenhum setor da burguesia forte o suficiente para comandar os demais e se tornar um árbitro da situação, essa impotência das partes engendra uma impotência coletiva. De fato, existe uma burguesia industrial e financeira bastante forte, mas trata-se de uma burguesia comercial e financeira *compósita*, com *uma costela nacional e outra internacional*: “Não existe unidade na cabeça da burguesia industrial e financeira porque não existe unidade em seu corpo e em seus processos vitais”. O estrato da classe dominante que *simula a hegemonia* luta pelo controle da mudança, e em termos econômicos quer a mudança sob controle, modernização gerenciada e comercializada a partir de cima, e acaba “se submetendo à modernização calibrada e dirigida a partir de fora”.

Os diferentes setores desta burguesia *compósita* apenas se unificam quando entra em jogo *a intocabilidade da propriedade privada* ou o caráter *sacrossanto da livre iniciativa*, num sentido mais concreto, aquilo que de fato ameaça a estabilidade do seu poder. É por isso que:

Os estratos dominantes e as elites das classes burguesas não tem como tornar operacional a reforma radical e revolucionária que, em outras condições históricas, o desenvolvimento capitalista sustentado e avançado exigiu e levou para frente. [...] a reforma radical e revolucionária surge como “disfuncional” para a forma de desenvolvimento de

um país associado e periférico, qualquer que seja seu modelo (capitalismo competitivo ou capitalismo monopolista, pois em ambos a dependência se reproduz e, com ela, os “constrangimentos” do segmento internacional e imperialista do bloco histórico hegemônico). (FERNANDES, 1986, p. 67-68).

Nesse contexto *a conciliação bane a reforma* e no seu lugar ocorre uma modernização controlada a partir de fora e a partir de cima. A grande burguesia nativa opera como correia de transmissão do “desenvolvimento” (técnico, científico, político, etc.) dirigido *a partir de fora*. Somente é instrumental para tais mudanças *aquilo que não perturba a ordem*, que extrai do desenvolvimento capitalista *o máximo de vantagens para o capital privado nacional e estrangeiro*. É assim que a conciliação se correlaciona com o desenvolvimento capitalista de tal modo que “incentiva as classes dirigentes a bloquear as reformas e as revoluções típicas do capitalismo para assegurar ao desenvolvimento capitalista e à acumulação capitalista o máximo possível de aceleração crescente” (FERNANDES, 1986, p. 68). A transição pós-ditadura demonstrou “o avanço do movimento burguês na direção de uma autopreservação”, que foi possível “por causa da convergência dos vários grupos (o sistema militar com sua vanguarda político-militar, os setores conservadores do PMDB, o PDS, os chamados liberais que romperam com o PDS)”, e estes conformaram a “base política para uma transição conservadora” (FERNANDES, 1994, p. 121). No entanto, “esta base não encontrou o equacionamento político das soluções que a Nação estava exigindo”, demonstrando dificuldades que inquietaram a burguesia: “Ela, perdendo o regime ditatorial, perdeu a capacidade de dispor do arbítrio” e se viu “obrigada a absorver os golpes que vinham de várias direções,

inclusive de setores de classe média e da pequena burguesia que foram duramente castigados pela política econômica, desemprego, etc.” (FERNANDES, 1994, p. 121-122).

Tratando do processo constituinte, Luiz Carlos Prestes (1987 apud PRESTES, 2018, p. 8-9) questionava o teor democrático de uma transição que conciliava com o passado sem uma ruptura com o poder autocrático:

O Brasil está, depois de 21 anos de uma ditadura militar, com um governo civil. Chamam a isso Nova República. Mas [...] nenhum general fascista foi afastado, os assassinos que torturavam, matavam presos políticos não foram punidos. Nenhum deles. [...] A legislação fascista continua toda de pé. Lei de Segurança Nacional, lei contra as greves, lei contra os estrangeiros, tudo isso continua da mesma forma, não houve modificação. [...] A tal República Nova já nasceu velha. Porque, em vez de uma solução radical, que o povo desejava, o que tivemos foi uma conciliação geral.

A eleição da Constituinte se deu, para Prestes (1987 apud PRESTES, 2018), sem que nenhuma lei dos generais fosse revogada. Nessas condições, ela não teria como ser soberana e livre. A interferência do poder econômico foi determinante na eleição dos Deputados, tratando-se de “uma Constituinte dos grandes empresários, que haviam financiado a eleição”. Apesar de que “A minoria, mais radical, tem homens honestos, homens sérios, [...] como Florestan Fernandes, por exemplo [...]. Mas não passam de quarenta, em uma Constituinte de 550. Então, o que eles podem fazer?” (PRESTES, 1987 apud PRESTES, 2018, p. 9).

Após o afastamento dos militares do governo (mas não do poder do Estado) foi possível observar a impotência⁵⁵ da burguesia brasileira em lidar por si mesma com os problemas do País. Essa burguesia “se alia ao grande capital estrangeiro e fica sem meios materiais para resolver as grandes questões nacionais”, todo o “excedente econômico é drenado para o exterior, não só na forma de juros da dívida, mas também através de outros mecanismos” (FERNANDES, 1994, p. 127). Esse modelo de transição que foi construído sob o regime de Geisel e Figueiredo, consiste na transição lenta, gradual e segura para o grande capital, para os interesses conservadores, para a intransigente defesa da ordem estabelecida. O centro do poder está no que Fernandes (1994) chama de “dispositivo militar”, e o presidente Sarney cumpriu o papel de servir de fachada para o regime.

O dispositivo ou “tutela militar” segue perdurando como obscuro poder colocado acima das possibilidades de incisão democrática no Estado⁵⁶. No período da promulgação da Constituição de 1988, Luiz Carlos Prestes (1988 apud PRESTES, 2018, p. 9) retomaria a abordagem de sua tese sobre o *poder militar*, constatando que “todos os que se têm manifestado para exaltar o trabalho realizado pelos senhores constituintes e, muito particularmente, eles próprios, muito significativamente silenciam a respeito do artigo 142, que se refere às Forças Armadas”. Prestes ressalta que nesse artigo são atribuídas aos militares “funções evidentemente incompatíveis com um regime efetivamente democrático”. O artigo concede às Forças Armadas a atribuição de “garantirem a lei e a ordem”, atribuição que, segundo Prestes, “nem ao presidente da

⁵⁵ O que não significa aqui debilidade no sentido da defesa e manutenção do seu poder.

⁵⁶ Perceba-se que não estamos afirmando que tais incisões democráticas não sejam possíveis ou viáveis, mas sim que a tutela militar segue pairando obscuramente sobre elas.

República ou aos outros dois poderes do Estado é tão expressamente concedida”. Para o comunista brasileiro, o artigo 142 contraria “conhecido preceito da tradição constitucional de nosso país, que sempre afirmou serem os três poderes do Estado autônomos, mas harmônicos entre si, não podendo, portanto, nenhum deles tomar qualquer iniciativa isoladamente” (PRESTES, 1988 apud PRESTES, 2018, p. 9-10).

Abordando a essência do artigo 142, Prestes (1988 apud PRESTES, 2018, p. 10) ainda afirmaria:

Em nome da salvaguarda da lei e da ordem pública, ou de sua “garantia”, estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três poderes do Estado. *Com a nova Constituição, prosseguirá, assim, o predomínio das Forças Armadas na direção política da Nação*, podendo, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República quanto os três poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista, como vem se fazendo desde os decretos de Getúlio Vargas de 1931, ou mesmo, voltando aos tempos anteriores, em que a questão social era considerada uma questão de polícia, segundo o senhor Washington Luís.

A respeito da formação da Assembleia Nacional Constituinte que resultou na aprovação da atual *Constituição Cidadã de 1988*, Fernandes (1994, p 127-128) ressalta que a “pressão popular do movimento das diretas-já e das greves operárias alterou a qualidade do processo político brasileiro, mostrando que a oposição é forte e poderia chegar à insurreição”, o que foi percebido pelos conservadores que buscaram uma maneira de manipular e conduzir o movimento popular para reestabelecer o equilíbrio. Verificou-se a continuidade de uma tradição brasileira de

manipulação “que, nesses momentos, sempre conjuga conciliação e reforma”, mas a reforma nunca é adotada, “é sempre conciliação conservadora”. Os donos do poder fazem algumas concessões “e, assim, respiram e seguram as rédeas do poder” (FERNANDES, 1994, p. 128).

Expondo conclusões extraídas da sua própria experiência como Deputado Constituinte, Fernandes (1994, p. 157) explica que mesmo que “a esquerda esteja presente e obtenha algumas conquistas visíveis na Constituição, estas conquistas perdem o caráter proletário-socialista”, e nem sequer “ganham o sentido de reformas estruturais burguesas, propriamente ditas, pois resultam sempre de acordo, da conciliação”. A Constituição de 1988:

É nitidamente uma Constituição melhor, com uma ampliação da temática, com uma redefinição das liberdades fundamentais, dos direitos sociais, mas tudo isso são conquistas no terreno abstrato. Veja que os trabalhadores, os aposentados, precisam recorrer à Justiça para descobrir se certas disposições constitucionais são aplicáveis ou não e para conseguir impô-las, nem sempre com êxito! (FERNANDES, 1994, p. 158).

Carlos Nelson Coutinho (2011) defende que esta compreensão de que a burguesia brasileira não seria capaz de renunciar a estruturas autocráticas de dominação estaria na raiz dos erros do “último Florestan”. Coutinho (2011, p. 238) admite que “Florestan desmistificou muitas das ilusões que dominavam setores importantes da esquerda em sua avaliação da situação aberta com a chamada “Nova República” e “[...] muito daquilo que a alguns de nós parecia na época manifestação do “sectarismo” do velho Florestan era, ao contrário, a confirmação da sua lucidez analítica e da sua capacidade de previsão”. Porém, o filósofo

considera que Florestan não soube captar o conjunto do processo de abertura e não deu devida importância às pressões e conquistas das classes subalternas, pois, mesmo que a transição “em seu momento resolutivo, tenha reproduzido a velha tradição brasileira dos "arranjos" pelo alto - foi também determinada, pelo menos em parte, pelas pressões que provinham "de baixo"” (COUTINHO, 2011, p. 234).

Em nome da dicotomia entre a proposta de revolução “processual” de um lado, e a proposta de revolução “explosiva” de outro⁵⁷, Coutinho (2011, p. 236) considera que os termos trabalhados por Florestan Fernandes para designar o distensionamento da ditadura civil-militar (tais como transação conservadora, transição pelo alto, democracia de cooptação) não dariam a devida importância às possibilidades democráticas vislumbradas pelo filósofo a partir da “Nova República” e da Constituição de 1988.

Ora, como já demonstramos aqui, Fernandes (1986; 1994) não nega a força que o movimento popular teve na luta pelas *Diretas Já* e nem as conquistas formais no sentido dos direitos sociais e das liberdades fundamentais com a nova Constituição. O que o sociólogo de fato não faz é nutrir grandes expectativas de que *somente pela via institucional* estariam assegurados os direitos sociais e a possibilidade de se avançar na superação da dependência e na construção de um projeto soberano de nação com uma democracia popular. Cabe então a pergunta: a análise de Fernandes sobre a abertura consistiria em um fatalismo quanto às possibilidades de conquista democrática institucional ou em um realismo marxista impenitente?

⁵⁷ Retomaremos essa questão no item 5.4.

Carlos Nelson Coutinho, que trouxe valiosa contribuição ao marxismo brasileiro, não presenciou em vida, como sabemos, o golpe de Estado de 2016. O processo arbitrário que destituiu a presidente eleita Dilma Rousseff foi notoriamente uma surpresa para toda uma geração que se formou acreditando que os preceitos democráticos de nossa última Constituição perdurariam plenamente como conquista irreversível. Na opinião de Luis Felipe Miguel:

Essa é a armadilha da democracia limitada que temos: incentiva que a luta política seja sempre canalizada para as eleições. Mas se há algo que os últimos acontecimentos deixam claro é que não há transformação possível sem investimento na luta extrainstitucional. O Estado capitalista não é neutro, nem sua lei, nem seus aparelhos. A pressão pela mudança pode até ingressar nele, introduzindo contradições, mas só tem condições de triunfar se estiver fortemente ancorada do lado de fora (MIGUEL; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p. 32).

Estamos diante de mais uma comprovação histórica de que o poder extrainstitucional das classes dominantes brasileiras age arbitrariamente quando considera imprescindível tal operação. O caráter *preventivo* desses golpes demonstra que mesmo um governo bastante moderado que traga tímidos avanços sociais pode ser derrocado. Numa conjuntura de crise, a burguesia pró-imperialista passa a não tolerar inclusive governos “conciliadores” que não implementem medidas antinacionais e antipopulares na forma e no ritmo necessários.

O golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985. Ainda que com limitações e

contradições, a ordem balizada pela Constituição de 1988 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: o voto popular como meio necessário para a obtenção do poder político e o império da lei. A derrubada da presidente Dilma, mediante um processo ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de operar e, por consequência, o sistema político em vigor no país não pode mais receber o título de “democracia” – mesmo na compreensão menos exigente da palavra. (MIGUEL; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p. 29).

A realidade não estaria comprovando justamente a posição de Fernandes (2005) quando fala da *pouca flexibilidade* da democracia de cooptação numa realidade em que a burguesia tem muito pouco a ceder? Nas palavras de Miguel (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p. 30) a tolerância das classes dominantes brasileiras em relação à democracia formal “parece ir muito pouco além da concessão do sufrágio universal. O povo até pode votar, mas que os tomadores de decisão levem em conta minimamente os interesses das classes populares já é motivo para escândalo”. O aparelho do Estado é programado, deste modo, para resistir a mudanças conjunturais “deslocando o poder de veto de um de seus componentes para outro – por exemplo, do Executivo para o Legislativo, de uma casa do Congresso para outra, depois para o Judiciário, enfim para as Forças Armadas –, conforme necessário” (MIGUEL; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016 p. 31). O próprio poder judiciário atua “na solução de uma contradição *aparentemente* insuperável entre o modelo do Estado Democrático de Direito erigido em 1988 e uma tradição autoritária que se soma a uma legislação liberal-conservadora que se seguiu à Carta” (SEMER; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p. 92, grifo nosso). Os ritos democráticos, por isso, “só vigoram dentro de

limites estreitos, vinculados à permanência de uma sociedade altamente hierarquizada e desigual e de nossa posição periférica na divisão mundial do trabalho” (MIGUEL; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016 p. 32-33).

Abordando a história mundial nos últimos dois séculos, Michael Lowy (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p. 55) considera que:

[...] o que predomina é o Estado de exceção. A democracia é que foi excepcional. De uma forma ou de outra, fica claro que ela é um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista. Daí a tendência a reduzir o espaço democrático, tomar medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe, como estamos vendo na América Latina. O golpe de 2016 no Brasil não é o primeiro. Já tivemos golpes em Honduras e no Paraguai.

Na América Latina são diversos os exemplos de tentativas da burguesia oligárquica de restabelecer seu poder tradicional, com distintos tipos de golpes apoiados pelo imperialismo estadunidense. Em casos como na Venezuela, Bolívia e Equador “essas tentativas fracassaram, graças a uma ampla mobilização popular antigolpista”, no entanto, em 2009 o presidente democraticamente eleito de Honduras, Manuel Zelaya “que tentou realizar algumas modestas reformas, foi derrubado com uma intervenção pseudolegal da Corte Suprema, com o apoio do Exército”. No Paraguai em 2012 o presidente Lugo é deposto pelo Senado, acusado em 2012 de apoiar movimentos camponeses: “Governos direitistas e autoritários substituíram os dirigentes progressistas em ambos os países, com o apoio do imperialismo americano” (LOWY; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p. 56).

No Brasil, na análise de Anita Leocádia Prestes (2018, p. 11), permanece a tutela militar sobre o Estado:

Hoje, o artigo 142 da Constituição de 1988 continua vigente, o que reforça a tese defendida por Prestes do *poder militar e de sua tutela sobre a nação*. Recentemente, em 24/5/2017, o presidente Michel Temer recorreu a esse artigo da Constituição (regulamentado pela lei complementar nº 97 de 1999 e pelo decreto presidencial 3.897 de 2001) “para garantir a segurança no Distrito Federal”, com o objetivo de enfrentar as manifestações populares que estavam em curso na capital da República.

Anita Prestes conclui reafirmando que trinta anos após a promulgação da Constituição de 1988 “permanecemos reféns da tutela militar, com o artigo 142 da Constituição em plena vigência, voltando inclusive a ser utilizado contra a manifestação popular, e a Lei de Segurança Nacional sendo mantida como uma espada de Dâmocles sobre a cabeça de todos os brasileiros”. Vivemos em uma democracia que se aproxima de um regime de exceção: “tutela militar sobre os poderes da República, permanência da Lei de Segurança Nacional, Lei da Anistia garantidora da impunidade dos torturadores – de uma maneira geral, manutenção do arcabouço jurídico da Doutrina de Segurança Nacional” (PRESTES, 2018, p. 14).

Assim sendo, acreditamos que o eixo de análise legado por Florestan Fernandes se confirma com os acontecimentos que se seguiram após a abertura e o distensionamento da ditadura civil-militar. A pressão popular pode impor e arrancar mudanças que atenuam o nível de hostilidade da autocracia burguesa, mas a autocracia se recompõe cedendo apenas em questões que não ameaçam a continuidade da

reprodução do seu poder. Considerar este fato não significa descartar a importância das conquistas logradas pelo movimento popular, mas encarar com realismo os limites de tais conquistas no âmbito de um contexto em que a manutenção da ordem capitalista dependente busca mecanismos de reciclagem do poder autocrático.

5.2 Aprofundamento da dependência estrutural no Brasil contemporâneo

Em termos socioeconômicos, cabe-nos problematizar qual a atualidade do padrão dependente ou heteronômico constatado por Fernandes (2005) a respeito da economia nacional. Sampaio Junior (2012), abordando o período dos governos Lula-Dilma, constata que seguiu sendo dominante na sociedade brasileira uma “teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional” e perpetua a “dupla articulação — dependência externa e segregação social”. As características desse processo são: a “desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas”, bem como a “livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional”, além da “restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público” e a “concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682-683).

A conhecida onda de privatizações ocorrida nos anos 1990 teve papel protagonista do Estado nacional na sua efetivação. Coube ao Estado – cedendo à pressão do grande capital internacional – “implementar modificações de caráter antinacional em diversos parâmetros econômicos e estabelecer uma política econômica que no fim sancionasse as tendências externas”. Esse aceleração da política privatizante praticamente significou um “golpe de morte” no sistema econômico nacional: “abalado pela separação entre mercado interno, crescentemente atendido por importações, e produção interna, pautada pela desindustrialização e pela especialização regressiva”, o que resultou no agravamento da crise social e do desemprego (CARDOSO, 2014, p. 47-48).

Elemento marcante e determinante na constatação do aprofundamento da dependência na atualidade é o *padrão tecnológico* que segue “ferrenhamente controlado pelas empresas transnacionais”. O que resta no capitalismo dependente é “uma combinação entre pagar o preço pela modernização produtiva e se especializar em ramos em que possuem vantagens comparativas estáticas” (CARDOSO, 2014, p. 46), essas se relacionam geralmente com a brutal exploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Dessa maneira, a burguesia nativa adentra na guerra comercial global e o mercado interno segue vulnerável à concorrência externa, operando sempre em desvantagem diante do poder das grandes corporações transnacionais. O que resulta dessa equação é “a ênfase na reprimarização contra a industrialização e a ênfase no mercado externo contra o mercado interno” (CARDOSO, 2014, p. 47). O que vemos é a continuidade do padrão de desenvolvimento dependente considerado por

Florestan Fernandes como *inelutável* nos limites do capitalismo brasileiro.

Em um quadro geral, são essas as tendências constatáveis: o fracasso da modernização do chamado “terceiro mundo” como um defeito estrutural do próprio sistema; a tendência cada vez maior de monopolização do grande capital vinculado com o domínio das potências imperialistas; e a impossibilidade de a burguesia nativa brasileira construir um projeto nacional autônomo, devido a sua condição de “sócia menor” das grandes corporações internacionais. As novidades conjunturais não eliminam a dupla articulação (dependência externa – segregação interna) que se eterniza como *essência estrutural* da ordem capitalista dependente.

A divisão do trabalho internacional sofreu significativas alterações no período atual, comandadas principalmente pelas relações entre EUA e China, o que promoveu uma dinamização dos mercados financeiros internacionais e dos mercados de gêneros primários, minerais, agropecuários ou *commodities* industriais. A integração do Brasil nesse circuito favoreceu essa margem de manobra, em decorrência de sua ampla oferta de recursos naturais que respondem à demanda externa (valorizando a exportação de produtos primários em patamares nunca antes vistos); e dos investimentos, geralmente especulativos, que adentram ao país buscando diferenciais de juros permitidos pela dívida pública (CARDOSO, 2014, p. 53).

De um ponto de vista macroeconômico, foi esse impulso inicial e a condição externa permitida por ele, em relação ao financiamento da economia, que possibilitou o ciclo de crescimento dos anos 2000. A margem de manobra permitiu a flexibilização quantitativa da política

econômica, conciliando a manutenção do mesmo tripé macroeconômico com a execução de políticas sociais e investimentos. O resultado foi: “um período marcado pela aceleração do crescimento, menor desemprego e leve melhoria na distribuição de renda funcional e pessoal, redução da pobreza extrema e redução da vulnerabilidade externa *conjuntural*” (CARDOSO, 2014, p. 53).

A experiência dessa nova margem de manobra fez o governo brasileiro inclusive impulsionar mudanças na estrutura do capital brasileiro através do BNDES, capitalizando alguns grupos, estimulando a fusão e a internacionalização. Esse movimento é decorrente da pressão de empresas como a *JBS, Fibria, Gerdau, Camargo Correa, Vale e Odebrecht*, consistindo na contrapartida do Estado ao papel por elas desempenhado nas exportações garantindo certa folga nas contas externas. Estes grupos se incorporam no núcleo das relações políticas e econômicas do Estado, como decorrência do reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho e da *crescente dependência estrutural por commodities* (CARDOSO, 2014, p. 53-54).

Na realidade, nesse período de flexibilização não houve mudança qualitativa no padrão econômico vigente, e não havia a intenção ou um projeto nesse sentido. Para Cardoso (2014, p. 54) as “possibilidades abertas foram aproveitadas na linha de menor resistência, isto é, tendo como opção a maior integração ao novo padrão de acumulação que tem se afirmado”. No que diz respeito às relações capital-trabalho temos a *retirada de direitos, a precarização*, e a postura meramente *defensiva* de boa parte das organizações do trabalho, somando-se a isso o retrocesso na questão agrária. Sobre as relações intercapitalistas atuais, Cardoso (2014, p. 54, grifos nossos) enfatiza a mesma tendência até aqui por nós

analisada: “intensificação dos processos de *concentração e centralização* do capital com *participação decisiva do Estado* na viabilização de diversos processos”. Em suma, enquanto a macroeconomia passa por um momento menos instável do ponto de vista *conjuntural*, temos o agravamento da vulnerabilidade externa *estrutural*.

A manutenção do latifúndio demonstra-se num processo de aumento da concentração de terras, inclusive improdutivas. Em 2011, “30 mil proprietários de terras” concentravam “318 milhões de hectares”, em 2003 “eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares” (SANTOS, 2015). Isso significa que mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários, que controlam em média mais de 2.400 hectares. A modernização do campo e o chamado *agronegócio* não eliminam uma das principais características do latifúndio que é a concentração de terra, reafirmando o caráter desse desenvolvimento que integra na sua lógica e refuncionaliza elementos arcaicos do passado.

A respeito de quatro importantes setores da burguesia brasileira – Cosan, Vale, Gerdau e JBS – Artur Monte Cardoso (2014) extrai conclusões que nos permitem verificar algumas características gerais em comum nestes quatro grupos: base produtiva simples; utilização intensa de recursos naturais, energia elétrica e mão de obra barata; baixa capacidade de incorporação de progresso técnico, dependência tecnológica e financeira em relação ao grande capital internacional; expansão por aquisição de operações já existentes e financiamento advindo principalmente do capital internacional e do Estado brasileiro.

Com base nesses elementos gerais, Cardoso (2014, p. 117, grifos nossos) conclui que:

[...] tais setores e grupos empresariais são crescentemente polarizados por *condições externas ao Estado e à economia brasileira* e estão mais vinculados com as estratégias globais de grandes empresas ou países na disputa pelo controle tecnológico, de mercados e de recursos estratégicos, além da disputa pela capacidade de extrair os melhores e maiores ganhos na especulação e no eretismo mundial. É precisamente dentro deste contexto geral que operam, no fundo e muitas vezes na mais explícita realidade dos fatos, os grandes capitais aqui estudados: no aproveitamento de oportunidades possíveis abertas pelo grande capital estrangeiro no comércio internacional, na especulação com ativos financeiros e com o patrimônio estatal e dos próprios grupos, no caso extremo. É este *padrão de participação na totalidade do sistema* que permite enquadrar a burguesia estudada nesta pesquisa como aquilo que foi chamado anteriormente de “burguesia de negócios”. Ou seja, é este o caráter da *burguesia dependente brasileira* [...].

De acordo com a Pesquisa de Fusões e Aquisições da consultoria KPMG a desnacionalização da economia brasileira segue crescente: apenas no primeiro semestre de 2013, 127 empresas passaram para controle estrangeiro, isso corresponde às operações “*cross border I*” (cb1), o que significa “empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresa estabelecida no Brasil” (ALBUQUERQUE, 2015). Em 2010 foram 175 empresas desnacionalizadas; em 2011, 208 empresas; e em 2012 foram 296 empresas desnacionalizadas:

Os principais setores onde empresas nacionais foram adquiridas por estrangeiras foram tecnologia da informação (14); empresas de internet (13); petróleo e gás (10); serviços para empresas (10); alimentos, bebidas e fumo (9); produtos de engenharia (7); eletroeletrônico (4); educação (3);

entre outros. As empresas que adquiriram empresas brasileiras são de origem, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Suíça e Japão. Os números mostram que o “apetite” do capital estrangeiro continua alto. A desnacionalização da economia – e consequentemente, da desindustrialização – é uma das principais causas de a economia brasileira estar no chão. As filiais das multinacionais seguem a lógica do mínimo de investimento e máximo de remessa de lucros. Além disso, são importadoras de componentes, fazendo internamente apenas a montagem. Isso quando não importam o produto já acabado. (ALBUQUERQUE, 2015).

De acordo com Benayon (2012) há “uma quantidade de capital brasileiro no exterior muito maior do que o total investido anualmente no país pelo conjunto do capital nacional, inclusive o estatal, e o estrangeiro”. A desnacionalização da economia brasileira seguiu crescendo exponencialmente em 2018. Renée Pereira (2018) afirma que nos últimos anos quase 400 empresas passaram para as mãos de estrangeiros no país: “Eles desembolsaram R\$ 133 bilhões nesse período para comprar participações em companhias nacionais. O movimento vem crescendo desde 2014, mas ganhou destaque no ano passado, quando as transações envolvendo capital externo avançaram 40% –de 75, em 2016, para 108”.

O que percebemos é que o *padrão estrutural* desvendado por Fernandes (2005) segue se aprofundando na realidade socioeconômica brasileira. A burguesia nativa dependente e associada ao imperialismo segue perdurando seu domínio em um vínculo quase de fusão com o Estado brasileiro; a exploração intensiva da força de trabalho com direitos sociais subtraídos são recorrentes; a manutenção de estruturas arcaicas como o latifúndio (hoje modernizado) continua inelutável; e os vínculos

de dependência tecnológica e financeira de nossa burguesia com o grande capital internacional se aprofundam cada vez mais.

O período de relativa margem de manobra *conjuntural* contribuiu para alimentar a ilusão de que o Brasil estaria superando sua condição de dependência, quando o que ocorreu concomitantemente foi o aprofundamento da dependência econômica, financeira e tecnológica *estrutural*. A aparente estabilidade social lograda com alguns programas sociais e certa redução do desemprego, não impediu as convulsões sociais que resultam da retirada de direitos, da precarização das relações de trabalho, do sucateamento dos serviços públicos, privatizações e agravamento da desigualdade social. Posteriormente, a direita radical aliada ao imperialismo estadunidense descarta qualquer mínima conciliação com os interesses dos “de baixo” e “coloca a casa em ordem” através do golpe de 2016, instaurando um regime de exceção que restringe ainda mais os direitos civis, sociais e democráticos, apesar de manter os ritos formais da “democracia”.

Desse modo, a realidade atual nos mostra que a estrutura socioeconômica dependente consolidada em nossa revolução burguesa segue se reafirmando. Seu desenvolvimento particular mantém e refuncionaliza as estruturas arcaicas do passado, a burguesia nativa aprofunda seus laços de dependência com o imperialismo total, e a segregação social permanece como condição necessária numa sociedade onde a classe dominante tem muito pouco para ceder aos “de baixo”. Mesmo que o bloco de poder dominante recicle seu poder utilizando também a *democracia de cooptação*, esta segue tendo pouca flexibilidade e não se mostra capaz de impedir as convulsões sociais e as lutas populares despontadas pelas contradições da própria ordem.

5.3 As expressões ideológicas do capitalismo monopolista

Já destacamos neste trabalho que Florestan tinha um rigoroso cuidado em não confundir as aspirações ideais de uma época ou de uma classe com a realidade objetiva em si. Como Karl Marx (2008, p. 48) nos legou, é sempre necessário distinguir as mudanças materiais ocorridas nas relações econômicas de produção das formas ideológicas em que os homens tomam consciência desses conflitos e lutam para resolve-los.

Para Fernandes (2005, p. 31):

A tradição dominante em nossa historiografia conduziu os melhores espíritos a uma espécie de “história oficial” singularmente desprezada de intenções interpretativas e, em particular, muito sujeita a converter os móveis declarados e as aspirações ideais conscientes dos agentes históricos em *realidade histórica* última, tão irredutível quanto verdadeira em si mesma. A reação a esse padrão deficiente e deformado de descrição histórica é recente e ainda não conseguiu criar uma perspectiva de interpretação histórica livre de etnocentrismos, aberta a certas categorias analíticas fundamentais e criticamente objetiva. Por isso, aí reina uma confusão conceptual e metodológica prejudicial a qualquer tentativa de investigação macrosociológica.

A criticidade objetiva proposta pelo sociólogo envolve distinguir as aspirações ideais dos agentes históricos da realidade em si mesma. Mesmo que a ideologia mova coletividades humanas e opere na realidade, ela não é idêntica à realidade em si, podendo inclusive ser uma inversão ou distorção da própria realidade. Além do mais, as próprias ideologias

precisam ser desvendadas em seu verdadeiro significado, não bastando apenas “comprar o pacote” vendido pelo seu propagador. Bem como, as políticas levadas à cabo por determinada classe em determinado período histórico precisam ser categorizadas tal como se apresentam na realidade efetiva, e não apenas pelas “aspirações ideais” de seus protagonistas.

Retomando o desafio de distinguir as projeções ideais da realidade efetiva, bem como situar o papel das ideologias e utopias vigentes na sociedade que são apropriadas pelas classes e grupos sociais, é bastante peculiar a postura de Fernandes no debate a respeito de qual seria a ideologia adequada que corresponde à manifestação ideal do capitalismo monopolista e seu padrão correspondente de imperialismo.

Numa entrevista em que polemiza com Francisco Weffort (então secretário-geral do PT e depois Ministro de FHC que defendia a “fecundação recíproca entre marxismo e neoliberalismo”), Florestan Fernandes afirma: “Eu não acredito na existência de um neoliberalismo; ainda não se encontrou uma ideologia adequada para essa manifestação do capitalismo monopolista e do padrão correspondente de imperialismo” (FERNANDES, 1990, p. 6)⁵⁸. Em artigo posterior, em que ironiza o discurso da direita sobre “o fim do marxismo”, reafirma:

Ora, o que se deve questionar é a existência de um 'neoliberalismo' (...). Que 'neoliberalismo' poderia ajustar-se ao desenvolvimento das multinacionais, à internacionalização do modo de produção capitalista e seu modelo oligopolista e ao sistema de poder que resultou destas metamorfoses do capital. (...) O neoliberalismo não possui nenhum espaço para concretizar-se porque nessa situação histórica o

⁵⁸ FERNANDES, Florestan – “Florestan Defende o Conceito de Luta de Classes”, In: Folha de São Paulo 04/09/1990: 6, página inteira. Agradecemos a contribuição de Geraldo Pereira Barbosa na sugestão desta fonte.

liberalismo foi liquidado (FERNANDES, 1995a, p. 201, grifos nossos)⁵⁹.

Aqui novamente fica explícito o rigor metodológico do sociólogo ao diferenciar as aspirações ideais da classe dominante da realidade efetiva. Na era do capitalismo monopolista é evidente que nenhum tipo de “Estado mínimo” ou “mão invisível” opera na realidade. Como bem ressaltou Fernandes, a metamorfose do sistema do capital que o levou, por consequência da sua própria lógica, à fase monopolista, liquidou qualquer possibilidade histórica de concretização das aspirações do liberalismo. Portanto, apesar de hoje tratar-se de um termo usual, o autor não vê, diante dos entraves estruturais do capitalismo monopolista e do imperialismo total, qualquer possibilidade de concretização de um “novo” liberalismo. O sociólogo questiona inclusive a existência de um “neoliberalismo” enquanto ideologia do capital monopolista e do imperialismo, embora não traga a resposta de qual seria a ideologia adequada para se referir a essa questão.

Por dentro do 'neoliberalismo' só se pode concluir que a história não existe mais. (...) As elites que comandam e dirigem as tecnoestruturas extraem a história pronta e acabada das entranhas do capital oligopolista. Entre muitos reparos que seriam implacáveis, prefiro as conclusões de Harold Laski. O liberalismo desapareceu junto com as condições históricas que desvendaram seu invento e condicionaram o seu desenvolvimento como ideologia. Não há mais lugar para um 'neo' - nem necessidade disso. (FERNANDES, 1995a, p. 156).

⁵⁹ FERNANDES, Florestan – “Em Defesa do Socialismo [1990]”, In: Em Busca do Socialismo, Xamã, SP, 1995a, p. 201; é esclarecedor a respeito ler o conjunto do artigo: 201-216. Agradecemos aqui também a contribuição de Geraldo Pereira Barbosa na sugestão da fonte.

O desafio de categorizar corretamente a política do grande capital dos nossos tempos e também a sua ideologia segue latente. Consideramos que alguns trabalhos mais recentes a respeito do *conservadorismo* e do *neoconservadorismo*⁶⁰ trazem pistas importantes no desvelamento dessa questão. José Paulo Netto, em palestra realizada no ano de 2011, afirma:

A expressão “neoliberalismo” é equívoca. Neoliberalismo? A gente tem que chamá-lo pelo seu nome, *é o conservadorismo político e ideológico, que se limita com o reacionarismo econômico*. A luta levada a cabo por estes senhores não é a luta pela diminuição do Estado, como eles anunciam. É a luta pela diminuição dos elementos regulatórios que possam ter qualquer componente democrático e social. A grande burguesia brasileira sabe que ela só existe e mantém seu poder com esse Estado que aí está. O movimento de privatização não representou o afastamento do Estado da vida econômica, pelo contrário, ele foi conduzido aqui *a partir* do Estado, com a fortíssima intervenção estatal. A entrega do patrimônio público a esses piratas da economia brasileira foi feita com o apoio aberto de um organismo estatal que é o BNDES. Os [ditos] neoliberais não lutam contra o Estado e a sua intervenção econômica, eles lutam contra quaisquer mecanismos que por via estatal permitam travar de alguma maneira o nível de exploração dos produtores diretos⁶¹.

Essa colocação se aproxima da posição de Geraldo Pereira Barbosa em sua crítica às teorias da “globalização neoliberal” que consideram esse fenômeno como uma “nova fase” que teria “superado o imperialismo” e “substituído a velha elite ligada ao capital monopolista”.

⁶⁰ Ver, por exemplo, o artigo “Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social” de Maria Lucia S. Barroco (Serv. Soc. Soc. no.124 São Paulo out./dez. 2015).

⁶¹ IV Seminário Internacional de Lutas contra o Neoliberalismo. Palestra com o professor José Paulo Netto da UFRJ. (Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=KVKYn6vXYdQ>> Acesso às 22:15 em 5/11/2018).

O problema da utilização da ideia de “neoliberalismo” para conceituar a ideologia das classes dominantes na contemporaneidade ou para classificar sinteticamente uma “nova fase” do desenvolvimento capitalista, reside no risco de se ocultar as potencialidades neoconservadoras e proto-fascistas que repousam na ideologia dominante, além de se ofuscar na análise a estrutura hierárquica e cada vez mais concentrada do capitalismo monopolista e do imperialismo total dos nossos tempos. Essa realidade presente nada tem a ver com uma suposta “liberalização” da economia ou com uma “globalização” que superaria o caráter impositivo e restritivo do imperialismo em âmbito econômico, social, político e cultural. Para Geraldo Barbosa (2011, p. 3-4):

Os Estados das nações imperialistas intervêm mais do que nunca na economia, apoiando a centralização de capital em favor de suas transnacionais e praticam o mais feroz protecionismo na concorrência entre si, ao mesmo tempo em que buscam impor políticas “privatizantes” – de conteúdo antinacional, antidemocrático e antiproletário – aos Estados das formações sociais dependentes. [...] É necessário criticar as formulações correntes sobre o “neoliberalismo” e a “globalização”, não por causa do seu nome, mas por causa da substância incorreta do conteúdo que estas palavras conotam, pois, o importante não é nomear, mas sim explicar o desenvolvimento histórico que tem ocorrido no nosso tempo. O liberalismo não sobreviveu ao capitalismo de livre concorrência e nenhum tipo de “Estado liberal” poderia se ajustar ao capitalismo monopolista e às transformações do sistema de poder dele resultantes. A insistência no uso acrítico do termo “globalização” (criado pelas grandes escolas americanas de administração de empresas, elaborado pela “teoria sistêmica” e difundido por

organismos internacionais, como o FMI e Banco Mundial) implica acobertar a exacerbação do fenômeno imperialista no processo de agudização das contradições e polarizações ocorridas a partir da crise estrutural do capital, com o aprofundamento da dominação do planeta pelas corporações capitalistas transnacionais, tendo como retaguarda o sistema de poder das nações capitalistas hegemônicas e o “Estado Imperial” norte-americano.

Jamerson de Souza (2016, p. 164) fala de um paralelo nítido em que o conservadorismo dos nossos tempos tende a convergir: a ideia de que enquanto mais as classes populares se fizerem presentes nas estruturas contraditórias do Estado, maior será o perigo de um desfecho revolucionário: “Nesse sentido, sua atuação política precisa ser a da contrarrevolução preventiva permanente, lançando mão de instâncias especializadas para a manutenção desse tipo de atividade”. O autor ainda fala de uma aliança no Brasil entre “conservadores e liberais”, em coro comum na acusação de que “as políticas sociais públicas seriam a própria causa dos problemas da sociedade, cabendo, portanto, sua reversão ao mercado.” (SOUZA, 2016, p. 174-175). A apropriação do conservadorismo no Brasil possui também características singulares:

[...] uma espécie de confluência de determinações ideológicas (no seu sentido amplo e também restrito) herdadas do passado colonial e escravista, com princípios e valores (ordem, autoridade, disciplina, hierarquia, "meritocracia", entre outros) sistematizados em teorias (mas também em pedagogias nas relações de trabalho e religiosas) cuja função social e desdobramentos efetivos redundam, sobretudo, em tendências antidemocráticas e de "hipocondria" anticomunista, além da produção de uma cultura

política contrária à noção de conquista de direitos dos trabalhadores. (SOUZA, 2016, p. 215-216)

Como poderíamos categorizar uma política que favorece os monopólios, o capital financeiro e o imperialismo utilizando-se de ideologias que mesclam elementos do liberalismo com elementos do conservadorismo? Ora, se pensarmos em termos globais, de acordo com o pensamento dialético de Lênin (2012), o capitalismo, quando supera sua fase concorrencial e avança para a fase monopolista e imperialista, *se transforma no seu contrário dentro do próprio capitalismo*. Se o antigo capitalismo concorrencial que tinha o liberalismo como expressão ideológica tornou-se no seu contrário, como se deram as transformações de sua política e de suas expressões ideológicas nesta metamorfose? Seria apenas um “novo liberalismo”? Ou seria, nas palavras de Barbosa (2011), uma política e ideologia pseudo-liberal, neoconservadora e proto-fascista própria da *decadência ideológica da burguesia*⁶² na era dos monopólios e do imperialismo?

A monopolização pode seguir convivendo com a competição, principalmente entre os próprios monopólios, mas a concentração e a formação de oligopólios (gigantescas corporações) se acentuam ainda mais na atual fase do imperialismo total. Segue existindo concorrência,

⁶² Ricardo Lara (2013, p. 97) expõe a decadência ideológica da burguesia em três estágios que “[...] apresentam tendências presentes, com maior ou menor incidências, na concepção científica burguesa que levaram água ao moinho das ciências sociais particulares. As categorias fundamentais do pensamento moderno - razão, historicismo e humanismo - tendem a se esgotar no âmbito das “ciências do espírito” da ideologia decadente. A preocupação com o progresso e o futuro, bem como a crença na razão como meio de compreender e transformar a realidade social (herança do iluminismo) vão se esgotando ao longo do avanço da decadência ideológica. O irracionalismo é seu resultado e evidencia a total descrença na humanidade e a aversão à possibilidade radical da emancipação humana pela lógica do trabalho”.

mas será que há “livre mercado”? A “mão invisível” em algum momento da história compareceu na realidade efetiva? Se consideramos que as teorias liberais - vide Smith (1983) - e “neo” liberais - vide Hayek (2012) - dão conta de apreender a dinâmica socioeconômica e política do capitalismo e que suas aspirações ideais são idênticas à política da burguesia monopolista e às transformações efetivas da realidade social, então seria o caso de abandonarmos o marxismo e nos assumirmos como liberais. Agora, se concordamos com a crítica que Karl Marx (2013) fez à economia política clássica e aos “espadaquins mercenários” do liberalismo vulgar e consideramos que nos tempos atuais a classe dominante também recorre a elementos da ideologia conservadora e fascista, então cabe buscarmos desvendar as metamorfoses das formas ideológicas e da política conduzida pelo bloco de poder dominante do grande capital monopolista.

Com sua crítica a existência de um “neoliberalismo”, Florestan Fernandes abre o caminho para este debate, mas não traz uma solução, afirmando, como já expomos, que ainda não se encontrou uma ideologia adequada para essa manifestação do capitalismo monopolista e do padrão correspondente de imperialismo. Consideramos que o aprofundamento do debate sobre a relação entre capitalismo contemporâneo e liberalismo, conservadorismo e fascismo pode trazer importantes conclusões no desvelamento dessa questão.

5.4 O socialismo como alternativa societária ao capitalismo dependente

Fernandes (2005) não possui uma concepção utópica de realização inevitável do socialismo. Ela via duas possibilidades

tendências que poderiam decorrer da dissolução da autocracia burguesa e do capitalismo dependente no Brasil: a formação de um capitalismo de Estado ou a construção de uma autêntica transição socialista. Os choques e lutas decorrentes da segregação interna permanente poderiam, desse modo, ter como consequência a emergência de um projeto capaz de liquidar o poder dos monopólios, do latifúndio, do imperialismo e destruir a autocracia burguesa.

O autor tinha a convicção de que apenas dos setores explorados e oprimidos se pode esperar uma possível ruptura com a tradição de pseudo-reforma e pseudo-revolução que perdura ao longo da história nacional. Somente aos “de baixo” caberia cortar o “nó górdio” de uma história que “enlaça a burguesia, em escala quase coletiva, ao conformismo pró-imperialista e à reprodução do “antigo regime” sob novas bases e novas formas” (FERNANDES, 1986, p. 76). O sociólogo acreditava que as potencialidades de superação da ordem capitalista dependente residem na situação objetiva dos proletários e da grande massa do povo, e em sua capacidade subjetiva de elevar seu nível de organização e consciência. Historicamente o movimento operário defrontou-se com numerosas adversidades internas e externas:

Ele se pulveriza e é pulverizado por um jogo de forças históricas inexoráveis: novo e móvel demais, cimenta-se muito lentamente e em fortes zigzagues, ostentando uma portentosa renovação permanente de seus quadros. Tido como um risco em potencial para o equilíbrio da ordem, sofre forte compressão que nasce no seio da empresa ou que procede de todas as instituições-chave da economia, da sociedade civil e do Estado. Portanto, negado como movimento, precisa buscar a seiva de sua existência e crescimento ou no compromisso com os interesses burgueses ou nas reivindicações

corporativas mais visíveis e prementes ou no clamor da unidade proletária. *Nas várias fases de sua constituição e fortalecimento, o movimento operário percorreu todas essas posições.* De início, muito fraco, retirou da negação do proletário como ser humano uma fonte de confronto com a ordem e com os seus exploradores. Mais tarde, manifestou-se em composição com os estratos mais democráticos e avançados da burguesia e dos setores mais combativos das classes médias. “Cauda política”, mas agente de uma luta defensiva que ia além dos salários e das condições de trabalho: desde os seus primórdios, as hostes proletárias empenharam-se a fundo na *revolução democrática*, que *nunca se incluíra entre as bandeiras “sérias” da burguesia.* (FERNANDES, 1986, p. 43, grifos nossos).

Os avanços e debilidades do movimento dos trabalhadores relacionam-se com suas condições internas de organização e consciência e com as inflexões externas impostas pela repressão e pela cooptação. Devido a peculiaridade de que a classe trabalhadora aqui confronta-se com uma classe dominante que jamais protagonizará a realização das bandeiras nacionais e democráticas típicas das revoluções burguesas clássicas, essas bandeiras transformam-se em tarefas da luta proletária e popular, integrando-se na estratégia de superação da ordem capitalista.

Está comprovado que as burguesias dos países capitalistas dependentes privilegiam a *aceleração* do desenvolvimento capitalista; elas não privilegiam o desenvolvimento capitalista *independente*. [...] Elas estão dizendo aos proletários urbanos e rurais dos países periféricos: *danem-se!* Isto é o que vocês podem obter do capitalismo, nem mais nem menos... Todo o resto sobre “aberturas democráticas”, “centros nacionais de decisão”, “desconcentração da renda” etc., é pura retórica. A realidade está posta na contrarrevolução prolongada, de amplitude mundial. Ela não se casa com os papéis e as funções que a revolução nacional teve, no passado, nas primeiras

versões da revolução burguesa. Hoje, o desenvolvimento do capitalismo não passa pela revolução nacional. Por uma razão simples: onde a revolução nacional constituir uma necessidade histórica (e ela aparece como tal reiteradamente, quase universalmente na periferia), ela terá de opor-se ao capitalismo. As revoluções nacionais *que se atrasaram* são revoluções nacionais que não puderam desatar-se e completar-se dentro e através do capitalismo. Agora, têm de voltar-se contra ele. Isso define a relação recíproca da burguesia com o proletariado no plano mundial: a revolução nacional já não é instrumental para o desenvolvimento capitalista (como diriam os sociólogos estadunidenses, ela se tornou disfuncional para ele) e, por conseguinte, para que a revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos, é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação. (FERNANDES, 1981, p. 22, grifos nossos).

O grande capital monopolista nativo e o latifúndio⁶³, associados ao imperialismo estrangeiro, de fato constituem o bloco de poder dominante no Brasil. Essa constatação coloca ao proletariado o desafio de avaliar suas possíveis alianças com todos os setores populares que de alguma maneira são explorados e/ou oprimidos por esse bloco de poder. O grande problema está em “estabelecer a relação entre classes e massas”; a classe “tem que ser o elemento condensador, que iria permitir e orientar a mobilização política dessas massas, tanto no campo como nas cidades”. Ou seja, haveria uma tríplice aliança entre “o operário, o trabalhador da terra e essa massa de oprimidos, que flutua no campo e nas cidades” (FERNANDES, 1994, p. 144).

O processo de consolidação dessa aliança pode ser traduzido como a formação do *bloco histórico*, no qual há uma estrutura social – as

⁶³ A modernização do campo e o chamado agronegócio, como já demonstramos, não eliminaram a concentração da terra e a estrutura do latifúndio.

classes e grupos sociais – que depende diretamente das relações entre as forças produtivas; mas também há uma superestrutura ideológica e política. Tal afirmação, segundo Gramsci (2001, p. 238),

Conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.

Ao mesmo tempo em que fala da existência de uma classe média alta de nível de vida, em termos de visibilidade, parecido com o da grande burguesia⁶⁴, Fernandes (1994, p. 144-145) expõe o fenômeno da “plebeização da classe média tradicional, uma classe média ligada com as profissões liberais, com o ensino, com a pequena burocracia, com o pequeno comércio, a pequena indústria”. Esses setores médios são “cada vez mais comprimidos e reprimidos dentro dessa expansão do grande capital e do capitalismo monopolista e alimentam um forte ressentimento”; conjuntamente com a pequena-burguesia que “é obrigada a suportar o peso maior de uma proletarização iminente”. Tais setores subjugados pelo bloco de poder dominante, apesar de potencialmente vacilantes, possuem vital importância como aliados históricos do proletariado na luta contra a ordem capitalista dependente.

⁶⁴ Mais especificamente “[...] a tecnocracia das grandes empresas privadas e estatais, são os elementos que se tornam os administradores das fábricas, dos bancos, das grandes organizações comerciais. Esse setor, praticamente identificado com o grande capital, com os interesses do grande capital, só excepcionalmente se desloca para posições que seriam nacionalistas, libertárias ou socialistas.” (FERNANDES, 1994, p. 144).

Na concepção de Fernandes (1981, p. 1-2) a realidade brasileira faz com que as *revoluções dentro da ordem* se relacionem estrategicamente com a *revolução contra a ordem*:

Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de reforma agrária e na qual a revolução urbana se confunde ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática. Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito. Pode-se dizer o que se quiser a respeito de tais sociedades capitalistas: "Nações proletárias" ou "Nações de lumpen-burguesias" - a verdade é que elas possuem um enorme espaço interno para as *revoluções dentro da ordem*. Transformações, que foram desencadeadas em outras sociedades capitalistas *avançadas* ("clássicas" ou "atípicas") a partir de iniciativas das classes altas ou das classes médias burguesas, nelas terão de transcorrer a partir de iniciativas das classes despossuídas e trabalhadoras: os condenados da terra têm o que fazer e, se eles não fazem, a história estaciona (isto é, o capitalismo não gera dividendos que interessem e aproveitem à Nação como um todo). Lembremos 1964: a revolução democrática é subitamente convertida numa revolução antidemocrática.

Isso significa que as transformações que nos países centrais foram fruto do desenvolvimento capitalista, em nossa realidade só poderão se efetivar *contra esse desenvolvimento*, unindo-se *desde o início* ao processo cumulativo de construção das condições para uma revolução contra a ordem capitalista. Mesmo no momento em que ainda consistem em *revoluções dentro da ordem*, elas só podem ser *arrancadas* pela pressão dos "de baixo", entrando desde o princípio em confronto com o

bloco de poder dominante. Esse confronto, se for contínuo e cumulativo no rumo de uma nítida estratégia revolucionária, só pode desembocar na ruptura com a própria ordem capitalista.

Aqueles que negam, por temor do oportunismo ou reformismo, a *inevitabilidade* do processamento das bandeiras nacionais e democráticas *no interior da estratégia socialista*, ignoram duas coisas:

Primeiro, que, sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica, as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado como classe em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da "democracia burguesa" para a de fator de uma *democracia da maioria*, isto é, uma democracia popular ou operária. (FERNANDES, 1981, p. 2-3)

Como vemos, não se trata aqui de contrapor, como pretende Coutinho (2011), uma ideia de revolução “explosiva” contra uma ideia de revolução “processual” ou vice-versa, mas de compreender o entrelaçamento dialético inevitável entre reforma e revolução⁶⁵, isto é, a interrelação entre *revolução dentro da ordem* e *revolução contra a ordem*. Nada na histórica contemporânea pode nos levar a decretar o fim de

⁶⁵ Para a crítica da ideia de que é possível transitar do capitalismo ao socialismo sem ruptura ver a polêmica de Lênin (2010) com Kautsky no texto *O Estado e a Revolução*, publicado originalmente em 1917.

qualquer ruptura, de qualquer salto de qualidade ou descontinuidade dialética. Temos inclusive, como já demonstramos, diversos exemplos de ruptura institucional promovidas pelas próprias classes dominantes. A processualidade e o acúmulo de forças através da conquista de reformas estruturais ainda dentro da ordem não nega a possibilidade ou a necessidade de rupturas e transformações para além da ordem, pelo contrário, são o resultado necessário deste movimento contraditório, que pode pender para a revolução popular ou para a contrarrevolução protagonizada pelo poder burguês⁶⁶. Segundo Fernandes (1980, p. 23) a multiplicidades de escolhas, de vias e de caminhos revitaliza “[...] tanto o socialismo reformista e gradualista, quanto o socialismo revolucionário. Porque mostra que não existe só uma via para se chegar ao socialismo e que há campo para a atividade construtiva da revolução proletária nas diferentes nações, nos diferentes continentes”.

Tratando da relação entre movimento socialista e partido político, Fernandes (1980, p. 6-7) fala do movimento socialista enquanto uma confluência das forças que polarizam com a ordem capitalista, “para introduzir reformas antiburguesas dentro dessa ordem; ou para alimentar

⁶⁶ Diferente da perspectiva de Coutinho (1984) que nos anos 1980 tratava a “democracia como valor universal”, Fernandes (1980, p. 59-60) entendia que existe necessariamente uma ruptura entre a democracia burguesa e a democracia proletária e popular: “[...] se o movimento socialista tivesse que fazer uma opção democrática, isso teria que ser feito depois e não antes da tomada do poder. Fala-se muito de “socialismo democrático” em termos de uma grandeza histórica, de algo absoluto, metafísico. Bom, se está falando pura e simplesmente de manter a burguesia no poder. Qual é a burguesia que deixa seu Estado, e sua democracia constitucional e representativa, para a conquista do poder pelas classes trabalhadoras? Onde está ela? Nos Estados Unidos? Na França, Itália, Inglaterra ou Alemanha? Não existe tal burguesia! Portanto, necessitamos acabar com essa ideia falsa e mistificadora de que há um *caminho democrático, absoluto* e sem o qual as pessoas enterrariam todo o socialismo. O caminho democrático se delinea *depois* da tomada do poder e somente se luta pelo socialismo democrático, ou seja, quando se defende condições democráticas de realização do socialismo”.

uma revolução contra a ordem e organizar a sociedade, a economia, o sistema de poder em novas bases”. Já os partidos políticos,

[...] são a forma de organização institucional dessas forças. Essas forças sociais se organizam institucionalmente e é através dos partidos que se realiza a aglutinação de forças; e se realiza, também, a sua aplicação em fins mais ou menos visados consciente, deliberada e organizadamente. É claro que os conflitos de classe delimitam a área dentro da qual se realiza essa utilização concentrada das forças sociais antagônicas à ordem capitalista. Através do conflito de classe se tem o sistema de referência que ordena a concentração institucional das forças sociais que são contra a ordem (o “poder revolucionário” ou o “antipoder”). (FERNANDES, 1980, p. 7)

De qualquer maneira, não se pode, segundo Fernandes (1980, p. 8-9), situar o movimento socialista e os partidos socialistas no vácuo. Eles são realidades históricas e existem dentro de uma sociedade capitalista com suas características particulares e é necessário considerar qual o grau de amadurecimento e de diferenciação do regime de classes, isto é, em qual nível de polarização chegou a luta de classes e qual a potencialidade organizativa e subjetiva das classes trabalhadoras: “Quanto mais diferenciado for o regime de classes, de uma forma estrutural-funcional e histórica, mais forte é o movimento socialista e, em consequência, também mais forte é o padrão de partido socialista que corresponde, na situação histórica, a esse movimento”. Há desse modo uma interdependência entre movimento e partido mediada pelos conflitos de classe. O sociólogo considera que quando o regime de classes não é suficientemente diferenciado, forte e desenvolvido, como no caso do Brasil, “o espaço político para a existência de um movimento socialista é

reduzido, e, em consequência, os partidos socialistas são mais ou menos incongruentes”, representando “mais fins psicológicos do que políticos e, às vezes, respondem mais à alienação moral de grupos privilegiados, que à impulsão coletiva das pressões proletárias” (FERNANDES, 1980, p. 9).

Como poderíamos então apontar para a superação dessas debilidades? Fernandes (1980, p. 10-11), sem desconsiderar o papel dos partidos políticos, ressalta a importância de um foco mais abrangente que consiga captar o verdadeiro nível de consciência e organização da classe trabalhadora no movimento real da sociedade, projetando as vanguardas ou os partidos como consequência das lutas e do amadurecimento deste movimento real, e não como grupos corporativistas e auto proclamatórios desvinculados das massas proletárias e populares:

É preciso não pensar na classe como um pé-de-chumbo, como se a classe afundasse o movimento socialista, afundasse o partido. A classe não é um pé-de-chumbo; ela é o elemento central, que condiciona e regula o vigor do movimento e do partido. É por isso que as pessoas que partem da reflexão localizando-se no partido não possuem um ponto de referência correto. Porque elas perdem o elemento estrutural e histórico, que serve de baliza para que se entenda não só o presente, mas o fluir desse presente na direção do futuro. Os processos se abrem para a frente, não para trás. Para trás está alguma coisa que nós pretendemos morta, que nós queremos destruída.

Trata-se de um processo que se inicia pela criação de um espaço democrático dentro da sociedade capitalista. Um espaço democrático para e com as classes trabalhadoras, de maneira que “através dos conflitos da classe contra a burguesia e contra o capitalismo, por reformas anticapitalistas, por revolução dentro da ordem e mais tarde por revolução

contra a ordem, movimento socialista e partidos socialistas se consolidem mutuamente”. (FERNANDES, 1980, p. 60-61). O imenso desafio que enfrentamos para a unidade dos movimentos e partidos que expressem as forças proletárias e populares em um projeto comum decorre também de uma espécie de corporativismo incapaz de vislumbrar as potencialidades do movimento e do desprendimento por uma unidade superior. De acordo com Fernandes (1980, p. 69-70):

Quando se dá prioridade ao movimento socialista, estamos com isso debilitando os partidos socialista? É claro que não! Desde que surja um espaço político comum e que ele seja respeitado e possa crescer – é claro que cada partido socialista pode explorar este espaço de uma forma crescente em termos de sua viabilidade, de sua variabilidade e de sua versatilidade. É claro que esse espaço, ao crescer, aumenta a liberdade dos partidos socialista se realizarem; ele não limita essa liberdade, ele não a constrange. Aliás, o espaço comum não tem um fim específico, não se destina a alimentar o fluxo de desenvolvimento de uns partidos socialistas e a sufocar o de outros. De modo que o movimento não pode ser visto como uma arapuca; ele não nasce para destruir o socialismo, ao contrário, ele surge e vigora como fator de vitalidade, de versatilidade e de flexibilidade dos partidos. Ele não deve envolver concessões, para um “crescimento rápido do socialismo”. O crescimento do socialismo é lento. Ele pode ser relativamente rápido só em condições muito especiais, que não se repetem com frequência na história.

Não é possível prever como se dará o desencadeamento (a sucessão dos acontecimentos) neste processo. Porém, a partir do horizonte legado pelas análises de Florestan Fernandes, podemos desenhar algumas tarefas mais gerais que se apresentam ao movimento

socialista e suas organizações e partidos políticos. Impõem-se como necessidade a constituição de instrumentos capazes de organizar e unificar as amplas massas em torno de um nítido horizonte de profundas transformações sociais, mantendo plena autonomia frente ao bloco de poder dominante e congregando todos os setores populares colocados em posição antagônica ao grande capital.

A formação e a elevação do nível de consciência precisam ocorrer em conjunto com as lutas cotidianas e com o fortalecimento dos instrumentos de organização popular. As lutas devem partir das necessidades mais sentidas, das reivindicações imediatas, e é no decorrer desse enfrentamento que se torna possível elevar o nível de consciência e organização do povo a partir de instrumentos políticos coletivos capazes de fazer essa *mediação*. Eis o desafio histórico iminente no qual nos defrontamos, desafio que exige de todos os setores populares desprendimento, capacidade de aprender com os erros e acertos do passado e de absorver sem dogmatismo as contribuições filosóficas, científicas e políticas acumuladas até então. É necessário realismo para desvendar os fenômenos atuais e enfrentar com ousadia e consequência as barreiras do passado e do presente.

CONCLUSÃO

Com base no conjunto da pesquisa realizada, concluímos que a elaboração original de Florestan Fernandes sobre a formação social brasileira é resultado de um denso acúmulo de estudos e pesquisas teóricas e empíricas. Sua constante criticidade para com o real e o pensado permitiu um profundo e amplo diálogo com as mais diversas concepções

teórico-filosóficas e com as principais vertentes da sociologia. Para o autor, a necessidade de utilização de cada categoria emerge do próprio movimento da realidade. Sua concepção dialético-materialista se faz presente na apreensão da dinâmica e da estrutura social, ressignificando criticamente as categorias no diálogo com as escolas sociológicas.

A preocupação de entender o Brasil, bem como o posicionamento ao lado das camadas exploradas e oprimidas do povo, se faz presente em todo o seu itinerário intelectual, tematizando a sociedade Tupinambá, o folclore, a cultura popular, as relações entre negros e brancos, a integração do negro na sociedade de classes, os dilemas da educação, a universidade brasileira. Esse fio condutor resultou em seu ensaio abrangente sobre a revolução burguesa no Brasil, que serviu de base para as demais publicações sobre o problema da dependência e do subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina e a possibilidade da revolução socialista.

Sua originalidade já despontava em seus trabalhos iniciais quando ousava combinar o foco sociológico na sociedade com o foco antropológico na cultura, através das relações de concomitância entre tais dimensões da vida social. Aqui já se fazia presente sua preocupação com a historicidade e ao mesmo tempo com as relações da dinâmica com a estrutura social.

Em meados dos anos 1940 o autor engaja-se em uma organização marxista e pretensamente revolucionária, administrando seu tempo na relação entre militância e uma disciplinada atuação acadêmica. A conclusão que chegamos é que a aparente dualidade entre o acadêmico e o político impunha-se pelos próprios limites de cada um dos espaços (a militância política e a universidade) naquele período, ao mesmo tempo em que já corria uma estrutura paralela ou rio subterrâneo crítico e

marxista em sua formação, que foi amadurecendo conjuntamente com a reformulação de sua atuação conforme as possibilidades que Fernandes encontrou na militância e no ambiente acadêmico. A aparente dualidade inicial era expressão da fase inicial do amadurecimento na formulação da estrutura paralela, que ainda não continha todas as ferramentas necessárias para a plena constituição de sua almejada práxis.

Seu encontro mais generoso com a obra de Karl Marx, quando em 1946 elabora a introdução e tradução da *Contribuição à crítica da econômica política*, permitiu-lhe superar a limitada abordagem de Marx que vigorava na Escola da Sociologia através do ecletismo de seus professores. Sua criticidade para com a sociologia acadêmica já abordava a fundamental relação entre teoria e prática, que distinguia a ciência marxista de uma sociologia pretensamente neutra. A construção de seu trabalho como docente e pesquisador se dá através da busca por uma apreensão original das diferentes vertentes sociológicas a partir da América Latina e do Brasil, superando a mera imitação colonial. O que não significava, para ele, a negação do acúmulo universal de conhecimento logrado historicamente pela humanidade.

Seu foco era a busca por enfrentar os problemas do subdesenvolvimento e da dependência, que primeiramente conceituava como heteronomia, categoria que aparece em Marx e é generalizada por Weber. Também foi importante sua crítica para com o próprio pensamento quando tematizou os problemas da indução na sociologia. Em *Os fundamentos empíricos da explicação sociológica*, Fernandes demonstra uma profunda apreensão da dialética de Hegel e sua reconstrução marxiana, demonstrando os limites do pensamento de Weber e Durkheim na captação da dinâmica e da estrutura histórico-

social. Isso demonstra, para nós, que há uma coerente e rigorosa construção metodológica em sua obra, algo que o distancia de um suposto ecletismo ingênuo. Essa densa apreensão da dialética será fundamental na elaboração de sua interpretação do Brasil.

Quando o foco de seus estudos e pesquisas passa a ser o negro e as problemáticas raciais no Brasil, inicia-se, através de formas participantes de pesquisa, uma maior fusão entre o sociólogo de grande formação teórica e o intelectual de grande consciência política. Em *A integração do negro na sociedade de classes*, Fernandes funde originalmente sociologia, história, antropologia e psicologia. Esta pesquisa permite ao autor rever a história brasileira, estudar a sociedade escravista, sua desagregação e a revolução burguesa no Brasil. Essa compreensão das transformações e permanências na passagem do escravo para a condição de trabalhador “livre” na sociedade de classes é fundamental na construção de sua interpretação do Brasil. Nas palavras de José de Sousa Martins:

Para Florestan, não é em primeiro lugar o proletariado incipiente e frágil que oferece a referência para construir uma interpretação do Brasil. A referência é a escravidão e o que ela fez com a multidão dos desvalidos traficados da África para o cativeiro doloroso nos engenhos, fazendas e estâncias. E, por essa mediação, o que fez com todos, mesmo com o operariado, sobretudo com as elites, conformando-as nos limites estreitos de uma sociedade de privilégios e não de uma sociedade de competição efetiva, como deveria ser a sociedade capitalista. A escravidão adquiriu sentido e se instituiu em nome do lucro e, portanto, em nome da inserção marginal do Brasil no amplo processo de reprodução ampliada do capital nos centros hegemônicos do capitalismo nascente. A escravidão gerou uma estrutura social vigorosa,

produziu instituições duradouras e engendrou mentalidades que persistem de algum modo até nossos dias. Ainda hoje pagamos pesado tributo a essa herança. Não é casual que ainda haja escravidão no Brasil. (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 20).

Sobre a trajetória de Fernandes, discordamos da posição de Barbara Freitag (FREITAG; D'INCAO, 1987) que fala de uma fase acadêmico-reformista e outra fase político-revolucionária, com uma ruptura entre ambas. Parece-nos mais coerente o posicionamento de Eliane Soares (1997) que fala da existência de uma atividade política paralela à formação do acadêmico, que influenciou a sua perspectiva em relação à Sociologia e ao conhecimento, e de uma continuidade do acadêmico no político. São processos de negação e afirmação que fazem parte de seu próprio amadurecimento como político e intelectual.

Quando elabora a partir de 1967 a obra *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan opta pelo ensaio, forma de exposição mais abrangente que permite a afirmação de convicções teórico-políticas para além da rigorosidade empírica exigida nos estudos tópicos anteriores. Ocorre, por fim, a plena fusão do marxista e do sociólogo acadêmico. A práxis de Fernandes se consolida e sua obra vai abordar os grandes temas que interessam para a compreensão e transformação do Brasil e da América Latina. Este é, portanto, um ponto de chegada no processo de construção de sua interpretação do Brasil. Concordamos com Carlos Nelson Coutinho (2011) quando considera que as obras elaboradas *a posteriori* reafirmam, na essência, as principais conclusões que Fernandes já havia chegado em *A revolução burguesa no Brasil*.

Além da determinante influência de Marx e da utilização de categorias de Weber, é marcante em *A revolução burguesa no Brasil* a

influência de Lênin em seus estudos sobre o imperialismo e a particularidade do desenvolvimento capitalista na Rússia. A compreensão lenineana da passagem do mercantilismo para o capitalismo e da possibilidade de uma via “não clássica” de revolução burguesa, além da própria conceituação de autocracia (reelaborada pelo sociólogo na formulação da autocracia *burguesa*) sem dúvida são determinantes na concepção do sociólogo. Esta inspiração não significa que o autor faça algum tipo de transposição da realidade russa ou europeia para a realidade brasileira, e é justamente por isso que categorias utilizadas por Lênin como “via prussiana” não aparecem em seu ensaio, pois a formulação de sua interpretação do Brasil exigia a construção de categorias próprias e adequadas à particularidade brasileira. A concepção de Lênin é, por isso, uma espécie de “fundo secreto” da obra *A revolução burguesa no Brasil*. Ressaltando que Lênin (2012), já no início do século XX, distinguia o caso específico de alguns países da América Latina, como a Argentina, que, embora não fossem colônias e nem semicolônias, encontravam-se envolvidos nas malhas da dependência econômica e financeira.

O ensaio sobre a revolução burguesa no Brasil dialoga também com todo o chamado pensamento social brasileiro, e é uma espécie de “acerto de contas” do sociólogo tanto com o conjunto das interpretações existentes do Brasil, quanto com seus próprios discípulos e parceiros de estudo e pesquisa acadêmica. Fernandes (2005) elabora uma interpretação do Brasil - ou “imagem do Brasil” nos termos de Coutinho (2011) - que se conforma enquanto uma síntese superadora de duas concepções extremas: de um lado, aqueles que acreditavam que o capitalismo nunca se desenvolveu plenamente no Brasil (tais como Nelson Werneck Sodré e as formulações que predominaram no PCB ao longo do século XX), e,

do outro lado, aqueles que afirmavam que o Brasil já era capitalista desde o século XVI em seu período escravocrata e colonial (tal como Caio Prado Jr.). Florestan foca sua análise em compreender no que consistiu a revolução burguesa atípica que ocorreu em nossa terra: quais foram os protagonistas políticos, econômicos e sociais da transformação que permitiu a passagem da uma ordem escravista e colonial para uma ordem burguesa assentada no modo de produção capitalista; de que maneira a predominância do trabalho escravo converteu-se em trabalho assalariado; como se conformou o Estado nacional e a economia brasileira neste processo; quais ideologias e utopias moveram a burguesia brasileira neste processo; como se dá a relação entre sociedade civil e Estado no contexto brasileiro.

Em suma, o sociólogo demonstra que a dependência econômica perpassou toda a história nacional desde a Colônia, contribuindo ao processo de acumulação primitiva pré-capitalista dos países centrais e posteriormente integrando-se de maneira subordinada à ascensão do modo de produção capitalista. Passamos de uma economia escravista mercantil, que perdurou na Colônia e no Brasil Império, para uma economia capitalista no período de transição para a República, com a generalização do trabalho assalariado. Esse processo foi desencadeado pela emergência de uma revolução burguesa atípica que teve como principais protagonistas as antigas oligarquias rurais que “se aburguesaram” e os comerciantes imigrantes. Essa revolução burguesa conforma um tipo de desenvolvimento capitalista que refuncionaliza e integra à sua própria dinâmica resquícios do passado colonial e escravocrata. Diferente do “dualismo cepalino” (cujo importante expoente é Celso Furtado) e sua crença de que o “desenvolvimento

nacional” superaria os resquícios do passado, a concepção de Fernandes entende a inter-relação dialética entre o novo e o velho, num processo que o autor conceitua, inspirado em Moore Jr. (1975), como modernização conservadora.

Sobre a dimensão ideológica, Fernandes (2005) também demonstra como que o liberalismo foi absorvido de maneira tosca pelas elites brasileiras nos processos políticos da Independência, da formação da República e do desenvolvimento capitalista. Cumprindo um papel ideológico e utópico, o liberalismo impulsiona o rompimento com o estatuto colonial e a formação do Estado nacional, porém, o seu elemento progressista quase não aparece nas aspirações da emergente burguesia brasileira. Isso demonstra, em nossa avaliação, como se desenvolverão as ideologias dominantes ao longo da história nacional, combinando elementos do liberalismo com elementos do conservadorismo.

O golpe civil-militar de 1964 evidenciou a impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e cristalizou a dupla articulação *dependência externa – segregação interna* que caracteriza o capitalismo dependente brasileiro. Se no período colonial o excedente da produção escravista ia todo para a Metrópole e o senhor de engenho recebia da Coroa uma espécie de remuneração, no período capitalista temos uma apropriação dual do excedente, em que a burguesia nativa se apropria de parte deste excedente e outra parte vai para a burguesia dos países centrais do imperialismo. Esta é a natureza heteronômica do capitalismo brasileiro. A consolidação do capitalismo monopolista e da autocracia burguesa no Estado integra plenamente o Brasil na estrutura hierárquica do *imperialismo total* hegemônico pelos Estados Unidos.

Trata-se de compreender como o Brasil transitou em sua revolução burguesa da condição de dependência do colonialismo para a dependência em relação ao imperialismo total. Essa condição impede a conformação de uma superestrutura “liberal-democrática” de tipo clássico, realidade que se explicita se levamos em conta a sucessão de golpes de Estado e restrições democráticas que configuram a história política brasileira. O caráter tardio de nosso desenvolvimento capitalista também faz com que a burguesia emergente prefira se aliar às antigas classes dominantes e excluir qualquer possibilidade de um compromisso permanente com os “de baixo”. Isso ocorre porque nossa burguesia se incorpora ao sistema de poder imperialista mundial num período em que já se dá uma batalha de vida ou morte entre capitalismo e socialismo, radicalizando o caráter reacionário das burguesias imperialistas e das burguesias dependentes. A classe dominante brasileira enfrenta essa realidade através da contrarrevolução prolongada que combina formas mais ou menos explícitas de poder autocrático.

Após a ditadura civil militar o autor indica que poderíamos ter uma espécie de reciclagem da autocracia burguesa combinada à uma democracia de cooptação. Sendo que essa democracia de cooptação possuiria pouca flexibilidade, pois, nossa burguesia, por seu próprio caráter objetivo, teria muito pouco a ceder. O processo de cooptação busca estender as fronteiras da consciência burguesa dentro das classes trabalhadoras e dos setores marginalizados da população. Mas as convulsões próprias da sociedade de classes geram necessariamente miséria, desorganização social, desenraizamento cultural, ocasionando lutas e protestos que se chocam com a ordem.

Quanto à atualidade da interpretação florestaniana do Brasil, acreditamos que o eixo de análise legado pelo autor tratando da relação entre a manutenção da autocracia burguesa e a democracia de cooptação possui plena validade quando consideramos os fatos históricos recentes. O processo constituinte que resultou na Constituição de 1988 sem dúvida trouxe avanços institucionais em direitos sociais e democráticos que foram resultado da pressão popular, mas, ao mesmo tempo, manteve-se – como demonstra Prestes (1988 apud PRESTES, 2018) - a tutela militar sobre o Estado, expressa no artigo 142 da Constituição (artigo que inclusive foi utilizado recentemente pelo então presidente em exercício Michel Temer para conter as manifestações populares em curso na capital da República).

Em nossa opinião, Fernandes (1986; 1994) não nega a força que o movimento popular teve na luta pelas *Diretas Já* e nem as conquistas formais no sentido dos direitos sociais e das liberdades fundamentais com a nova Constituição. O que o sociólogo de fato não faz é nutrir grandes expectativas de que *somente pela via institucional* estariam assegurados os direitos sociais e a possibilidade de se avançar na superação da dependência e na construção de um projeto soberano de nação com uma democracia popular. A articulação *extra institucional* das classes dominantes evidencia que o contraponto da luta popular também precisa se dar, conjuntamente com a disputa institucional, *para além das instituições*.

O golpe de Estado de 2016, em nossa avaliação, confirma a posição de Fernandes (2005) sobre a pouca flexibilidade da democracia de cooptação e a manutenção de um domínio autocrático no Estado por parte da burguesia brasileira. Trata-se de mais uma comprovação histórica

de que o poder extra institucional das classes dominantes brasileiras age arbitrariamente quando considera imprescindível tal operação. O caráter *preventivo* desses golpes demonstra que mesmo um governo bastante moderado que traga tímidos avanços sociais pode ser derrocado. Numa conjuntura de crise, a burguesia pró-imperialista passa a não tolerar inclusive governos “conciliadores” que não implementem medidas antinacionais e antipopulares na forma e no ritmo necessários.

A atual realidade socioeconômica do Brasil evidencia o aprofundamento do capitalismo dependente. É possível constatar, de acordo com Artur Monte Cardoso (2014), algumas características comuns entre os grandes grupos econômicos nativos: base produtiva simples; utilização intensa de recursos naturais, energia elétrica e mão de obra barata; baixa capacidade de incorporação de progresso técnico, dependência tecnológica e financeira em relação ao grande capital internacional; expansão por aquisição de operações já existentes e financiamento advindo principalmente do capital internacional e do Estado brasileiro. A desnacionalização da economia brasileira segue crescendo exponencialmente e o latifúndio segue vigente com o aumento da concentração de terra. Nos anos 2000 a margem de manobra econômica lograda pelo Estado brasileiro com as alterações na divisão do trabalho internacional, comandadas principalmente pelas relações entre EUA e China, ao mesmo tempo em que possibilitaram uma relativa estabilidade *conjuntural* aprofundaram a dependência econômica *estrutural*.

Como demonstra Sampaio Jr. (2012), há uma teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional: desregulamentação e

privatização, superávits primários, ataques aos direitos trabalhistas, perda de soberania monetária, importância dos centros internos de decisão frente aos movimentos especulativos do capital internacional, restrição a expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público e concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas. Esta realidade demonstra que segue vigente a formulação de Fernandes (2005) da dupla articulação – *dependência externa e segregação social* que caracteriza o capitalismo dependente brasileiro.

A respeito das expressões ideológicas do capitalismo monopolista e seu padrão correspondente de imperialismo, Florestan Fernandes (1990) questiona a existência de um “neoliberalismo”, afirmando que nenhum tipo de “novo” liberalismo poderia ajustar-se ao desenvolvimento das multinacionais, à internacionalização do modo de produção capitalista e seu modelo oligopolista e ao sistema de poder que resultou destas metamorfoses do capital. Para o autor o “liberalismo desapareceu junto com as condições históricas que desvendaram seu invento e condicionaram o seu desenvolvimento como ideologia. Não há mais lugar para um 'neo' - nem necessidade disso.” (FERNANDES, 1995, p. 156).

Qual seria, então, a expressão ideológica e a categorização mais adequada da práxis política do grande capital monopolista e do imperialismo total dos nossos tempos? Fernandes (1990, p. 6) coloca que “*ainda não se encontrou uma ideologia adequada para essa manifestação do capitalismo monopolista e do padrão correspondente de imperialismo*”. Em nossa avaliação, o aprofundamento do debate sobre o

processo histórico de decadência ideológica da burguesia e das relações entre liberalismo, conservadorismo e fascismo (determinadas pela estrutura da era monopólica e imperialista) podem trazer importantes respostas sobre essa questão.

Vislumbrando o socialismo como alternativa societária, Florestan Fernandes acreditava que as potencialidades de superação da ordem capitalista dependem residem na situação objetiva dos proletários e da grande massa do povo, e em sua capacidade subjetiva de elevar seu nível de organização e consciência. Os avanços e debilidades do movimento dos trabalhadores relacionam-se com suas condições internas de organização e consciência e com as inflexões externas impostas pela repressão e pela cooptação. Devido a peculiaridade de que a classe trabalhadora aqui confronta-se com uma classe dominante que jamais protagonizará a realização das bandeiras nacionais e democráticas típicas das revoluções burguesas clássicas, essas bandeiras transformam-se em tarefas da luta proletária e popular, integrando-se na estratégia de superação da ordem capitalista.

A tarefa estaria está em estabelecer a relação entre classes e massas. Sendo a classe o elemento condensador, que iria permitir e orientar a mobilização política do conjunto das massas, tanto no campo como nas cidades. Ou seja, haveria uma tríplice aliança entre o operário, o trabalhador da terra e essa massa de oprimidos, que flutua no campo e nas cidades (FERNANDES, 1994). Essa formulação assemelha-se a ideia do bloco histórico gramsciano, que possui seu elemento estrutural (as classes sociais) e superestrutural (as ideologias que disputam a cultura).

Nossa pesquisa concluiu que não existe na obra de Florestan uma ideia de revolução “explosiva” que se contrapõe a ideia de revolução

“processual”. O que há é uma compreensão do entrelaçamento dialético inevitável entre reforma e revolução, isto é, a interrelação entre revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem. A processualidade e o acúmulo de forças através da conquista de reformas estruturais ainda dentro da ordem não nega a possibilidade ou a necessidade de rupturas e transformações para além da ordem, pelo contrário, são o resultado necessário deste movimento contraditório, que pode pender para a revolução popular ou para a contrarrevolução protagonizada pelo poder burguês. Sendo que aqui não se descarta inclusive a importância das bandeiras progressistas clássicas liberais e democráticas, tendo em vista que mesmo essas não são toleradas em seu conjunto pela classe dominante e pela ordem capitalista dependente.

As transformações contemporâneas exigem novas elaborações a respeito de questões como o domínio do capital financeiro e sua relação com o capital monopolista, a captura da subjetividade e a potencialização da manipulação no capitalismo contemporâneo, as novas expressões do conservadorismo e do fascismo na sociedade brasileira, as metamorfoses no mundo do trabalho, na legislação trabalhista e na relação Estado e sociedade civil, dentre outras. Mas, no que tange à caracterização histórica e estrutural da realidade socioeconômica do Brasil, concordamos com José Paulo Netto (2013) quando afirma que as questões centrais foram as colocadas por Florestan Fernandes.

No que diz respeito aos dilemas postos no enfrentamento da ordem vigente, acreditamos que os desafios colocados para as classes trabalhadoras e as esquerdas no Brasil são ao mesmo tempo desafios teóricos, políticos, práticos e organizativos. Nosso déficit não é apenas organizacional, pois quando faltam mediações capazes de impulsionar a

mobilização e elevar o nível de consciência e organização popular, acreditamos que também nos falta uma apreensão teórica e uma direção ideológica capaz de elucidar a necessidade dessas mediações. Consideramos que o debate a respeito da relação entre teoria social e ideologia é de fundamental importância para desenvolver a práxis política de maneira consequente, superando o sectarismo, o dogmatismo e o corporativismo, bem como a influência ideológica de concepções pequeno-burguesas que fragmentam e dispersam a luta social. Esta superação só é possível a partir de uma análise concreta de nossa realidade concreta e da busca por mediações – reflexivas e objetivas – com a realidade das classes trabalhadoras e de todos os setores populares.

Encerramos aqui este trabalho e esperamos ter contribuído na elucidação da monumental contribuição de Florestan Fernandes para a interpretação da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996.

ALBUQUERQUE, Valdo. No primeiro semestre, mais 127 empresas são desnacionalizadas. **Jornal Hora do Povo**, São Paulo, Edição 3188, 20 set. 2013. Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2013/09Set/3188-20-09-2013/P2/pag2b.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BARBOSA, Geraldo Pereira. Crítica do uso e abuso das noções de “globalização” e “neoliberalismo”. **Voz Operária**, ANO XIII, Nº 18, novembro de 2011. (Disponível em

<http://cclcp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=117> Acesso às 20h em 10/11/2018).

BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. Número 124. São Paulo out./dez. 2015.

BENAYON, Adriano. A desnacionalização da economia brasileira: entrevista especial. **IHU online**, 2012. (Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512156-a-desnacionalizacao-da-economia-brasileira-entrevista-especial-com-adriano-benayon-%20>> Acesso em: 25 fev. 2019).

CARDOSO, Artur Monte. Burguesia brasileira nos anos 2000: um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. **Dissertação de mestrado**. São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2014.

CERQUEIRA, Laurez. Florestan Fernandes: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CFESS. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais**. 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

CONTE, Daniela. Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964): análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro. **Dissertação de Mestrado em História**. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGH, 2010.

D'INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra / UNESP, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Leituras & legados**. São Paulo: Global Editora, 2010.

_____. **Movimento socialista e partidos**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, SP: Companhia Editoria Nacional, 1972.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

_____. **Que tipo de República?** São Paulo: Globo, 2007.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **Em Busca do Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1995a.

_____. **Esboço de uma trajetória**. BIB, Rio de Janeiro, n. 40, 2º semestre 1995b, pp. 125.

_____. **Democracia e desenvolvimento: A transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O que é revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

_____. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**, volume 1. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)**, volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

_____. **Sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

_____. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

_____. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.

_____. **Marx, Engels, Lênin: história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Florestan Defende o Conceito de Luta de Classes, In: **Folha de São Paulo**, 04/09/1990.

_____. Entrevista para o programa Vox Populi. **Vox Populi**, São Paulo, TV Cultura, 1984. (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dPAYUfcwROE&t=66s>> Acesso às 23h28min em 31/10/2018).

_____. Luiz Carlos Prestes: esperança e revolução. Escrito em 1987 para uma publicação sindical. (Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=84:texto-de-florestan-fernandes-sobre-prestes&catid=28:sobre-prestes&Itemid=157> Acesso às 21h16Min em 21/10/2018).

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). O saber militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes. São Paulo / Rio de Janeiro, Unesp / Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Il risorgimento**. Turim, Giulio Einaudi Editore, 1949.

HAYEK, F. A. **Caminho da servidão**. São Paulo: Mises Brasil, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. Porto Alegre: Cortez Editora, 2008.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

IBGE. **Censo Demográfico** 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2012 e 2013.

JESUS, Camila Vian. Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso: apontamentos sobre democracia e autoritarismo. **Leituras de Economia Política**, v. n. 26, p. 27-38, 2018.

JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (Orgs.). **Porque gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 10 n. esp. P. 73-82. 2007.

_____. **Produção de conhecimento no Serviço Social:** O mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. Introdução aos complexos categoriais do ser social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 269 – 292.

_____. Notas lukácsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LÊNIN. V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo:** ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LOWY, Michael (org). **O Marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LOWY, Michael. **Da tragédia à farsa:** o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (Orgs.). **Porque gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDEL, Ernest. **Marxist economic theory.** Nova Iorque e Londres: Modern Reader, 1970.

_____. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** México: Editora Era, 1990.

MARTINS, José de Sousa. Prefácio de A revolução burguesa no Brasil. In: FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Contribuição para a crítica da econômica política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. México: Editora Era, 1990.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **A democracia na encruzilhada**. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M; (Orgs.). **Porque gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULO NETTO, J. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis** – Porto Alegre: Abepss, Ano II, nº 3, 2001.

_____. A atualidade de Florestan Fernandes. **Brasil de Fato**, 2013. < <http://www.brasildefato.com.br/node/12398>>. Acesso em: 10 agosto 2018.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo (SP): Cortez, 2011a.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. **Ditadura e serviço social:** Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira** (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Palestra com o professor José Paulo Netto da UFRJ. IV Seminário Internacional de Lutas contra o Neoliberalismo. 2011. (Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=KVKYn6vXYdQ>> Acesso às 22:15 em 5/11/2018).

PEREIRA, Renée. Desnacionalização de empresas avança no Brasil. **Estadão**, São Paulo, 22/10/2018. (Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao->

[conteudo/2018/10/22/desnacionalizacao-de-empresas-avanca-no-brasil.htm](#)> Acesso: 25 fev. 2019).

PEREZ, Davi Machado. Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil: uma contribuição ao debate teórico no Serviço Social. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC/CSE/PPGSS, 2015.

_____. Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 147-156 jan./abr. 2018.

PEREZ, Davi Machado; LARA, Ricardo. Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil: a contribuição de Florestan Fernandes. **Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.**

PINTO, João Alberto da Costa. O percurso intelectual de Nelson Werneck Sodré, historiador do Brasil (1911-1999). **Revista de História Actual**. Vol. 9, Núm. 9 (2011).

PRADO JUNIOR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

_____. **A revolução brasileira / A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

PRESTES, Luiz Carlos. **Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário**. 1981. (Disponível

em: <<http://marxists.org/portugues/prestes/1981/03/aprender.htm>>

Acesso às 14h do dia 30 de agosto de 2016).

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes, a Constituinte e a Constituição de 1988. **Revista Virtual EN_FIL – Encontros com a filosofia**, v. 9, p. 1-14, 2018.

_____. A que herança devem os comunistas renunciar? *Oitenta*, Porto Alegre: LP&M, n. 4, 1980, p. 197-223. (Disponível

em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=161:-a-que-heranca-devem-os-comunistas-renunciar&catid=26:documentos&Itemid=146>

Acesso às 16h do dia 28 de agosto de 2016).

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atla, 1978.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Igor Felipe. Terras estão mais concentradas e improdutivas no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 jun. 2011. (Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6637>>. Acesso em: 16 jan. 2015).

SANTOS, Teotônio. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do judiciário. In: JINKINGS, I. DORIA, K. CLETO, M. (Orgs.). *Porque gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. **Florestan**: a inteligência militante. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** São Paulo: Editora Abril, 1983.

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes: o militante solitário.** São Paulo: Editora Cortez, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **Florestan Fernandes.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Tendências ideológicas do conservadorismo. **Tese de Doutorado em Serviço Social.** Recife: UFPE/CCSA/PPGSS, 2016.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.